



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 835/11

Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos.

Art. 1º Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Parágrafo único. As mensagens constantes no *caput* deverão estar expostas, durante a realização dos eventos em painéis, faixas, cartazes ou meios audiovisuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

Art. 2º As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

I – os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm (quarenta centímetros) de comprimento por 30 cm (trinta centímetros) de largura;

II – os recintos com área superior a 50 m² (cinquenta metros quadrados) deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m² (cinquenta metros quadrados).

Art. 3º Nos locais do evento, bem como nos seus respectivos ingressos, deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando a critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

Art. 4º A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 35% (trinta e cinco por cento) do valor arrecadado com a venda dos ingressos. Quando de eventos gratuitos, a cada 1.000 (um mil) participantes deverá ser aplicada multa de 100 UPFs/PR (Unidade Fiscal do Estado do Paraná).

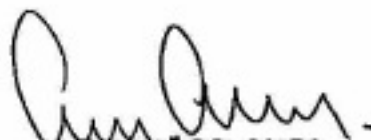
Art. 5º Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias quanto ao não cumprimento desta Lei.

Art. 6º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.

6 -3

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N. 605/12

Súmula: Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica autorizada a concessão de crédito outorgado de ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, a estabelecimento enquadrado em programa de investimento que realizar obra de infraestrutura no território paranaense.

§ 1º A concessão do crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, o limite de cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

§ 2º O benefício previsto no "caput":

- I - fica limitado ao valor do investimento realizado;
- II - dependerá de prévio termo de compromisso firmado entre o interessado e o Estado do Paraná, definindo o investimento e as condições de sua realização;
- III - terá fruição mensal e o valor não poderá ser superior ao débito de ICMS incremental gerado pelo contribuinte no respectivo período de apuração.

Art. 2º As obras de infraestrutura de que trata o art. 1º devem ser necessárias para a implementação ou viabilização do empreendimento enquadrado em programa de investimento.

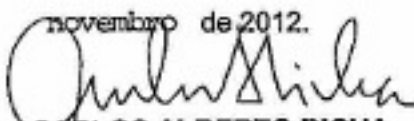
Art. 3º O Poder Executivo fixará o valor máximo de crédito que será outorgado por obra de infraestrutura integrante do programa de investimento, com base em estimativa de valor da obra estabelecida pela Secretaria de Estado competente, a quem caberá aprovar os projetos e fiscalizar sua execução.

Parágrafo único. O planejamento e a execução do programa de investimento deverão respeitar os princípios da transparência e da eficiência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à efetivação desta Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
de Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Regime de Urgência



MENSAGEM
Nº 084 /2012

Curitiba, em 27 de novembro de 2012



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

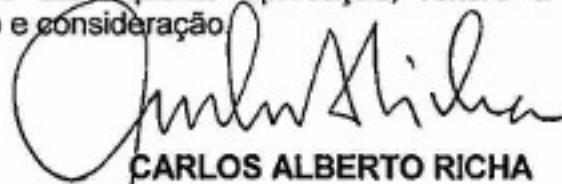
O referido convênio foi aprovado na âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, nos termos do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

A implementação do já citado convênio, por meio de lei, visa fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor, competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Os efeitos esperados com a aprovação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado a essa Casa de Leis são os seguintes: construção de obras de infraestrutura no território paranaense, necessárias à implementação e à viabilização do investimento, as quais o ente público, por si só, não teria condições de implementar em curto ou médio espaço de tempo; incentivo à expansão industrial do Estado do Paraná e benefício direto da coletividade.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

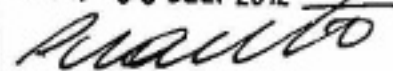
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.722.182-2

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012


1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 605/2012

Projeto de Lei nº 605/2012
Mensagem nº 084/2012
Autor: Poder Executivo

Súmula: Implementa o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

EMENTA: TRIBUTOS. CONVÊNIO ICMS Nº 85/2011. CONCESSÃO DE CRÉDITO OUTORGADO DE ICMS DESTINADO A ESTABELECIMENTOS QUE INVISTAM EM INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO PARANAENSE. POSSIBILIDADE. CONVÊNIO COM O CONFAZ. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 24/75 ART. 1º. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61, 150, 155. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade implementar o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;
(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, conseqüentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado;** uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 4.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (grifo nosso)

Além do mais, corroborando com a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal n.º 24 de 07 de janeiro de 1975 afirma categoricamente em seu artigo 1º, IV:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

(...)

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; (grifo nosso)

Portanto, a Constituição Federal em seu artigo 155, § 2º, XII, g, afirma que cabe a lei complementar a regulamentação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, **mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo e diante da existência do **Convênio CONFAZ nº 85/2011**.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS





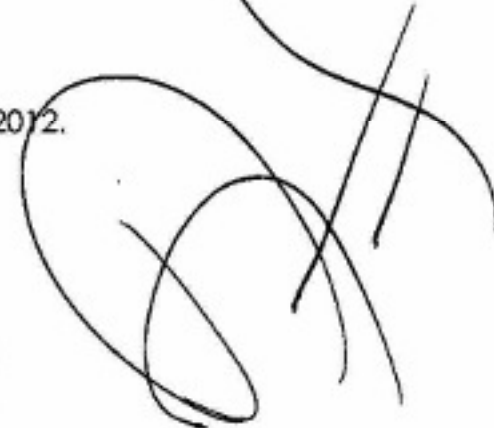
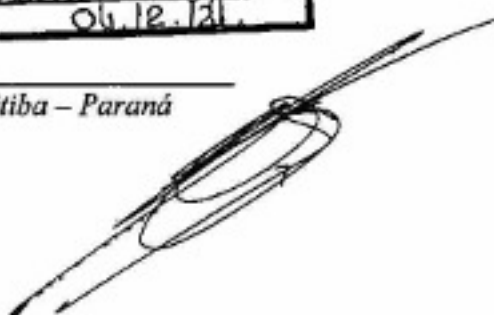
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

Unanime
04.12.12







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 084/12 que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Conforme ressalta o proponente da matéria, o Convênio foi devidamente aprovado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de acordo com o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

Visa o autor com a presente propositura fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa do presente Plano de Lei.

A Constituição Federal, em seu art. 24 determina a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, quando tratar-se de matéria de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 66, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que a matéria não apresenta qualquer impedimento.

Por fim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDIR AUGUSTI
RELATOR

Fuocini



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/2012

Súmula: Implementa o convênio ICMS que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Toninho Wandscheer.

JUSTIFICATIVA: A presente propositura pretende fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que as empresas enquadradas no programa realizem obras de infraestrutura, mediante uma compensação de natureza tributária.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

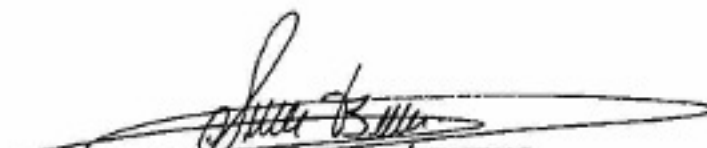
É o Parecer.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSGHEER
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

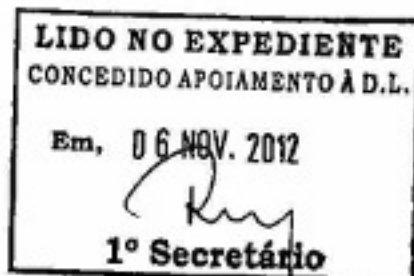
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual

DL

Tris. 02

S



PROJETO DE LEI Nº 553/12

SÚMULA: Altera a redação do artigo 2º da Lei 16.785, de 11 de janeiro de 2011.

Art. 1º Altera o art. 2º da Lei 16.785, de 11 de janeiro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O cálculo do serviço de estacionamento deverá ser feito de acordo com os seguintes critérios:

I – para a primeira hora de estadia, fração para o cálculo do valor do serviço será de 30 (trinta) minutos;

II – para as horas subsequentes, fração para o cálculo do valor do serviço será de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único. Para o caso de estadia para determinado período do dia, bem como diárias e mensalidades, poderá ser fixado o valor aleatoriamente, independente da fração base para os demais cálculos."

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 6 de novembro de 2012.

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA



A alteração que se propõe visa a conformar a Lei Estadual nº 16.785/2011 ao direito proclamado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 771.920-6 e 775.963-7, intentadas pelo Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamentos e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná e pela Abrasce – Associação Brasileira de Shopping Centers.

É que, nas ações indigitadas, aquele areópago declarou inconstitucional a prescrição inscrita no art. 2º, § 2º, da Lei nº 16.785/2011, estando a decisão assim ementada:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Estadual nº 16.785/2011 - Ilegitimidade ativa de parte - Inocorrência, nos termos do voto do relator - Inexistência, por outro lado, de ofensa a qualquer dispositivo estabelecido na Constituição Estadual - Legislação que disciplina matéria relativa ao direito do consumidor - Competência concorrente do Estado-membro - Inteligência do art. 145 da Carta Magna Estadual e art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal - Inconstitucionalidade, contudo, da regra prevista no art. 2º, § 2º, da citada lei estadual - Limitação do preço relativo às horas subsequentes - Inadmissibilidade, por ofender o direito à propriedade e à livre iniciativa - Ações julgadas parcialmente procedentes.” (TJPR - Órgão Especial - AI 771920-6 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Paulo Roberto Hapner - Rel.Desig. p/ o Acórdão: Campos Marques - Por maioria - J. 04.05.2012)

A adequação ora trazida à apreciação desta Casa de Leis objetiva, então, a suprir a lacuna aberta por dita declaração de inconstitucionalidade, bem assim a oferecer segurança jurídica aos atores sociais que protagonizam as ações relativas aos cuidados de veículos estacionados em áreas privadas.

Dai a razão de se atribuir redação nova ao art. 2º, em especial para deixá-lo congruente com o modelo de preceitos da Lei nº 7.551, de 10 de outubro de 1990, do município de Curitiba, que, desde aquela época e até hoje, pacificou as atividades de estacionamento de veículos em locais privados.

Por derradeiro, assinalo que formulo o presente projeto de lei não desconhecendo a circunstância de o Supremo Tribunal Federal já haver declarado a inconstitucionalidade de Leis Estaduais versantes sobre matéria idêntica, como se identifica adiante:



"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL. ESTACIONAMENTO EM LOCAIS PRIVADOS. COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 22, I DA CONSTITUIÇÃO. Esta Corte, em diversas ocasiões, firmou entendimento no sentido de que invade a competência da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia ao usuário pela utilização de estabelecimento em local privado (ADI 1.918, rel. min. Mauricio Corrêa; ADI 2.448, rel. Min. Sydney Sanches; ADI 1.472, rel. min. Ilmar Galvão). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI

1623, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2011, DJe-072 DIVULG 14-04-2011 PUBLIC 15-04-2011 EMENT VOL-02504-01 PP-00011 RT v. 100, n. 909, 2011, p. 337-341)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 2º, CAPUT E §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 4.711/92 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM ÁREAS PARTICULARES. LEI ESTADUAL QUE LIMITA O VALOR DAS QUANTIAS COBRADAS PELO SEU USO. DIREITO CIVIL. INVASÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. 1. Hipótese de inconstitucionalidade formal por invasão de competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, artigo 22, I). 2. Enquanto a União regula o direito de propriedade e estabelece as regras substantivas de intervenção no domínio econômico, os outros níveis de governo apenas exercem o policiamento administrativo do uso da propriedade e da atividade econômica dos particulares, tendo em vista, sempre, as normas substantivas editadas pela União. Ação julgada procedente." (ADI 1918, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 23/08/2001, DJ 01-08-2003 PP-00099 EMENT VOL-02117-29 PP-06221)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 1.º DA LEI N.º 1.094/96, DO DISTRITO FEDERAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5.º, XXII; E 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Norma que, dispondo sobre o direito de propriedade, regula matéria de direito civil, caracterizando evidente invasão de competência legislativa da União. Precedente. Ação julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "privadas ou", contida no art. 1.º da lei distrital sob enfoque." (ADI 1472, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 05/09/2002, DJ 25-10-2002 PP-00024 EMENT VOL-02088-01 PP-00162)

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto de lei.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

Voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original



Lei 16785 - 11 de Janeiro de 2011

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8386 de 18 de Janeiro de 2011

Súmula: Dispõe sobre a cobrança proporcional ao tempo efetivamente utilizado pelos serviços de estacionamento de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 252/08:

Art. 1º. Fica assegurada aos consumidores usuários de estacionamento de veículos localizados no âmbito do estado do Paraná, a cobrança proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado para a guarda do veículo, devendo a proporcionalidade ser calculada de acordo com a fração de hora utilizada, sem prejuízo dos demais direitos em face aos prestadores do serviço.

Art. 2º. O cálculo do serviço de estacionamento deverá ser feito de acordo com a efetiva permanência do veículo, sendo que:

§ 1º. Para a primeira hora de estadia, fração para o cálculo do valor do serviço não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º. Para cada hora subsequente, o valor cobrado não deverá exceder 30% do valor pago pela primeira hora.

§ 3º. Para o caso de estadia para determinado período do dia, bem como diárias e mensalidades, poderá ser fixado o valor aleatoriamente, independente da fração base para os demais cálculos.

Art. 3º. O descumprimento desta lei acarretará em aplicação de multa diária contada da data da autuação, podendo resultar na cassação do alvará de funcionamento em caso de reincidência.

§ 1º. A multa que trata o *caput* deste artigo deverá ser destinada ao Fundo Estadual do Consumidor, observadas as disposições do § 2º do art. 4º, da Lei Estadual nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005.

§ 2º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, estipulando a multa a ser aplicada e o órgão responsável pela sua aplicação.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de janeiro de 2011.

Nelson Justus
Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 553/2012

Projeto de Lei nº. 553/2012

Autora: Deputado Estadual Stephanes Junior

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da lei 16.75/11 (Dispõe sobre a cobrança proporcional pelo serviço de estacionamento de veículos).

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI 16.75/11 (DISPÕE SOBRE A COBRANÇA PROPORCIONAL PELO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS). INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ARTIGO 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. ARTS 5º, XXXII E 170, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 170 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por finalidade alterar a redação do artigo 2º da lei 16.75/11 (Dispõe sobre a cobrança proporcional pelo serviço de estacionamento de veículos).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 5º, XXXII, que, o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, ainda, conforme estabelece o artigo 170, V, que a defesa do consumidor é princípio alusivo à ordem econômica fundada na valorização do trabalho, senão vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

Conforme estabelece o artigo 145 da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** que, o Estado promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor. Senão vejamos:

Art. 145. O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora proposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



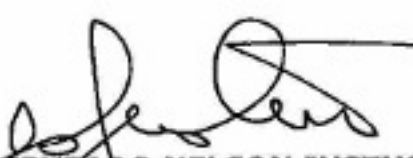
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça










CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator







APROVADO
Unanime 20.11.12




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 553/2012

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da Lei 16.785/2012 (dispõe sobre a cobrança proporcional pelo serviço de estacionamento de veículos).

Autor: Deputado Stephanes Júnior.
Relator: Deputado Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA: A população é constantemente prejudicada pela cobrança integral em estacionamentos de veículos mesmo que por curtos períodos de tempo estacionado, e o objetivo é acabar com essa distorção. A proposta ainda garante que o usuário do serviço pague efetivamente o que utiliza e se encontra em consonância com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de típica relação de consumo, acrescenta a justificativa.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

É o Parecer.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO



DEPUTADO NELSON GARCIA

RELATOR





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 607/12

SÚMULA: Altera a Lei nº 17.251/2012, o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748/2010, e revoga o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/2008.

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei Estadual nº 17.251, de 31 de julho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os servidores mencionados no art. 1º, que a partir de 1º de fevereiro de 2011 foram enquadrados no nível BAS-4 do Grupo Ocupacional Básico, nos termos da Lei Estadual nº 16.748/10, em número de 5 (cinco), passam para o nível BAS-5 do mesmo grupo ocupacional."

Art. 2º Fica alterada a Lei Estadual nº 17.251, de 31 de julho de 2012, que passa a vigorar acrescida do art. 3º-A, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A. A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, instituída pela Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, devida a cada um dos servidores mencionados nos artigos 2º e 3º, calculada conforme estabelecido no artigo 23 do referido diploma legal, fica acrescida do valor atualizado por eles percebido a título de gratificação pelo exercício de encargos especiais, concedida a título de compensação pelos prejuízos decorrentes de seus enquadramentos levados a efeito nos termos da Lei Estadual nº 11.737, de 02 de junho de 1997."

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único do artigo 33 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça nos Juízos da Infância e Juventude e de Família, ou excepcionalmente em Vara



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



especializada, nas quais, pela natureza da atividade jurisdicional, tome-se indispensável o apoio de profissional técnico."

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do art. 139 da Lei Estadual n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

[Handwritten signature]



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo alterar a redação do art. 3º e incluir o art. 3º-A na Lei nº 17.251, de 31 de julho de 2012; alterar a redação do parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e revogar o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

A alteração do art. 3º da Lei nº 17.251/2012 visa unicamente corrigir erro material verificado, passando a constar a data correta de vigência da Lei Estadual 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que é de 1º de fevereiro de 2011, e não 1º de fevereiro de 2010, como constou.

A inclusão do art. 3º-A na Lei nº 17.251/2012 se dá em razão da não inclusão de referido artigo na redação original da citada lei, muito embora dela fizesse parte, e tenha sido aprovada pelo Colendo Órgão Especial.

Assim, a inclusão do citado artigo redundará em definitiva regulamentação do reenquadramento já reconhecido pela Lei nº 17.251/2012, de forma a que todos os seus efeitos sejam garantidos aos servidores por ela contemplados.

Já o artigo 33 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário -, trata dos ocupantes dos cargos de Técnicos Especializado em Infância e Juventude, sendo o parágrafo único dedicado a disciplinar o local de atuação dos ocupantes desses cargos.

Ocorre, no entanto, que diante da crescente necessidade de atuação desses profissionais nas mais diversas áreas, e até mesmo em razão da especialização de matérias, verifica-se atualmente a lotação de servidores em locais diversos daqueles constantes no citado artigo.

A alteração, portanto, viria ao encontro das atuais necessidades do Poder Judiciário, atribuindo ao administrador uma margem de discricionariedade quanto ao local de lotação de referidos servidores, sempre observada a natureza da atividade jurisdicional prestada.

Com respeito ao parágrafo único do art. 139 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, sua revogação é a solução encontrada para adequar a redação desta lei, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário, ao Estatuto do Servidor Público Civil do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 6.174/1970.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Esta a redação do art. 139 da Lei Estadual n.º 16.024/08:

Art. 139. *Serão concedidos os seguintes afastamentos do exercício das atribuições aos funcionários, sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações, para:*

I - trânsito, conforme prazos estabelecidos nos §§ 3º e 4º do art. 38 deste Estatuto;

II - casamento, por 08 (oito) dias;

III - luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão, por 08 (oito) dias;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - doar sangue, por 01 (um) dia a cada 12 (doze) meses de trabalho;

VII - alistamento como eleitor, por 02 (dois) dias.

Parágrafo único. *Para efeito do disposto no caput deste artigo haverá compensação de horários respeitada a duração máxima semanal do trabalho de 40 (quarenta) horas."*

Ocorre, no entanto, que o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado do Paraná – Lei Estadual nº 6.174/1970, não condiciona referidos afastamento a compensação de horários.

Assim, com a revogação do parágrafo único acima transcrito, os afastamentos dos funcionários do Poder Judiciário não mais seriam concedidos mediante compensação, a exemplo do que atualmente ocorre com os Servidores Públicos Cíveis do Estado do Paraná, por não haver na Lei Estadual nº 6.174/1970 dispositivo que a imponha.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 26 de novembro de 2012, foi aprovado, por unanimidade, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 28 de novembro de 2012.
Of. nº 1.620/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 03/12/2012
[Assinatura]
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 03 DEZ. 2012
[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração da Lei nº 17.251/2012, do parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748/2010, e revoga o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/2008.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

[Assinatura]
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17251 - 31 de Julho de 2012

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8766 de 31 de Julho de 2012

Súmula: Dispõe sobre os cargos de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada, em número de 8 (oito), serão enquadrados na forma desta Lei.

Art. 2º Os servidores mencionados no art. 1º, que a partir de 1º de fevereiro de 2011 foram enquadrados no nível BAS-5 do Grupo Ocupacional Básico, nos termos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, em número de 3 (três), passam para o nível BAS-6 do mesmo grupo ocupacional.

Art. 3º Os servidores mencionados no art. 1º, que a partir de 1º de fevereiro de 2010 foram enquadrados no nível BAS-4 do Grupo Ocupacional Básico, nos termos da Lei Estadual nº 16.748/10, em número de 5 (cinco), passam para o nível BAS-5 do mesmo grupo ocupacional.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 31 de julho de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Lei 16748 - 29 de Dezembro de 2010

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8373 de 29 de Dezembro de 2010

Súmula: Reestrutura, conforme especifica, os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 33. Os cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça oriundos do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar a Infância e à Juventude, em número de oitenta e quatro (84), passam a ser denominados Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça nos Juízos da Infância e Juventude ou, excepcionalmente, nas Varas de Família, onde exercerão suas funções.



Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 7931 de 17 de Março de 2009

Súmula: Estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

CAPÍTULO VII DOS AFASTAMENTOS

Art. 139. Serão concedidos os seguintes afastamentos do exercício das atribuições aos funcionários, sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações, para:

I - trânsito, conforme prazos estabelecidos nos §§ 3º e 4º do art. 38 deste Estatuto;

II - casamento, por 08 (oito) dias;

III - luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão, por 08 (oito) dias;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - doar sangue, por 01 (um) dia a cada 12 (doze) meses de trabalho;

VII - alistamento como eleitor, por 02 (dois) dias.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo haverá compensação de horários respeitada a duração máxima semanal do trabalho de 40 (quarenta) horas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 607/2012

Projeto de Lei nº. 607/2012
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei nº 17.251/2012, o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748/2010, e revoga o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/2008.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 17.251/2012; O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 33 DA LEI Nº 16.748/2010 E REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 139 DA LEI Nº 16.024/2008. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 RI ALEP. ARTS. 65; 96 E 101 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera a Lei nº 17.251/2012, o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748/2010, e revoga o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/2008.

A alteração da Lei nº 17.251/2012 tem como objetivo:

- Corrigir erro material verificado, passando a constar a data correta de vigência da Lei Estadual 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que é de 1º de fevereiro de 2011, e não 1º de fevereiro de 2010, como constou; e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- Definitiva regulamentação do reenquadramento já reconhecido pela Lei nº 17.251/2012.

Já a alteração da Lei nº 16.748/2010 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário visa atribuir uma margem de discricionariedade quanto ao local de lotação dos ocupantes dos cargos de Técnicos Especializados em Infância e Juventude, em virtude da crescente necessidade de atuação destes profissionais nas mais diversas áreas.

Com relação à revogação do art. 139 da Lei nº 16.024/2008 visa à adequação do que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário ao Estatuto do Servidor Público Civil do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 6.174/1970).

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

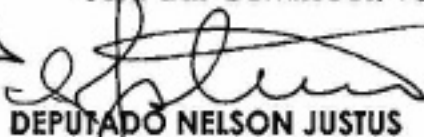
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO
unanimemente
10.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 607/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.620/12-GP, que objetiva alterar a Lei nº 17.251/12, o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 16.748/10, e revoga o parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/08, conforme constata-se na justificativa do autor.

A modificação proposta pela alteração do art. 3º da Lei nº 17.251/12, visa corrigir erro material, passando a constar a data correta de vigência da Lei nº 16748/10, que é de 1º de fevereiro de 2011, e não 1º de fevereiro de 2010, como constou.

Com relação a inclusão do art. 3º-A na Lei nº 17.251/12 é em razão da não inclusão do referido artigo na redação original da citada lei, embora já fizesse parte dela, redundando em definitiva regulamentação do reenquadramento já reconhecido pela Lei nº 17.251/12.

Em relação ao art. 33 da Lei nº 16.748/10, que versa sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário, trata dos ocupantes dos cargos de Técnicos Especializado em Infância e Juventude, sendo o parágrafo único dedicado a disciplinar o local de atuação dos ocupantes desses cargos.

E por fim, a revogação do parágrafo único do art. 139 da Lei nº 16.024/08, visa adequar a redação desta lei, ao que estabelece a Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público Civil do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que o autor da proposta em tela deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da alteração mencionada não implicar em aumento de despesas. Portanto não há que se falar em desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões,

17/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO
RELATOR

ELIO RUSCH

PROJETO DE LEI 608/12

SÚMULA: Altera os artigos 3º e 4º da Lei nº 11.767, de 10 de julho de 1997, que criou o Fundo Rotativo do Poder Judiciário.

Art. 1º Ficam alterados os art. 3º e 4º da Lei Estadual nº 11.767, de 10 de julho de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos do Fundo Rotativo, no âmbito de cada comarca, serão administrados por servidor efetivo do Poder Judiciário e supervisionados pelo Juiz Diretor do Fórum.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá delegar a função de supervisor a outro magistrado, nos Fóruns onde houver mais de uma unidade do Fundo Rotativo.

Art. 4º Os recursos do Fundo serão mantidos em conta corrente única e específica, junto à instituição bancária oficial que estiver administrando as contas do Poder Judiciário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo alterar a redação dos artigos 3º e 4º da Lei Estadual nº 11.767, de 10 de julho de 1997, conforme consta do protocolo sob nº 355.711/2012.

As alterações propostas visam atualizar a redação dos artigos citados.

É o caso do artigo 3º, que atualmente restringe o exercício da função de Administrador do Fundo Rotativo ao cargo de Escrivão do Crime, em prejuízo de outros cargos, notadamente os que foram criados pela Lei Estadual nº 16.023/08, que dispõe sobre as carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição.

A proposta prevê, ainda, a supressão do requisito de estabilidade, em razão da constante renovação do quadro de 1º grau, bem como por constituir-se em requisito irrelevante para o exercício das funções de Administrador do Fundo Rotativo.

Oportuna, também, a redação conferida ao parágrafo único do art. 3º, possibilitando a delegação da função de Supervisor do Fundo Rotativo a outro magistrado que não necessariamente o Juiz Diretor do Fórum, a fim de que nas comarcas com mais de uma unidade do Fundo Rotativo este não fique sobrecarregado.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 26 de novembro de 2012, foi aprovado, por unanimidade, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 28 de novembro de 2012.
Of. nº 1621/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 03/12/2012
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração dos artigos 3º e 4º da Lei nº 11.767, de 10 de julho de 1997, que criou o Fundo Rotativo do Poder Judiciário.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno à Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 608/2012

Projeto de Lei nº. 608/2012
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera os artigos 3º e 4º da Lei n.º. 11.767, de 10 de julho de 1997, que criou o Fundo Rotativo do Poder Judiciário

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS 3º E 4º DA LEI 11.767/1997. FUNDO ROTATIVO DO PODER JUDICIÁRIO. ADMINISTRAÇÃO. SERVIDOR EFETIVO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 RI ALEP. ARTS. 65 E 101 DA CE. ART. 1º LEI ESTADUAL Nº 14.277/03. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera os arts. 3º e 4º da Lei 11.767 de 10 de julho de 1997, que criou o Fundo Rotativo do Poder Judiciário, fazendo com que os recursos do Fundo, no âmbito de cada comarca, sejam administrados por servidor efetivo do Poder Judiciário e supervisionados pelo Juiz Diretor do Fórum.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, §§5º e 6º, assim dispõe:

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

§ 5º. Ficam estalizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

§ 6º. O Poder Judiciário, observadas as suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, encaminhará mensagem à Assembleia Legislativa dispondo sobre o Quadro de Servidores e respectivos vencimentos, para cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

unanimemente 10.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 608/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.621/12-GP, que objetiva alterar os artigos 3º e 4º da Lei nº 11.767, de 10 de julho de 1997, que criou o Fundo Rotativo do Poder Judiciário, determinando que os recursos do Fundo, no âmbito de cada Comarca, sejam administrados por servidor efetivo do Poder Judiciário e supervisionados pelo Juiz Diretor do Fórum.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que o autor da proposta em tela deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da alteração mencionada não implicar em aumento de despesas. Portanto não há que se falar em desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO
RELATOR

ELIENAI SCH



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 609/12

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Jacarezinho, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Jacarezinho, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX (Tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 300.017/2012, tem por finalidade criar 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Jacarezinho, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 1 (uma) Vara Cível, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (um) Juizado Especial, que atenderá uma população de 38.580 habitantes (censo IBGE 2010) e um total de aproximadamente 12.300 processos em andamento (Boletim Forense 2011).

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, cria-se 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Unidade do Juizado Especial da Comarca de Jacarezinho. O referido cargo é privativo de Bacharel em Direito e está de acordo com a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento dos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$ 131.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 575.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 635.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 26 de novembro de 2012.

A proposta altera os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

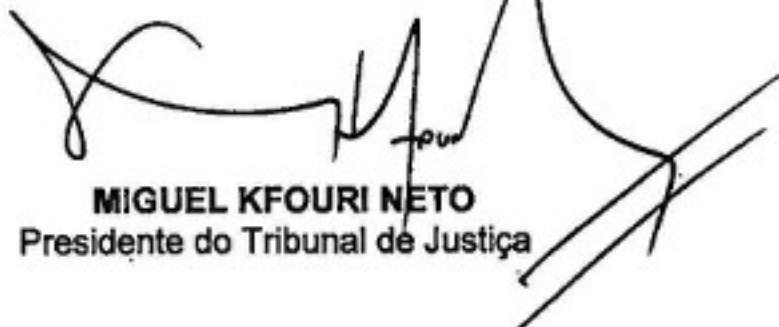
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Jacarezinho, de entrância intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 28 de novembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
...	JACAREZINHO - Comarca de Entrância Intermediária
...	FORO JUDICIAL
...	Juizado Especial Cível e Criminal
(2)	FORO EXTRAJUDICIAL
...	(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.
...	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito-De Turno Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA								
Jacarezinho			1		1			2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ										
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003										
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V										
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										
.....										





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 28 de novembro de 2012.
Of. nº 1.622/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 03/12/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Jacarezinho, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/12

Projeto de Lei nº. 609/12

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

EMENTA: CRIA UM CARGO DE JUIZ DE DIREITO PARA O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA E UM CARGO DE ASSISTENTE II DE JUIZ DE DIREITO. COMARCA DE JACAREZINHO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de assistente II de Juiz de Direito para a Comarca de Jacarezinho, alterando a Lei n.º. 14.277/2003.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

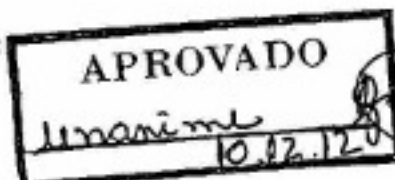
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012

Nelson Justus
Presidente

Hermas Brandão Junior
Relator

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1622/12 que objetiva criar 01 (um) cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e 01 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Jacarezinho, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Júnior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

A proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de 01 (um) cargo de Juiz de Direito e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$131.000,00 (cento e trinta e um mil reais) para o exercício de 2012, R\$575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2013 e R\$635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça, Senhor Miguel Kfoury Neto, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO
RELATOR

Eris RUSCH



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 618/12

Súmula: Dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual.

§ 1º No âmbito da Administração Pública Estadual, as competências para delegação do serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros de linhas rodoviárias e metropolitanas do interior, bem como as funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do mesmo serviço serão exercidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR.

§ 2º No âmbito da Administração Pública Estadual, as competências para delegação do serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros entre os Municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pien, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, da Região Metropolitana de Curitiba, bem como as funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do mesmo serviço serão exercidas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, criada pela Lei Estadual nº 6.517 de 02 de janeiro de 1974.

§ 3º No exercício das competências referidas no parágrafo anterior, fica a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC autorizada a celebrar convênios e/ou consórcios públicos com o Município de Curitiba e os entes de sua administração direta e indireta, bem como com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, para integração de sistemas de transporte coletivo de passageiros e para delegação do exercício da fiscalização e gestão do serviço de transporte intermunicipal metropolitano.

§ 4º Fica o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR autorizado a delegar o serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros nos Municípios da Região Metropolitana referidos no § 2º, que tenham ligação com os demais Municípios do Paraná, mediante autorização da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 2º Ficam o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, mediante procedimentos distintos e específicos, no âmbito de suas competências, autorizados a delegar a terceiros, por meio de concessão, precedida de licitação na modalidade concorrência pública, a prestação e a exploração de serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

§ 1º O prazo de concessão definido no *caput* do presente artigo poderá ser prorrogado, por igual período, em qualquer dos seguintes casos:

I – quando a concessionária houver prestado o serviço com regularidade e qualidade satisfatória, no prazo original da concessão;

II – quando, mediante apuração técnica do Poder Concedente, além do disposto no inciso anterior, for constatado que a concessionária não teve assegurado o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato, possuindo parcelas de investimentos em bens e instalações a depreciar ou remunerações tarifárias não auferidas durante a concessão.

§ 2º Os Editais das licitações referidas no *caput* do presente artigo poderão estabelecer como critério de julgamento qualquer daqueles previstos no art. 15 da Lei Federal nº 8.987/95.

Art. 3º Como condição para o exercício da competência autorizada no artigo anterior, previamente à extinção das atuais concessões e permissões de serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, deverão ser observados os procedimentos previstos no art. 42 e parágrafos da Lei Federal nº 8.987/95.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar, por meio de Decreto, o Regulamento do Transporte Coletivo Intermunicipal Rodoviário e Metropolitano de Passageiros do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Ao Regulamento referido nesse artigo, estarão sujeitos todos os prestadores de serviços públicos e privados de transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, com exceção daqueles delegatários e autorizatários de serviços a que se refere o § 2º do art. 1º da presente Lei, que serão regidos por normas específicas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 DEZ. 2012


1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 088 /2012

Curitiba, em 04 de dezembro de 2012.

I – À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
e do Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.

II – À DL para providências.

Em, 05/12/12


Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre autorização para concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros Intermunicipal Rodoviário e Intermunicipal de Característica Metropolitana do Estado do Paraná.

Sobre o tema, a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, assim dispõe:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização rescisão da concessão ou permissão;*
- II - os direitos dos usuários;*
- III - política tarifária;*
- IV - a obrigação de manter serviço adequado.*

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.735.264-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14/29 05/12/2012 08:00:09 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A seu turno, a Constituição do Estado do Paraná, datada de 05 de outubro de 1989, prevê:

Art. 146. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º. Lei complementar disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;*
- II - os direitos dos usuários;*
- III - a política tarifária;*
- IV - a obrigação de manter serviço adequado;*

Em atendimento ao comando constitucional, em 21 de dezembro de 1995, o Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 76/95, a qual dispôs sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Como é de conhecimento geral, as atuais concessões do serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros rodoviário e metropolitano do Estado do Paraná foram realizadas anteriormente à Constituição Federal de 1988, não tendo sido precedidas de regular processo licitatório.

Assim, é imperativo efetivar o devido processo administrativo de extinção das referidas concessões e conduzir a licitação necessária à nova e regular delegação do serviço, na forma prevista no art. 42 e parágrafos da Lei Federal 8.987/95 e consoante determinado pelo presente Anteprojeto de Lei.

No tocante ao procedimento licitatório, a Lei Complementar Estadual nº 76/95 **exige expressamente que a licitação seja precedida de autorização legislativa**, veja-se:

Art. 15. Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Parágrafo único. As licitações para concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante leilão, deverão ser precedidas de autorização do Poder Legislativo, exceto àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste Ltda. (Incluído pela Lei Complementar 79 de 02/12/1996)

O art. 24, § 2º, da referida Lei Complementar estabelece que "o prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato."

Assim, considerou-se também caber à lei autorizativa específica, encampada pelo presente Anteprojeto de Lei Complementar, definir, especificamente, o prazo da concessão do serviço público de transporte coletivo intermunicipal rodoviário e metropolitano de passageiros.

De mais a mais, a necessidade de lei autorizativa específica decorre da norma do art. 2º da Lei Federal 9.074/95, norma geral de licitações e concessões de serviço público, de observância, a seguir transcrito:

Art. 2º. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada a lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana e nos já referidos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e Municípios, observado, em qualquer caso, os termos da Lei no 8.987, de 1995.

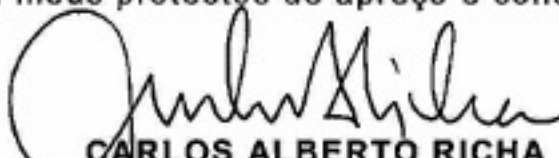
O presente Anteprojeto prevê que o Regulamento do Transporte Coletivo Intermunicipal Rodoviário e Metropolitano de Passageiros do Estado do Paraná, ao qual se sujeitarão todos os prestadores de serviços públicos e privados de transporte intermunicipal de passageiros, com exceção daqueles delegatários e autorizatários de serviços circunscritos na Região Metropolitana de Curitiba, será aprovado por Decreto do Poder Executivo.



A aprovação de tal regulamento, por meio de Decreto, é possível e é essencial para dar maior efetividade às normas contidas na Lei. Ademais, cumpre informar que a presente medida não implica em aumento de despesa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 618/2012

EMENTA: TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO PROVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 145A DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 175 DA CF. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, o qual tem por objeto fazer com que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros seja organizado, gerenciado e planejado pela Administração Pública Estadual.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Na mensagem encaminhada a esta Casa Legislativa o Poder Executivo, em um primeiro momento, argumenta que as atuais concessões do serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros rodoviários e metropolitano do Estado do Paraná foram realizadas anterior a Constituição de 1988, não havendo o regular processo licitatório.

Desta forma, argumenta que é imperativo efetivar o devido processo administrativo de extinção das referidas concessões e conduzir a licitação necessária à nova e regular delegação do serviço, na forma da legislação vigente.

Ainda, argumenta que o Projeto de Lei em apreço prevê que o Regulamento do Transporte Coletivo Intermunicipal Rodoviário e Metropolitano de passageiros do Estado do Paraná, ao qual se sujeitarão todos os prestadores de serviços públicos e privados de transporte intermunicipal de passageiros, com exceção daqueles delegatórios e autorizatórios de serviços circunscritos na Região Metropolitana de Curitiba, será aprovado por Decreto Lei.

Por fim, informa que a presente medida não implica em aumento de despesa.

É o relatório, no que interessa.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



FUNDAMENTAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.¹

Em relação a competência desta Comissão de Constituição e Justiça em exarar o presente parecer está regimentalmente previsto no artigo 33-A, inciso I², o qual estabelece a competência dessa para examinar os aspectos de ordem constitucional, legal e jurídico de todo e qualquer Projeto de Lei proposto.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se,

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Poder Executivo possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.^{4,5}

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ No mesmo sentido tem-se o Regimento Interno desta Casa Legislativa, mais precisamente o artigo 124 o qual menciona que: 'A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.'

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.'



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em relação a técnica legislativa, o presente PL se coaduna as regras contidas na Lei Complementar n. 95/98.

Verifica-se na Constituição Federal, mais especificamente em seu art. 175, a incumbência do Poder Público no que tange ao regime de concessão de serviços públicos, senão vejamos:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado

No mesmo sentido, temos a matéria também descrita na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 146, vejamos:

Art. 146. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º. Lei complementar disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - a política tarifária;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



IV - a obrigação de manter serviço adequado;

No que diz respeito ao trâmite licitatório, a Lei Complementar Estadual n.º. 76/95 exige expressamente que a licitação seja precedida de autorização legislativa:

Art. 15. Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Parágrafo único: As licitações para concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante leilão, deverão ser precedidas de autorização do Poder Legislativo, exceto àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste LTDA. (Incluído pela Lei Complementar 79 de 02/12/1996).

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em análise não acarretará despesas, conforme informado pelo Poder Executivo, e por consequência está em perfeita harmonia com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/00.

Desta forma não se vislumbra qualquer impedimento para aprovação do Projeto de Lei em apreço em sede desta Comissão, bem como não há qualquer obstáculo para a sua regular tramitação.



PODER LEGISLATIVO

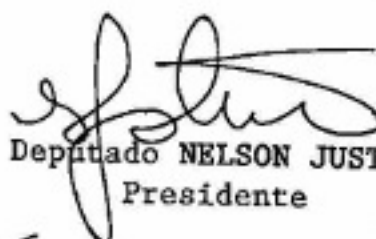
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

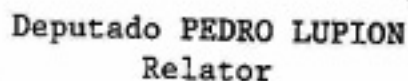








CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO na forma da Emenda, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator







APROVADO
Unanimemente 11/12

-7-

REGIME DE URGÊNCIA

Celine Gondim
Coord. Adm.
CCJ



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 618/2012

De acordo com o que determina os artigos 137, §3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acrescenta o art. 5º e renumera o art. 5º para art. 6º do Projeto de Lei nº 618/2012, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 5º - Fica alterada a alínea b, do §1º do art. 59 da Lei Complementar nº 131 de 29 de setembro de 2010, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 59 - (...)

§1º - (...)

b) ao Auditor Fiscal nomeado para ocupar cargo de Secretário de Estado, de assessoramento ou direção no Poder Executivo Estadual ou Municipal, em casos de municípios sedes de Delegacia da Receita Estadual.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

DEPUTADO ESTADUAL

PEDRO LUPION

Caline Gondim
Assm
REGIME DE URGÊNCIA

PROVADO

11/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 618/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 088/12 que objetiva dispor que o Transporte Coletivo Público Intermunicipal de Passageiros do Estado, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela administração pública estadual.

Preliminarmente observamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do art. 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado, em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão não fere as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que a medida não implica em aumento de despesa.

Por fim, manifestamos o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua normal tramitação e, conseqüente aprovação.


É o parecer.

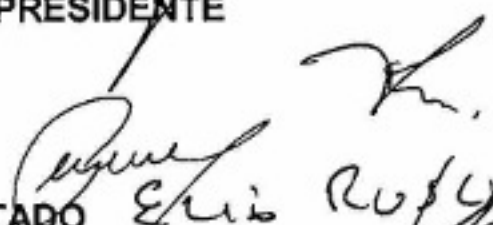


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões,

12/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO Elio Rubin
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 618/2012

Projeto de Lei Complementar nº 618/2012
Autor: Poder Executivo – mensagem nº 88/12

Súmula: Dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela administração pública Estadual.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei complementar 618/12, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade dispor que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela administração pública estadual.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei Complementar nº 618/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dispor sobre autorização para concessão do Serviço público de transporte coletivo de passageiros intermunicipal rodoviário e intermunicipal de característica metropolitana do Estado do Paraná. A Administração Pública Estadual já pauta em suas funções o gerenciamento do transporte público intermunicipal, sendo que através desta lei estará regularizando este processo, dando uma atenção prioritária ao transporte de passageiros em nosso Estado. A fiscalização se intensifica e com isso quem ganha são os próprios usuários.

Cumpra a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33- F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III – CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa dispor que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela administração pública estadual.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei Complementar 618/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

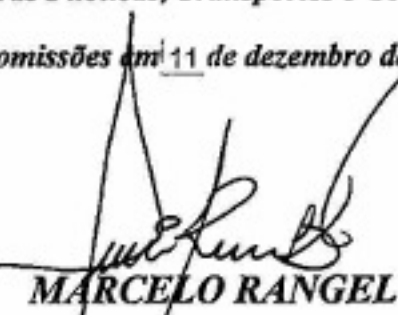
IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parêcer Favorável ao referido Projeto de Lei Complementar 618/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Francisco Buhrer

Relator



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 62112

Súmula: Dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece outras providências.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. As funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná passam a ser regidas por esta Lei.

Art. 2º. A denominação, classificação, quantidade, valores; requisitos de designação e as atribuições básicas das funções comissionadas passam a ser as constantes desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas de cada função comissionada serão definidas em regulamento.

Art. 3º. As funções comissionadas são de livre designação e dispensa, compreendendo as atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Art. 4º. São requisitos para a designação de servidor em função comissionada:

I - correlação fundamental entre as atribuições do cargo efetivo e as da função comissionada, para cujo exercício for designado o servidor;

II - formação superior ou técnica;



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



III - experiência compatível com a área de atuação;

IV - não ter cumprido sanção administrativa decorrente de infração disciplinar nos últimos 02 (dois) anos.

§1º. Os requisitos para designação previstos neste artigo não excluem outros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, por ato vinculante, com fundamento no artigo 103-B, §4º, da Constituição Federal.

§2º. O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá regulamento sobre os requisitos de designação previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 5º. A designação para a função comissionada vigora a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a que subordinará o servidor designado dar-lhe imediato exercício.

Art. 6º. É vedada a designação de servidor efetivo para o exercício de função comissionada quando estiver no exercício de cargo em comissão.

Art. 7º. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná destinará no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores efetivos de seus quadros.

Parágrafo único. Os 5% (cinco por cento) restantes das funções comissionadas poderão ser exercidas por outros servidores à disposição do Poder Judiciário, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos nesta Lei.

Capítulo II

Da natureza gerencial das funções comissionadas

Art. 8º. Consideram-se de natureza gerencial as funções comissionadas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

Art. 9º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos com formação superior e experiência compatível com a área de atuação, na forma de regulamento.

Art. 10. O servidor efetivo dos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça deverá ter se capacitado em curso de desenvolvimento gerencial proporcionado pela Administração, com carga mínima de (30) trinta horas, para ser investido em cargo em comissão ou designação de função comissionada, ambos de natureza gerencial, a exceção das funções previstas no artigo 29 desta Lei.

Parágrafo único. O curso previsto no *caput* deste artigo terá prazo de validade de 4 (quatro) anos.

Art. 11. O descumprimento do contido no artigo anterior e seu parágrafo inviabilizará a designação em função comissionada, bem como a continuidade de seu exercício.

Capítulo III

Da Remuneração pelo Exercício da Função

Art. 12. O servidor designado para função comissionada perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida da vantagem pecuniária correspondente à função, nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. Ao servidor designado para o exercício de função comissionada é vedada a percepção de encargos especiais.

Capítulo IV

Da substituição de titular da função comissionada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

Art. 13. Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamentos eventuais do titular da função comissionada com atribuições de direção ou chefia.

Parágrafo único. A substituição depende de ato da Administração e recairá em servidor ocupante de cargo de provimento efetivo por prazo determinado não superior a 120 (cento e vinte) dias.

Art. 14. Durante o tempo de substituição, o substituto perceberá a gratificação correspondente à função comissionada, na forma prevista no artigo 12 desta Lei.

Art. 15. Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

Capítulo V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 16. Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente a designação de funções comissionadas previstos nesta Lei, até 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 17. É vedada a designação das funções comissionadas para atribuições diversas das previstas nesta Lei e em regulamento.

Art. 18. É vedada a designação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em função comissionada prevista para o 1º Grau de Jurisdição, bem como de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do

4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná para qualquer função comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 19. A Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (ESEJE) deverá incluir em seus planos de capacitação ações voltadas a habilitação de seus servidores para o exercício das funções comissionadas de natureza gerencial, que deverão contemplar:

I - a definição dos requisitos mínimos do perfil profissional esperado dos servidores ocupantes das funções comissionadas, observadas as respectivas atribuições dos cargos efetivos e habilitação;

II - programa de desenvolvimento gerencial.

Art. 20. O Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de Decreto Judiciário, disporá sobre a alocação das funções comissionadas na estrutura da Secretaria do Tribunal e das unidades do 1º Grau de Jurisdição.

Parágrafo único. O provimento das funções e a alocação que se refere o *caput* deste artigo deverão observar as reais necessidades das unidades, inclusive quanto à proporcionalidade numérica entre chefes e subordinados diretos.

Art. 21. Fica alterado o inciso I, do artigo 4º da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - ...

I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão e função comissionada;
(...)"

Art. 22. Fica alterado o artigo 5º da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



"Art. 5º - ...

(...)

VI - Funções Comissionadas (FCO) - composto por funções de confiança, com atribuições de direção, chefia e assessoramento, privativo de servidor público ocupante de cargo efetivo."

Art. 23. Fica alterado o inciso I do artigo 7º da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - ...

(...)

I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo que compõe as carreiras previstas na Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008 e função comissionada;
(...)"

Art. 24. Fica alterado o artigo 8º da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - ...

(...)

III - Funções Comissionadas (FCO) - composto por funções de confiança, com atribuições de direção, chefia e assessoramento, privativo de servidor público ocupante de cargo efetivo."

Art. 25. O Chefe do Núcleo de Controle Interno, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, será escolhido e designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação pelo Órgão Especial, dentre servidores efetivos e



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



estáveis dos grupos ocupacionais superior ou especial do Quadro de Pessoal da Secretaria, para o exercício da função.

Art. 26. Fica revogado o artigo 15 e seus parágrafos, da Lei 16.023, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, o artigo 67 da Lei 16.024, de 19 de dezembro de 2008, e as demais disposições em contrário.

Art. 27. Lei específica disporá sobre os requisitos de designação e atribuições das funções de Diretor de Secretaria e Supervisor previstas nos artigos 4º e 5º da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 28. Os valores percebidos à título de encargos especiais pelo exercício de funções comissionadas resultam convalidados.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 30. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2013.

ANEXO I



TABELA

FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Chefe de Divisão	91	R\$ 2.025,00
Chefe de Seção	393	R\$ 658,00
Chefe de Serviço	408	R\$ 391,65
Coordenador do Núcleo de Controle Interno	1	R\$ 5.696,19
Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	1	R\$ 5.696,19
Coordenador da Central de Precatórios	1	R\$ 5.696,19
Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral	1	R\$ 5.696,19
Supervisor do Centro de Educação Infantil	1	R\$ 4.209,36
Supervisor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	1	R\$ 4.209,36
Supervisor do Centro de Apoio à Turma Recursal	1	R\$ 3.500,00
Supervisor do Centro de Transporte	1	R\$ 3.500,00
Supervisor do Centro de Digitalização	1	R\$ 3.500,00
Supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania	1	R\$ 2.025,00
Supervisor de Assessoria Jurídica de Departamento	8	R\$ 2.025,00
Supervisor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	1	R\$ 2.025,00
Supervisor Administrativo da	1	R\$ 2.025,00



Corregedoria-Geral da Justiça		
Supervisor do Departamento Judiciário	2	R\$ 2.025,00
Supervisor de Assessoria Técnica de Departamento	3	R\$ 2.025,00
Supervisor da Assessoria Administrativa do Departamento da Corregedoria da Justiça	1	R\$ 2.025,00
Supervisor da Coordenadoria da Infância e Juventude	1	R\$ 2.025,00
Supervisor de Assessoria Correccional	5	R\$ 1.025,56
Assistente Jurídico de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 1.079,14
Assessor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	7	R\$ 1.350,00
Assessor do Gabinete do Secretário	3	R\$ 1.350,00
Assessor do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 1.350,00
Assistente Jurídico da Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores	6	R\$ 1.350,00
Assessor da Assessoria Jurídica de Departamento	26	R\$ 1.350,00
Assessor da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	7	R\$ 1.350,00
Assessor da Corregedoria	6	R\$ 1.350,00
Assessor do Gabinete da Presidência	18	R\$ 1.847,31
Assessor do Gabinete da 1ª Vice-Presidência	2	R\$ 1.847,31
Assessor do Gabinete da 2ª Vice-Presidência	2	R\$ 1.847,31
Assessor do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	2	R\$ 1.847,31
Assessor Técnico do Núcleo de Controle Interno	4	R\$ 1.847,31
Assistente de Gabinete	42	R\$ 607,54

Assistente Pedagógico do Centro Infantil	1	R\$ 607,54
Assistente da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	4	R\$ 607,54
Assistente de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 607,54
Assistente Técnico do Gabinete do Secretário	5	R\$ 902,13
Assistente Técnico do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 902,13
Auxiliar de Gabinete	51	R\$ 303,77
Assistente da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	1	R\$ 607,54
Assistente do Gabinete da Presidência	10	R\$ 607,54
Assistente do Cerimonial	1	R\$ 607,54
Assistente do Plantão Judiciário	5	R\$ 946,07
Integrante de Comissão Permanente	120	R\$ 623,03
Presidente de Comissão Permanente	10	R\$ 812,07
Pregoeiro	7	R\$ 812,07
Secretário de Sessão de Julgamento	28	R\$ 406,51

ANEXO II



**FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	SIMBOLOGIA	ATRIBUIÇÕES	CARGOS COMPATÍVEIS	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Chefe de Divisão 	FC-04	Chefia da Divisão, em nível auxiliar ao Diretor de Departamento e segundo a sua orientação.	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Departamento em que estiver lotado.	91
Chefe de Seção	FC-12	Chefia, em nível auxiliar ao Chefe de Divisão e segundo a sua orientação.	Servidores dos grupos ocupacionais especial, superior, intermediário de apoio administrativo e básico.	Preferencialmente, por servidores portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Departamento.	393
Chefe de Serviço	FC-16	Chefia, em nível auxiliar ao Chefe de Seção e segundo a sua orientação.	Servidores dos grupos ocupacionais especial, superior, intermediário de apoio administrativo e básico.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	408
Coordenador do Núcleo de Controle Interno 	FC-01	Chefia do Núcleo de Controle Interno	Exclusivamente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Núcleo de Controle Interno.	1
Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	FC-01	Chefia do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	Exclusivamente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Núcleo de Controle Interno.	1
Coordenador da Central de Precatórios	FC-01	Chefia da Central de Precatórios	Exclusivamente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Núcleo de Controle Interno.	1
Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral	FC-01	Chefia do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Centro.	1
Supervisor de Centro de Educação Infantil	FC-02	Chefia do Centro, em nível auxiliar a autoridade a que	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais	Portadores de diploma de curso superior correlato com as	1

		estiver subordinada e segundo sua orientação.	especial e superior.	atividades do Centro.	
Supervisor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná	FC-02	Chefia da Escola, em nível auxiliar a autoridade a que estiver subordinada e segundo sua orientação.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades da Escola.	1
Supervisor do Centro de Apoio à Turma Recursal	FC-03	Chefia do Centro, em nível auxiliar a autoridade a que estiver subordinada e segundo sua orientação.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Centro.	1
Supervisor do Centro de Transporte	FC-03	Chefia do Centro, em nível auxiliar a autoridade a que estiver subordinada e segundo sua orientação.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Centro.	1
Supervisor do Centro de Digitalização	FC-03	Chefia do Centro, em nível auxiliar a autoridade a que estiver subordinada e segundo sua orientação.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Centro.	1
Supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania	FC-04	Chefia do Centro, em nível auxiliar a autoridade a que estiver subordinada e segundo sua orientação.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Centro.	1
Supervisor de Assessoria Jurídica de Departamento	FC-04	Chefia e assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Diretor de Departamento.	Privativo de servidores ocupantes do grupo ocupacional especial.	Portadores de diploma de curso superior em Direito.	8
Supervisor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	FC-04	Chefia e assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Secretário.	Privativo de servidores ocupantes do grupo ocupacional especial.	Portadores de diploma de curso superior em Direito.	1
Supervisor do Departamento Judiciário	FC-04	Chefia e assessoramento técnico-administrativo, em nível superior, ao Departamento.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades.	2
Supervisor de Assessoria Técnica de Departamento	FC-04	Chefia e assessoramento técnico, em nível superior, ao Departamento.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades.	3
Supervisor da Assessoria Administrativa do Departamento	FC-04	Chefia e assessoramento administrativo, em nível superior, ao Departamento.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades.	1

Corregedoria-Geral da Justiça		Departamento.			
Supervisor da Coordenadoria da Infância e da Juventude	FC-04	Chefia e assessoramento, em nível superior, à CIJ	Preferencialmente por servidores do grupo ocupacional superior.	Portadores de diploma de curso superior em Psicologia e Serviço Social.	1
Supervisor de Assessoria Correlacional	FC-08	Assessoramento, em nível superior, aos juizes correlacionais.	Preferencialmente por servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades.	5
Assistente Jurídico do Gabinete da Desembargador	FC-07	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete de Desembargador.	Servidores ocupantes de cargos efetivos dos grupos ocupacionais especial e intermediário de apoio administrativo.	Portadores de diploma de curso superior em Direito.	115
Assessor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Secretário	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos do grupo ocupacional especial e superior	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas na Assessoria do Gabinete do Secretário.	7
Assessor de Gabinete do Secretário	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete do Secretário	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos do grupo ocupacional especial e superior	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas no Gabinete do Secretário.	3
Assessor de Gabinete do Subsecretário	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete do Subsecretário	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos dos grupos ocupacionais especial e superior	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas no Gabinete do Subsecretário	2
Assistente Jurídico da Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, à Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores.	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos do grupo ocupacional especial.	Portadores de diploma de curso superior em Direito.	6
Assessor de Assessoria Jurídica de Departamento	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, aos Departamentos.	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas no Departamento.	26
Assessor da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, à Assessoria de Planejamento.	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas.	7
Assessor da Corregedoria	FC-06	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, à	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos dos	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades	6

		Corregedoria.	grupos ocupacionais especial e superior.	desenvolvidas.	
Assessor do Gabinete da Presidência	FC-05	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete da Presidência.	Privativo de servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Gabinete.	18
Assessor do Gabinete da 1ª Vice-Presidência	FC-05	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete da 1ª Vice-Presidência	Privativo de servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Gabinete.	2
Assessor do Gabinete da 2ª Vice-Presidência	FC-05	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete da 2ª Vice-Presidência.	Privativo de servidores dos grupos ocupacionais especial e superior	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Gabinete.	2
Assessor do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	FC-05	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça.	Privativo de servidores dos grupos ocupacionais especial e superior	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Gabinete.	2
Assessor Técnico do Núcleo de Controle Interno	FC-05	Assessoramento técnico especializado, em nível superior, ao Núcleo de Controle Interno	Privativo de servidores dos grupos ocupacionais especial e superior.	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades do Núcleo.	4
Assistente de Gabinete	FC-14	Coordenar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços administrativos.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário de apoio administrativo e básico	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	42
Assistente Pedagógico do Centro Social Infantil	FC-14	Auxiliar o Supervisor do Centro na execução de tarefas de cunho pedagógico.	Preferencialmente por servidores ocupantes de cargos efetivos do grupo ocupacional superior	Portadores de diploma de curso superior em Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.	1
Assistente da Escola de Servidores do Poder Judiciário	FC-14	Auxiliar o Supervisor da Escola na execução das tarefas.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário de apoio administrativo, superior e especial.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	4
Assistente de Gabinete Desembargador	FC-14	Executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços administrativos dos	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário de apoio administrativo.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	115

		respectivos Gabinetes.			
Assistente Técnico do Gabinete do Secretário	FC-10	Coordenar e executar atividades relacionadas aos serviços administrativos do Gabinete.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário de apoio administrativo.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	5
Assistente Técnico do Gabinete do Subsecretário	FC-10	Coordenar e executar atividades relacionadas aos serviços administrativos do Gabinete.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário de apoio administrativo.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	2
Auxiliar de Gabinete	FC-17	Executar atividades relacionadas aos serviços administrativos do setor.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário e básico	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	51
Assistente da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	FC-14	Coordenar e executar atividades relacionadas aos serviços administrativos da Assessoria de Planejamento.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	1
Assistente do Gabinete da Presidência	FC-14	Coordenar e executar atividades relacionadas aos serviços administrativos do Gabinete.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	10
Assistente do Cerimonial	FC-14	Coordenar e executar atividades relacionadas aos serviços administrativos da Assessoria do Cerimonial.	Servidores dos grupos ocupacionais intermediário.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	1
Assistente do Plantão Judiciário	FC-09	Exercício de funções junto à Central de Inquéritos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Plantão Judiciário	Servidores efetivos dos grupos ocupacionais intermediário e básico.	Portadores de certificado de conclusão de ensino médio.	05
Integrante da Comissão Permanente	FC-13	Integrar comissão permanente da Secretaria do Tribunal.	Servidores dos grupos ocupacionais especial e superior, preferencialmente, ou intermediário de apoio administrativo	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atribuições da comissão.	120
Presidente da Comissão Permanente	FC-11	Presidir comissão permanente da Secretaria do Tribunal.	Servidores dos grupos ocupacionais especial e superior, preferencialmente, ou intermediário de apoio administrativo	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atribuições da comissão.	10
Pregoeiro	FC-11	Presidir comissão	Servidores dos	Portadores de diploma	7

		de Pregão da Secretaria do Tribunal.	de grupos ocupacionais especial e superior, preferencialmente, ou intermediário de apoio administrativo	de curso superior correlato com as atribuições da comissão.	
Secretário de Sessão de Julgamento	FC-15	Coordenar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciais e administrativos nas sessões de julgamento.	Servidores dos grupos ocupacionais especial, intermediário de apoio administrativo e básico	Portadores de diploma de Bacharel em Direito	28

X

ANEXO III

SIMBOLOGIA E VALORES DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS
DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SIMBOLOGIA	VALOR
FC-01	R\$ 5.696,19
FC-02	R\$ 4.209,36
FC-03	R\$ 3.500,00
FC-04	R\$ 2.025,00
FC-05	R\$ 1.847,31
FC-06	R\$ 1.350,00
FC-07	R\$ 1.079,14
FC-08	R\$ 1.025,56
FC-09	R\$ 946,07
FC-10	R\$ 902,13
FC-11	R\$ 812,07
FC-12	R\$ 658,00
FC-13	R\$ 623,03
FC-14	R\$ 607,54
FC-15	R\$ 406,51
FC-16	R\$ 391,65
FC-17	R\$ 303,77



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Após a vigência das Leis Estaduais nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e 17.250, de 31 de julho de 2012 que reestruturaram, respectivamente, os quadros de pessoal dos servidores do Poder Judiciário e as suas gratificações, houve significativa mudança na composição remuneratória desses servidores, corrigindo diversas irregularidades apontadas no relatório de inspeção do Conselho Nacional de Justiça quanto ao pagamento de pessoal.

Contudo, subsiste a necessidade de melhor disposição legal a respeito da concessão de vantagem pecuniária decorrente do exercício das funções comissionadas aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Assim, a proposta de alteração legislativa que segue se presta não apenas a dar cumprimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle, mas para melhor adequar a Administração quanto aos ditames constitucionais, em especial, dos artigos 37, caput e inciso X, e 169, da Constituição da República.

Ela traz a denominação, classificação, quantidade, valores, requisitos de designação e as atribuições básicas das funções comissionadas existentes na Secretaria do Tribunal de Justiça. Presta-se, portanto, a dar forma legal, àquilo que está disposto, hoje, em decreto com suporte em lei.

Com a proposta, a Administração cumpre de maneira imediata e com melhor técnica constitucional, as determinações dos órgãos de controle.

Procurou-se estabelecer critérios técnicos para a designação das funções de confiança, uma vez que atualmente os requisitos legais nada dizem a respeito da qualificação acadêmica ou técnica.

Esses requisitos foram assim elencados: formação superior ou técnica, experiência compatível com a área de atuação, na forma estabelecida em regulamento e não ter cumprido sanção administrativa decorrente de infração disciplinar nos últimos 02 (dois) anos.

Além disso, a expressa vinculação constitucional dessas funções a atribuições de direção, chefia e assessoramento está prevista no anteprojeto de lei, inclusive quanto a descrição dessas funções em Anexo próprio.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Para designação das funções comissionadas de natureza gerencial, deverá o servidor se capacitar em curso de desenvolvimento gerencial proporcionado pela Administração, com carga mínima de 30 (trinta) horas.

Previu-se, para tanto, que a Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (ESEJE) deverá incluir em seus planos de capacitação ações voltadas a habilitação de seus servidores para o exercício das funções comissionadas de natureza gerencial, que deverão contemplar a definição dos requisitos mínimos do perfil profissional esperados dos servidores ocupantes dessas funções, observadas as respectivas atribuições dos cargos efetivos e habilitação, além de fixar um programa de desenvolvimento gerencial.

Vale salientar que neste projeto as funções existentes foram correlacionadas por meio de simbologia própria – FC-01, FC-02, v.g. –, agregando-se funções de mesma natureza e similaridade, para fins de fixação de valores uniformes e proporcionais ao grau de complexidade e responsabilidade já referidos.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa anual na ordem de R\$ 431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 5.170.000,00 (cinco milhões cento e setenta mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 5.170.000,00 (cinco milhões cento e setenta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

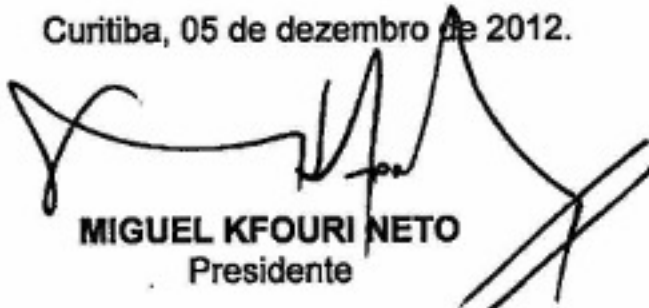
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.670/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 621/2012

Projeto de Lei nº. 621/2012
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: "Dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece outras providências."

EMENTA: FUNÇÕES COMISSIONADAS NO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO COM EMENDA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa dispor sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

II - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa; ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade, e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei **na forma da emenda anexa**.



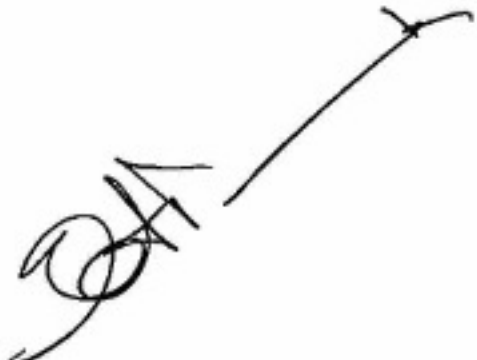


Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator



APROVADO

12.12.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

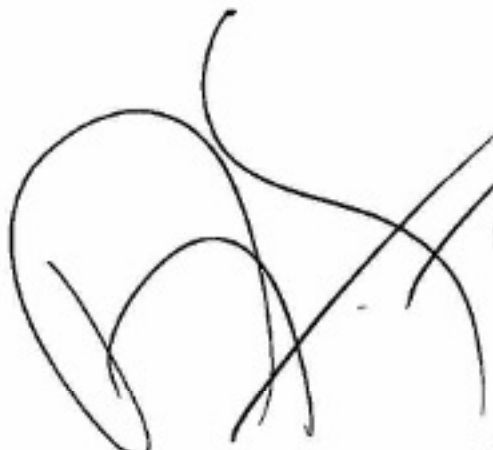



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 621/12

A presente emenda visa suprimir a expressão "e as demais disposições em contrário" do art. 26 do Projeto de Lei 621/2012, o qual passa a contar com a seguinte redação:

8 Art. 26. Fica revogado o artigo 15 e seus parágrafos, da Lei 16.023, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, bem como o art. 67 da Lei 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Curitiba, 12 de dezembro de 2012.

8

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator





APROVADO

12.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 621/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1670/12 que objetiva dispor sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná, e estabelece outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, com emenda supressiva.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, representa uma despesa anual na ordem de R\$431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais) para o exercício de 2013, R\$5.170.000,00 (cinco milhões cento e setenta e mil reais) para o exercício de 2014 e R\$5.170.000,00 (cinco milhões cento e setenta mil reais) para o exercício



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o devido parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões,

12/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BÜHNER
RELATOR







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 622112

SÚMULA: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma Unidade do Juizado Especial no Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criada 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (uma) Unidade Administrativa Própria do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública com cargo de Juiz, no Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (CODJ).

Art. 2.º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final, para o Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, entrância final.

Art. 3.º Fica alterada a Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescida do artigo 255-B, com a seguinte redação:

Art. 255-B. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Região Metropolitana de Londrina o seguinte:

I – no Foro Regional de Ibiporã:

- a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;*
- b) Unidade Administrativa Própria do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública com cargo de Juiz"*

Art. 4.º Ficam criados 2 (dois) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 2 (dois) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e do Juizado Especial Cível e Criminal, no Foro Regional de Ibiporã, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5.º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX (Tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

Art. 6.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	

	IBIPORÃ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	Vara-Cível
	Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Comedores do Foro Extrajudicial
2	Juizado Especial-Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL

	(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
2ª INSTÂNCIA							
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA							
Foro Regional de Iporã			1	1		-1	1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ								
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003								
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V								
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
2ª INSTÂNCIA								
1ª INSTÂNCIA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA								
Foro Regional de Ibiporã								
	Final			3	1		4	✓





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 272.127/2012, tem por finalidade criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (um) Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública no Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

A proposta insere o artigo 255-B na Lei Estadual nº 14.277/2003, passando o Foro Regional de Ibiporã a contar com 1 (uma) Vara Cível, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (uma) Unidade do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública que atenderá uma população de aproximadamente 59.616 habitantes (censo IBGE 2010), já considerada a inclusão do Município de Jataizinho na circunscrição do Foro Regional de Ibiporã.

A criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, que na realidade consiste no desmembramento de competência da Vara Criminal e Anexos e da Vara Cível e Anexos já existentes, implica em alteração da nomenclatura dessas últimas unidades, que passam a ser denominadas unicamente Vara Criminal e Vara Cível, que passam a ter competência exclusiva.

A alteração da nomenclatura consta do Anexo IV da proposta de alteração legislativa.

A criação ora proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

A proposta altera os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Registre-se que os custos com a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$ 344.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 1.128.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.340.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 137.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 425.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 447.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

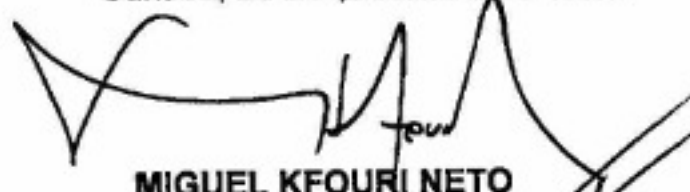
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e o Juizado Especial no Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.672/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em, _____
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

1º Secretário

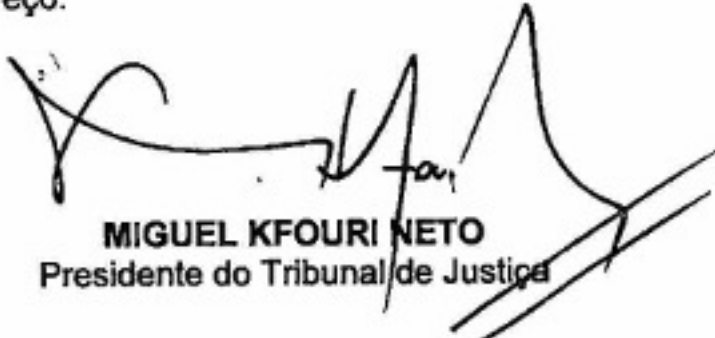
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e do Juizado Especial no Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina e altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 622/12

Projeto de Lei nº. 622/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma Unidade do Juizado Especial no Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, altera a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DE DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL. UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL. FORO REGIONAL DE IBIPORÃ. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma Unidade do Juizado Especial no Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator




APROVADO

12/12/12








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 622/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1672/12 que objetiva CRIAR A Vara de Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma unidade do Juizado Especial no foro regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277/02. (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, levando-se em conta que os custos com a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais) para o exercício de 2012, R\$1.128.000,00 (um milhão, cento e vinte e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$1.340.000,00 (um milhão trezentos e quarenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No caso dos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008. E as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS). Com um custo aproximado de R\$137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2013 e R\$447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais) para o exercício de 2014.

Desta forma, manifestamos o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões,

17/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VELAZ
RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça



ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 623/12

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 16.748/10 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal e adota outras providências.

Art. 1º. Fica alterado o art. 33 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Ficam transformados 96 (noventa e seis) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em 87 (oitenta e sete) cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e 09 (nove) cargos de Técnico Especializado em Execução Penal.

§1º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Infância e Juventude correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes dos Quadros Transitórios, criados pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que compuseram a Equipe Interprofissional do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude desde sua vigência até a publicação da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, que permanecem ocupando os cargos transformados.

§2º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Execução Penal correspondem aos cargos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça



ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório de Pessoal da Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, criado pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que permanecem ocupando os cargos transformados.

Art. 2º. Os Técnicos Especializados em Infância e Juventude integrarão a equipe interprofissional com as atribuições previstas nos artigos 150 e 151 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e serão lotados nos Juízos e unidades administrativas vinculados a Infância e da Juventude e, excepcionalmente, nas Varas de Família.

Art. 3º. Os ocupantes dos cargos de Técnicos Especializados em Execução Penal serão lotados nas Varas de Execuções Penais.

Art. 4º. Em face da natureza especial das funções, os Técnicos Especializados em Infância e Juventude e os Técnicos Especializados em Execução Penal farão jus ao valor correspondente à gratificação de risco de vida percebida em janeiro de 2011 na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, à título de irredutibilidade e recomposição remuneratórias.

Art. 5º. Aos ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal não é conferida equiparação, nem a percepção de vantagens pecuniárias reservadas aos ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 6º. Os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e de Técnico Especializado em Execução Penal, na medida em que vagarem, passarão a recompor o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, sob a denominação de Técnico Judiciário.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça



ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 7º. Ficam alteradas as Tabelas 3, dos Anexos I e II, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal.

A Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, tratou em seu art. 33 da situação dos servidores ex-celetistas que integravam o Serviço Auxiliar a Infância e à Juventude, em consonância, com a redação original do Projeto de Lei 05/98 e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte a respeito do tema:

***Art. 33.** Os cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça oriundos do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar a Infância e à Juventude, em número de oitenta e quatro (84), passam a ser denominados Técnico Especializado em Infância e Juventude.*

***Parágrafo único.** Os ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça nos Juízos da Infância e Juventude ou, excepcionalmente, nas Varas de Família, onde exercerão suas funções.*

Após a vigência da Lei Estadual nº 16.748/10 e do Decreto nº 161, de 23.02.11 – que reenquadrou os servidores efetivos com fundamento nessa lei – esta Administração constatou que alguns servidores ex-celetistas, integrantes da equipe interprofissional do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude foram enquadrados erroneamente em 1993, pela Resolução nº 03, no cargo de Técnico Especializado, do Quadro Transitório de Pessoal da Secretaria, ao invés de Técnico Especializado em Infância e Juventude, do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude.

Embora esses dois cargos tenham sofrido tratamento idêntico pela Lei Estadual nº 11.719/97 – ambos foram transformados em cargos de Técnico Judiciário do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça – apenas os servidores oriundos do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude é que tiveram seus cargos transformados em Técnico Especializado em Infância e Juventude, por força do disposto no art. 33 da Lei Estadual nº 16.748/10.

Além disso, por conta da Lei Estadual nº 11.719/97, alguns servidores que integraram equipe interprofissional do S.A.I. passaram a





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



exercer suas funções em gabinetes ou departamentos da Secretaria deste Tribunal.

Para corrigir a situação, e segundo o enquadramento proposto, o artigo 33 da Lei Estadual nº 16.748/08 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 33. Ficam transformados 96 (noventa e seis) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em 87 (oitenta e sete) cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e 09 (nove) cargos de Técnico Especializado em Execução Penal.

§1º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Infância e Juventude correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes dos Quadros Transitórios, criados pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que compuseram a Equipe Interprofissional do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude desde sua vigência até a publicação da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, que permanecem ocupando os cargos transformados.

§2º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Execução Penal correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório de Pessoal da Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, criado pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que permanecem ocupando os cargos transformados."

De acordo com a proposta apresentada, os Técnicos Especializados em Infância e Juventude integrarão equipe interprofissional com as atribuições previstas nos artigos 150 e 151 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e serão lotados nos Juízos e unidades administrativas vinculados a Infância e Juventude e, excepcionalmente, nas Varas de Família, enquanto os ocupantes dos cargos de Técnicos Especializados em Execução Penal serão lotados nas Varas de Execuções Penais.

Ressalvou-se no texto que aos ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal não é conferida equiparação, nem a percepção de vantagens pecuniárias reservadas aos ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça, a



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



fim de não se afrontar, por via indireta, o artigo 37, II, da Constituição Federal.

Ainda em relação a esses cargos, há expressa previsão quanto a sua transformação, na medida em que vagarem, em Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa anual na ordem de R\$ 92.500,00 para o exercício de 2012, R\$ 1.155.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.173.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

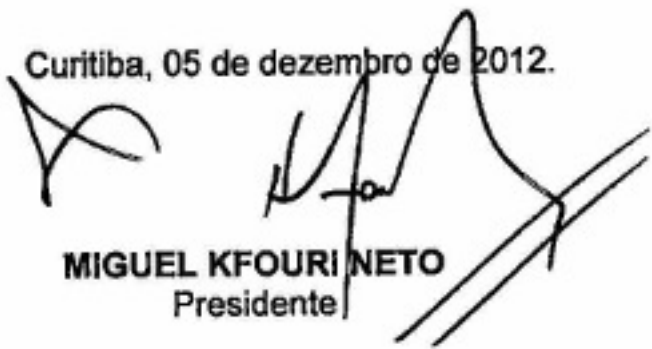
Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício de 2013 e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da alteração da Lei Estadual nº 16.748/10 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.674/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o inclusq Anteprojeto de Lei que trata da alteração da Lei Estadual nº 16.748/10 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 623/12

Projeto de Lei nº. 623/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei Estadual n.º. 16.748/2010 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal e adota outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL N.º. 16.748/2010. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo, alterar o art. 33 da Lei Estadual n.º. 16.748/2010, que dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos Juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

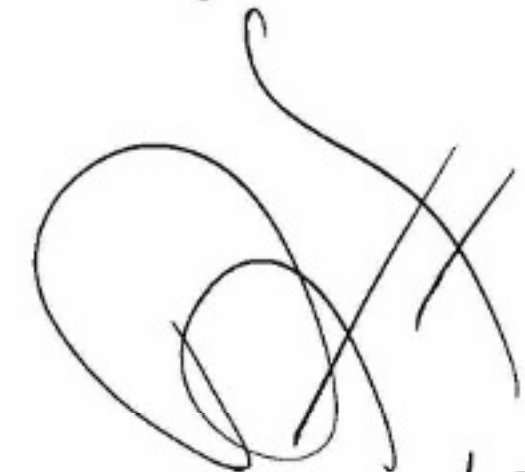




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
relator






APROVADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 623/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1670/12 que objetiva alterar a Lei Estadual nº 16.748/10 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, os custos do projeto de lei representam um incremento na despesa anual na ordem de R\$92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais) para o exercício de 2012, R\$1.155.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil reais)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




para o exercício de 2013, e R\$1.173.000,00 (um milhão, cento e setenta e três mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o devido parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 624/12

SÚMULA: Eleva a Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para a entrância intermediária, e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica a Comarca de São Miguel do Iguaçu, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2.º Fica alterado o artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XXXVIII, com a seguinte redação:

"Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I -

(...)

XXXVIII – na Comarca de São Miguel do Iguaçu:

- a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;*
- b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família."*

Art. 3.º Fica alterado o inciso II, do art. 264, da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido da alínea "n", com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevadas de entrância as seguintes Comarcas:

I - ...

(...)

II - à entrância intermediária as Comarcas de:

a. ...

(...)

n. São Miguel do Iguaçu"

Art. 4.º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de São Miguel do Iguaçu.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 5.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Vara ora criada na Comarca de São Miguel do Iguaçu, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 6.º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1.º.

Art. 7.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolado de nº 209.344/2012, tem por finalidade promover a elevação da Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para a entrância intermediária, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nas diversas Comarcas do Estado.

A proposta prevê, também, o desmembramento do Juízo Único em duas Varas distintas, nos termos do estabelecido no art. 225, inciso II, da Lei Estadual nº 14.277/2003.

A nova composição da comarca abrangerá uma Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e uma Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, e atenderá uma população de aproximadamente 34.609 habitantes e um total de 8.803 processos em andamento.

A elevação da Comarca de São Miguel do Iguaçu de entrância inicial para a entrância intermediária foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a diferença de remuneração de um cargo de Juiz de Direito de entrância inicial para entrância intermediária, a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), para o exercício financeiro de 2012, R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais), para o exercício financeiro de 2013 e R\$ 755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais), para o exercício financeiro de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo

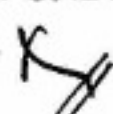


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011. 

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL		COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL	
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andaraí	1	Alto Paraná
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	2	Alto Piquiri
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3	Assaí	3	Atalaia
III	Foro Regional de Araucária	4	Assis Chateaubriand	4	Ampére
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5	Astorga	5	Arapoti
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	6	Barbacena
VI	Foro Regional de Colombo	7	Bela Vista do Paraíso	7	Barracão
VII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	8	Capitão Leônidas Marques	8	Bocaiuva do Sul
VIII	Foro Regional de Foz de Iguaçu	9	Castro	9	Cambé
IX	Foro Regional de Foz de Iguaçu	10	Chopinzinho	10	Campina da Lagoa
X	Foro Regional de Foz de Iguaçu	11	Colombo	11	Cândido de Abreu
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Corbélia	12	Caraguatatuba
I	Foro Central de Londrina	13	Coronel Prudente	13	Capitão Leônidas Marques
II	Foro Regional de Cambé	14	Cruzeiro do Oeste	14	Caripó
III	Foro Regional de Ibitiporã	15	Dols Vazinhos	15	Catanduvas
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Goiandópolis	16	Centenário do Sul
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guarapuã	17	Cerro Azul
I	Foro Central de Maringá	18	Guarapuã	18	Cidade Gaúcha
II	Foro Regional de Mandaguai	19	Itaipó	19	Clevelândia
III	Foro Regional de Mandaguai	20	Itaú	20	Congonhinhas
IV	Foro Regional de Marialva	21	Ivaiporã	21	Coronel Vinícius
V	Foro Regional de Sarandi	22	Jacarezinho	22	Curiúva
VI	Foro Regional de Nova Esperança	23	Jaguariaíva	23	Engenheiro Beltrão
4	Aguaçu	24	Jandala do Sul	24	Faxinal
5	Arapongas	25	Lapa	25	Farmácia
6	Campo Mourão	26	Laranjeiras do Sul	26	Farmácia do Oeste
7	Casa Verde	27	Loanda	27	Grandes Rios
8	Claro	28	Marechal Cândido Rondon	28	Guaraní
9	Foz de Iguaçu	29	Mato Lindo	29	Icaraima
10	Francisco Beltrão	30	Matozinhos	30	Imbituba
11	Guarapuã	31	Medianeira	31	Ipiranga
12	Paranaíba	32	Palmas	32	Iporã
13	Paranaíba	33	Palmito	33	Iretama
14	Pato Branco	34	Peabiru	34	Jaguapitã
15	Ponta Grossa	35	Piçarra	35	Joaquim Távora
16	Porto Rico	36	Porecatu	36	Malhada
17	Umuarama	37	Prudentópolis	37	Mamboré
18	União da Vitória	38	Quevedos do Iguaçu	38	Mangueira
				39	Manoel Ribas
				40	Manoel Ribas
				41	Manoel Ribas
				42	Manoel Ribas
				43	Manoel Ribas
				44	Manoel Ribas
				45	Manoel Ribas
				46	Manoel Ribas
				47	Manoel Ribas
				48	Manoel Ribas
				49	Manoel Ribas
				50	Manoel Ribas
				51	Manoel Ribas
				52	Manoel Ribas
				53	Manoel Ribas
				54	Manoel Ribas
				55	Manoel Ribas
				56	Manoel Ribas
				57	Manoel Ribas
				58	Manoel Ribas
				59	Manoel Ribas
				60	Manoel Ribas
				61	Manoel Ribas
				62	Manoel Ribas
				63	Manoel Ribas
				64	Manoel Ribas
				65	Manoel Ribas
				66	Manoel Ribas
				67	Manoel Ribas
				68	Manoel Ribas
				69	Manoel Ribas
				70	Manoel Ribas
				71	Manoel Ribas
				72	Manoel Ribas
				73	Manoel Ribas
				74	Manoel Ribas
				75	Manoel Ribas
				76	Manoel Ribas
				77	Manoel Ribas
				78	Manoel Ribas
				79	Manoel Ribas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	-ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
38ª	MEDIANEIRA	MEDIANEIRA	INTERM	2		2
		Matelândia	INTERM			0
		São Miguel do Iguaçu	INTERM			0
TOTAL						



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

FORO EXTRAJUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
2ª INSTÂNCIA									
1ª INSTÂNCIA									
São Miguel do Iguaçu	Interm.			2				2	
São Miguel do Iguaçu									
Comarca elevada a entrância intermediária									

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
2ª INSTÂNCIA							
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA							
São Miguel do Iguaçu			1				1
ENTRÂNCIA INICIAL							
São Miguel do Iguaçu							
Comarca elevada a entrância intermediária							





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

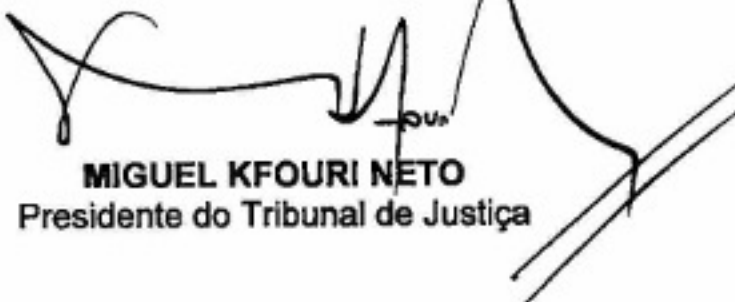
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que eleva a Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para intermediária, desmembra o juízo único e cria um cargo de Juiz de Direito para a referida Comarca, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.675/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

CONCEDIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação da Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para entrância intermediária, desmembra o juízo único e cria um cargo de Juiz de Direito para a referida Comarca.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 624/12

Projeto de Lei nº. 624/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Eleva a Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para a entrância intermediária, e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ELEVA A COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa elevar a Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para a entrância intermediária, conforme especifica, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
- d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ademais, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

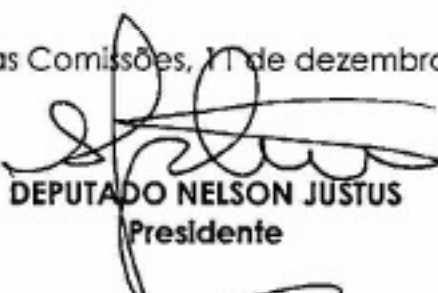
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 624/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1675/12 que objetiva elevar a Comarca de São Miguel do Iguaçu da entrância inicial para a entrância intermediária, e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, levando-se em conta a diferença de remuneração de um cargo de Juiz de Direito de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




entrância inicial para entrância intermediária, a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor anual aproximado de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais), para o exercício financeiro de 2013 e R\$755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais) para o exercício financeiro de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos o nosso parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 625/2012

Institui o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALEP, que tem por finalidade suprir a Assembleia Legislativa com os recursos financeiros para a expansão e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito deste Poder, bem como para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação, conservação, e adaptação de imóveis e reforma de instalações e equipamentos;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação e desenvolvimento dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V custeio de sua própria gestão, exceto com encargos de pessoal, em percentual da receita do Fundo a ser definido pelo gestor;

VI - desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade;

VII - desenvolvimento de programas motivacionais, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores da Assembleia Legislativa, bem como de gestores e servidores de Câmaras Municipais do Estado do Paraná;

VIII - atividades da Escola do Legislativo e da TV Assembleia, conforme o previsto no Parágrafo Primeiro do artigo 104 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005 (Lei Orgânica do TCE/PR).

§ 1º Não serão admitidos, por conta do FEMALEP, custeio de pessoal, inclusive, com pagamentos de gratificações ou encargos de qualquer natureza;

§ 2º Os bens adquiridos com recursos do FEMALEP serão incorporados ao patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Constituem-se receitas do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALEP:

I - dotação orçamentária própria, recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pela Assembleia Legislativa para terceiros;

III - valores advindos de inscrições e distribuição de materiais cobrados de terceiros por cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais realizados ou patrocinados pela Assembleia Legislativa;

IV - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Assembleia Legislativa;

Pravich

14:45 10/12/2012 000170 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



V - o produto de alienação de bens móveis e imóveis incluídos na carga patrimonial da Assembleia Legislativa e de materiais inservíveis e não indispensáveis da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

VI - quaisquer valores decorrentes da utilização de equipamentos, instalações, dependências e imóveis da Assembleia Legislativa por terceiros;

VII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

VIII - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pela Assembleia Legislativa;

IX - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

X - indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

XI - recursos provenientes do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 104, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná);

XII - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIII - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento da Assembleia Legislativa, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XIV - receitas provenientes de valores pagos por instituições financeiras contratadas para prestar serviços à Assembleia Legislativa;

XV - receitas decorrentes de cobranças de multas por inadimplência contratual, no âmbito administrativo;

XVI - o produto de prêmios de seguros contratados pela Assembleia Legislativa, observada a destinação específica para indenização pessoal, compensação ou recomposição do bem segurado;

XVII - receitas provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que reverterem a crédito da Assembleia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

XVIII - rendimentos de aplicações financeiras dos recursos movimentados pela Assembleia Legislativa;

XIX - outras receitas que lhe forem conferidas por lei ou decisão judicial;

XX - outras receitas eventuais.

§ 1º As receitas do FEMALEP não integram o percentual da receita estadual destinado à Assembleia Legislativa, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os recursos do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa serão movimentados em conta específica, junto a instituição financeira oficial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



Art. 3º O FEMALEP terá como gestora a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por sua Comissão Executiva.

Art. 4º Compete à gestora do FEMALEP:

I – providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;

II – organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III – responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária;

IV – zelar pela adequada utilização dos recursos do Fundo;

V – examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Art. 5º Aplica-se ao FEMALEP as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e demais normas relativas a contabilidade, contratos e licitações públicas.

Art. 6º O FEMALEP terá escrituração contábil própria e prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado sobre a arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente, integrando a prestação anual de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

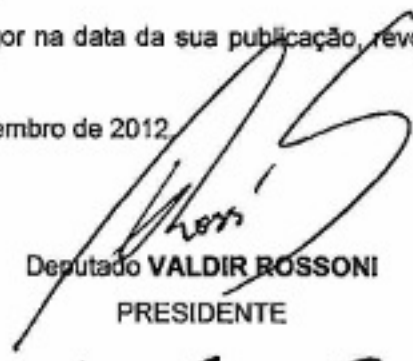
Art. 7º A Gestora poderá propor instruções normativas necessárias à operacionalidade do FEMALEP, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária.

Art. 8º A disponibilidade financeira da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, oriunda de exercícios anteriores ao da entrada em vigor desta lei, será automaticamente transferida para o FEMALEP.

Art. 9º O saldo positivo do FEMALEP apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio fundo.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Resolução nº 019, de 29 de outubro de 2007.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE


Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

1º SECRETÁRIO


Deputado **RENI PEREIRA**

2º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

A partir de 2000, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal surgiu a necessidade de adaptação às mudanças legais, sendo indispensável a criação de ferramentas que possam contribuir para o aprimoramento da gestão financeira e orçamentária dos recursos públicos.

Um Fundo Especial pode ser definido como a vinculação de determinadas receitas públicas a determinadas despesas, materializadas em programas de trabalho, que por sua importância ou especificidade necessitam de fluxo contínuo de recursos financeiros, de forma a garantir-lhes o desenvolvimento.

Os Fundos Especiais são forma de gestão autônoma de recursos públicos, sendo sempre vinculados a um órgão da Administração Pública, centralizada ou descentralizada.

Neste sentido, são criados com a finalidade de garantir que algumas áreas consideradas prioritárias sejam efetivamente atendidas. Dessa forma, compreendem destinações de recursos para o atingimento de finalidades previamente especificadas. Como exemplo, podemos citar o (extinto) Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - FUNDEB (que direciona recursos a serem aplicados obrigatoriamente no Ensino Básico), o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - FUNDET (que capta recursos e os aplica com o intuito de incrementar a economia), etc.

Sua legitimidade se dá, uma vez que garante que parte dos recursos serão destinados a atender o interesse público materializado nos objetos constantes da lei de criação. Em virtude da possibilidade de o gestor público direcionar a realização da despesa norteadas por critérios políticos, o legislador obriga, por meio da criação do fundo, que parcela da receita arrecadada seja direcionada aos fundos e contabilizadas à parte. É, portanto, um mecanismo de proteção.

Assim, criação do FEMALEP - Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - visa assegurar maior autonomia na realização de uma série de ações e atividades legislativas, que incluem, entre outros itens, execução de programas e projetos de atuação para implementar política institucional, capacitação profissional de servidores, aquisição de equipamentos, reforma e adaptação de instalações e inclusive ser usado para aquisição de um nova sede para o Parlamento. Vale ressaltar que esta nova via de recursos não poderá ser utilizada para pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

A criação de Fundos Especiais encontra amparo na Constituição Federal que, em seu art. 167, inciso IX, determina que a criação de qualquer fundo deve ser precedida de autorização legislativa, federal, estadual ou municipal, senão vejamos:

"Art. 167-São vedados: (...)

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;"

Já a Lei Federal 4.320/64 em seus artigos 71 a 74, dispõe o seguinte sobre os fundos especiais:

"Art. 71 - Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



Art. 72 - A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73 - Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74 - A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente."

Assim, percebemos que a lei de criação do fundo deverá contemplar, além das fontes e aplicações, normas acerca de sua gestão e contabilidade, inclusive estrutura a qual se vincula.

Considerando o arcabouço legal que disciplina a matéria, podemos destacar as seguintes características dos fundos especiais:

- São instituídos por lei (art. 167, inciso IX, da CF);
- Constituem-se de receitas especificadas na lei de criação (art. 71 da Lei Federal 4.320/64);
- Vinculam-se estritamente ao atendimento das atividades para as quais foram criados (art. 8º, § único da LRF e art. 71 da Lei Federal 4.320/64);
- Dispõe de orçamento próprio (art. 72 da Lei Federal 4.320/64);
- Transferem para o exercício seguinte eventual superávit financeiro apurado em sua movimentação anual (art. 73 da Lei Federal 4.320/64);
- Contam com normas especiais de controle e de prestação de contas (art. 74 da Lei Federal 4.320/64).

Ante ao exposto, evidenciadas as razões de interesse público que justificam a criação do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - FEVALMEP, contará a medida, por certo, com o aval dessa Colenda Casa de Leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 625/12

Projeto de Lei Complementar nº. 625/12
Autor: Comissão Executiva

Súmula: Institui o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. REGIMENTO INTERNO ALEP ART. 1124. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 65. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTs. 165 e 167. LEI FEDERAL 4.320/64 ARTs. 71, 72, 73 e 74. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria da Comissão Executiva tem como objetivo instituir o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A Constituição da República Federativa do Brasil determina expressamente quais as condições para a instituição e funcionamento de fundos, vide art. 165, § 9º e art. 167, IX:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 9º - Cabe à lei complementar:

(...)

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. (grifos nossos)

Art. 167. São vedados:

(...)

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Além da Constituição da República Federativa do Brasil abordar o tema do referido Projeto de Lei, merece destaque, também, a Lei Federal nº 4.320/64 que estatui normas Gerais de Direito Financeiro para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A referida Lei assim dispõe em seu Título VIII, arts. 71 à 74, trata especificamente "Dos Fundos Especiais", vejamos:

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turnos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

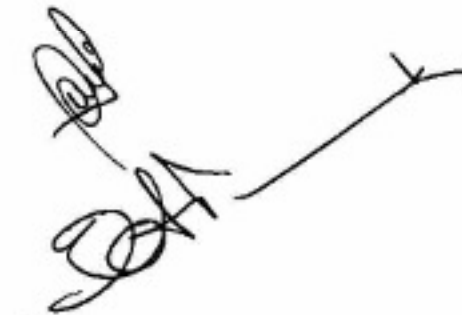
CONCLUSÃO

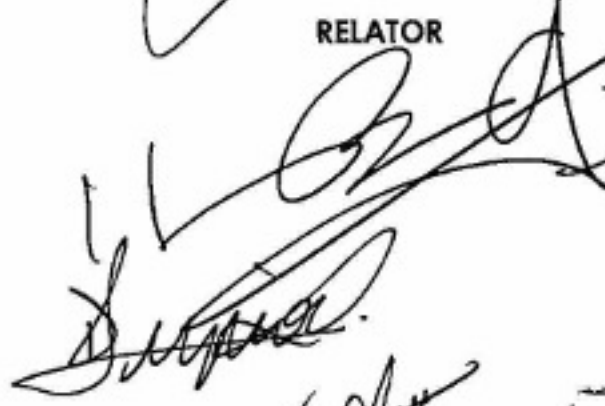
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR









APROVADO
unanimemente 17.12.12



PROJETO DE LEI 629/12

Súmula: Autoriza a criação da Empresa Pública denominada **IMPrensa Oficial-Paraná**, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e dá providências correlatas.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir empresa pública sob a denominação de **IMPrensa Oficial-Paraná**, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Casa Civil.

Parágrafo único. A empresa **IMPrensa Oficial-Paraná** terá sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo seu território, podendo criar e manter dependências e sucursais.

Art. 2º A **IMPrensa Oficial-Paraná** terá por finalidade e competência:

I - editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada;

II - manter sob sua permanente guarda e conservação, por meio digital, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados;

III - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, para o Poder Judiciário da União e dos Estados, e demais entidades de interesse público, observada a legislação estadual pertinente ao assunto;

IV - manter serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

V - certificar por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações;

VI - prestar serviços eletrônicos de publicação dos Diários Oficiais, garantindo o seu acesso mediante a utilização de tecnologias atualizadas;

VII - editar, imprimir e publicar, em meio físico e eletrônico, documentos de



relevante interesse da coletividade, em especial aqueles destinados à promoção da cultura e da cidadania;

VIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse privado, aqueles de divulgação obrigatória nos Diários Oficiais.

§ 2º Serão publicadas gratuitamente as matérias oficiais administrativas, normativas e de pessoal emanadas da administração direta do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e dos órgãos do Poder Judiciário, sendo também gratuita a certificação de documentos solicitada por esses órgãos.

§ 3º - Os serviços não mencionados no parágrafo anterior serão remunerados e realizados de acordo com valores médios de mercado.

§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a **IMPrensa Oficial-Paraná** manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda.

§ 5º Os serviços de certificação digital referidos neste artigo serão prestados pela **IMPrensa Oficial-Paraná** em atribuição conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

Art. 3º O capital inicial da **IMPrensa Oficial-Paraná** será de R\$ 37.804.225,57 (trinta e sete milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais) pertencentes integralmente ao Estado.

Parágrafo único. O capital previsto neste artigo poderá ser elevado por ato do Poder Executivo e mediante:

- I - incorporação de recursos de origem orçamentária;
- II - incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos da Empresa;
- III - reavaliação do ativo;
- IV - recursos de outras fontes.

Art. 4º Constituem recursos da **IMPrensa Oficial-Paraná**:

- I - as receitas operacionais;
- II - as receitas obtidas por empréstimos e financiamentos;
- III - as receitas patrimoniais;
- IV - as doações e legados de qualquer espécie;
- V - as dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;



VI - recursos provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. Apenas em caráter excepcional e para permitir a continuidade dos serviços públicos executados pela **IMPrensa Oficial-Paraná** serão consignadas dotações em seu favor no orçamento do Estado.

Art. 5º A **IMPrensa Oficial-Paraná** terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho Editorial.

Art. 6º O Conselho de Administração será constituído por 6 (seis) membros, a saber:

- I - Chefe da Casa Civil, como Presidente;
- II - Secretário de Estado da Administração e da Previdência;
- III - Secretário de Estado da Cultura;
- IV - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- V - o Diretor Presidente da **IMPrensa Oficial-Paraná**, como Secretário Executivo;
- VI - um representante dos empregados da **IMPrensa Oficial-Paraná**, indicado na forma prevista na Lei nº 8.096, de 14 de junho de 1985, alterada pela Lei nº 8.681, de 30 de dezembro de 1987 e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.343, de 18 de setembro de 1985, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 30 de dezembro de 1997.

§ 1º Os membros referidos neste artigo serão representados pelos seus substitutos legais nas suas ausências e/ou impedimentos.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração:

- I - aprovar a programação anual e plurianual dos trabalhos;



II - promover o acompanhamento sistemático da execução dos programas e avaliá-los o resultado;

III - autorizar o aumento de capital sempre que necessário e submetê-lo à aprovação do Governador do Estado;

IV - deliberar sobre alienação, gravame e aquisição de bens patrimoniais;

V - aprovar o quadro de pessoal e fixar os critérios para sua remuneração;

VI - aprovar o orçamento-programa e deliberar sobre os contratos e convênios a serem celebrados;

VII - examinar e submeter à aprovação do Governador a proposta de Estatuto e suas eventuais alterações;

VIII - aprovar o Regimento Interno e suas eventuais modificações;

IX - exercer outras competências afins e correlatas.

Art. 8º A Diretoria Executiva será composta por 3 (três) diretores, sendo um Diretor Presidente e dois diretores auxiliares, cujas competências serão definidas em Estatuto.

Art. 9º O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) deles indicados livremente pelo Governador, 1 (um) indicado pelo Conselho de Administração e 1 (um) pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os balancetes mensais, o balanço e o demonstrativo de lucros e perdas;

II - emitir pareceres, quando solicitados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração, sobre assuntos de ordem administrativa e financeira;

III - fiscalizar a aplicação dos fundos e rendas, procedendo e verificando os respectivos valores;

IV - proceder o exame, quando necessário e a qualquer tempo, da contabilidade e de documentos a ela vinculados;

V - solicitar a contratação de auditoria independente;

VI - exercer outras competências afins e correlatas.

Parágrafo único - Somente podem ser nomeados para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário.



Art. 11. O Estatuto disporá sobre o funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 12. O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

Art. 13. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão mandatos de quatro (04) anos, não podendo, entretanto, exceder o período governamental em que tenham sido designados, ficando vedada a recondução por mais de um período.

Art. 14. O regime de pessoal da **IMPrensa Oficial-Paraná** será obrigatoriamente o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º A contratação de empregados, salvo para as funções de direção, será precedida por concurso público de provas ou provas e títulos, realizado pela própria empresa ou por entidades públicas ou privadas especializadas.

§ 2º Ficam criados 172 (cento e setenta e dois) empregos sob regime da Legislação Trabalhista, os quais estarão detalhados no Plano de Cargos e Salários, a ser regulamentado mediante Decreto, conforme disposto no artigo 21 da presente Lei.

Art. 15. A Casa Civil da Governadoria exercerá o controle dos resultados da atuação da **IMPrensa Oficial-Paraná**, especialmente quanto ao atendimento das finalidades, objetivos institucionais e de sua situação administrativa e financeira.

Art. 16. A **IMPrensa Oficial-Paraná** gozará das isenções conferidas à Fazenda Estadual.

Art. 17. As contas da **IMPrensa Oficial-Paraná** serão submetidas ao exame e apreciação do Tribunal de Contas do Estado, nos prazos fixados pela legislação em vigor.

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública de que cuida esta lei, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da sua vigência.

Art. 19. Arquivados os atos de constituição da empresa pública no registro competente, empossada sua diretoria e contratados os empregados aprovados em concurso público será considerada automaticamente extinta a entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, criada pelo Decreto-Lei nº 480, de 27 de junho de 1946 e erigido em autarquia pela Lei Estadual nº 5.970, de 15 de julho de 1969 e imediatamente desafetados seus bens.

§ 1º Arquivados os documentos constitutivos, a empresa pública contratará seu quadro de pessoal no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.



§ 2º Extinta a entidade autárquica referida no *caput* deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a elevar o capital social da empresa pública criada, integralizando-o com bens móveis, imóveis, direitos e valores que se encontravam a serviço da autarquia.

Art. 20. Extinta a autarquia, os servidores alocados no DIOE serão realocados para outros órgãos da Administração Direta ou para a Administração Autárquica, a critério da Secretaria de Estado de Administração e da Previdência.

§ 1º Com a única finalidade de garantir a continuidade do serviço público, o Poder Executivo poderá pôr à disposição da empresa pública criada, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, os servidores que se encontravam lotados na autarquia extinta.

§ 2º Aos servidores públicos alocados no DIOE ficam assegurados todos os direitos, vantagens, deveres e obrigações que lhes atribuir a legislação própria, a qual continuarão sujeitos.

Art. 21. A Empresa Pública fará publicar regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras e de gestão de recursos humanos necessários para a execução de suas atividades.

§ 1º O regulamento que tratará da contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras observará critérios de publicidade, economicidade, isonomia e eficiência no estabelecimento de seus procedimentos.

§ 2º O regulamento que tratará dos procedimentos de gestão de recursos humanos observará:

a) os princípios da publicidade e impessoalidade, com a utilização de regras claras de recrutamento e critérios técnicos de avaliação, observada a divulgação, em meio de comunicação de grande circulação, do edital de abertura do certame e de seu resultado final;

b) padrões compatíveis com os praticados no mercado por entidades congêneres para funções com exigência de qualificação e responsabilidades semelhantes quando da fixação de salários;

c) na elaboração de plano de cargos e salários, critérios que privilegiem o mérito, a capacitação profissional e o desempenho dos empregados, respeitada, obrigatoriamente, a capacidade financeira e o equilíbrio orçamentário da empresa pública.

Art. 22. É vedado aos Conselheiros e aos Diretores da **IMPrensa Oficial-PARANÁ** serem proprietários ou diretores de empresa gráfica.



Art. 23. Ficam transferidos para a Casa Civil da Governadoria os cargos de provimento em comissão da entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE, sendo concedida a estes novas denominações e mantidas as mesmas simbologias: 01 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1 para Assessor; 01 (um) cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 para Assessor; 01 (um) cargo de Diretor Administrativo, símbolo DAS-3 para Assessor; 01 (um) cargo de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo 2-C para Assistente; 01 (um) cargo de Gerente Comercial, símbolo 2-C para Assistente; 01 (um) cargo de Gerente de Produção, símbolo 2-C para Assistente; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo 2-C para Assistente; 01 (um) cargo de Assistente de Produção, símbolo 4-C para Assistente; 02 (dois) cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C para Assistente; e 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 13-C para Assistente.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, _____

Presidente



MENSAGEM
Nº 092 /2012

Curitiba, 06 de dezembro de 2012.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 10 DEZ 2012

Ruy
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorização para que este Poder Executivo possa instituir a Empresa Pública denominada **IMPrensa Oficial-PARANÁ**, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Casa Civil, assim como adotar outras providências.

Em 08 de dezembro de 2011, mediante autorização do Comitê de Gestão Governamental, foi instituído Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos objetivando a modernização do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, de forma a contemplar as especificidades de atuação, definir a política de recursos humanos, revisar e adequar a legislação regulamentadora e, por fim, apresentar proposta para transformação da estrutura organizacional da atual Autarquia em Empresa Pública.

A iniciativa teve como origem a manifestação do Tribunal de Contas do Estado, que determinou o encerramento do processo de terceirização que o DIOE estabeleceu no exercício de 2007, para o funcionamento do seu parque gráfico.

Oportuno esclarecer que dita terceirização, corroborada pela SEAP e autorizada pelo então Governador, teve origem com o encerramento do Convênio que a Autarquia detinha com o SENAI, para a realização do serviço gráfico.

A Direção do DIOE, no intuito de solucionar o impasse, buscou a substituição de ditos serviços através da criação de cargos próprios da função gráfica, para inseri-los no Quadro Próprio do Poder Executivo, porém, entendeu a Secretaria de Estado da Administração que tal atividade não é exclusiva de Estado, razão pela qual foi indeferida a pretensão.

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.552.452-6



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Diante do exposto, a equipe designada para elaborar o Anteprojeto de Lei, além de acolher determinação da Corte de Contas, apresentou um novo formato institucional para as novas competências e tecnologias que se pretende adotar na nova empresa, tais como a certificação digital de documentos, que será realizada em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR.

A intenção de incluir a prestação do serviço de certificação digital nas competências da nova empresa deve-se à larga escala de utilização deste serviço para a troca de mensagens e documentos entre cidadãos, governo e empresas. No entanto, estas transações eletrônicas necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. A certificação digital é a tecnologia que provê estes mecanismos e tem trazido inúmeros benefícios para os cidadãos e para as instituições que a adotam.

Com esta nova tecnologia, incluída como competência a ser desenvolvida e prestada pela CELEPAR e a empresa pública cuja a criação é proposta a esta Casa Legislativa, será possível utilizar a *internet* como meio de comunicação alternativo para a disponibilização de diversos serviços com maior agilidade, facilidade de acesso e substancial redução de custos.

Por oportuno, cumpre esclarecer que a Autarquia DIOE há muito apresenta-se superavitária.

O relatório contábil do exercício de 2012, até o término do terceiro trimestre, nos mostra um saldo em caixa, no montante de R\$ 9.360.094,67 (nove milhões, trezentos e sessenta mil, noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos), sendo que há saldo faturado, a receber de R\$ 3.604.688,76 (três milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

A projeção de custeio para a nova folha de pagamento, após realização de concurso público, com os números referidos no anteprojeto de lei ora em comento, onde estão previstos todos os quadros de empregados para viabilizar o pleno funcionamento deste órgão, é da ordem estimada de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) mensais.

A perspectiva de arrecadação para o exercício de 2013 apresenta-se ainda mais promissora, tendo em vista a autorização governamental que viabilizou o reajuste dos valores da centimetragem nas publicações no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Comércio e Indústria, a partir de janeiro do ano vindouro.

A aplicação de dito reajuste a todos os usuários dos serviços prestados por aquela Autarquia, gerará uma receita adicional, estimada em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Cabe anotar que os valores praticados pelo DIOE, no que diz respeito à centimetragem, careciam de revisão desde o exercício de 2002.

Oportuno esclarecer que o volume do material enviado para publicação pelas administrações estadual e municipais, deve-se em muito ao início da vigência da Lei da Transparência (Lei Complementar 137/2011), a qual requer a obrigação



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

de veiculação dos atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativos municipais, incluindo as respectivas administrações diretas e indiretas, que importem em realização de despesas públicas.

A par de toda evolução demonstrada na área financeira, o DIOE independe da remessa de recursos do Tesouro Estadual, uma vez que parte considerável da sua receita é proveniente da iniciativa privada, quando requer publicações de natureza legal em ambos os Diários, somados os recursos provenientes do Governo Federal.

Assim, considerando que uma vez criada a nova empresa, aqueles valores decorrentes do superávit já mencionado passarão a compor, na sua integralidade, o seu patrimônio, restando assegurada a consistência e viabilidade econômica- financeira da mesma.

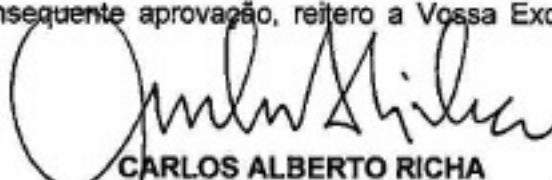
Ademais, levando em conta o propósito de continuar promovendo uma gestão mais eficiente e facilitadora aos órgãos públicos em geral, e ao cidadão paranaense em especial, através do acesso aos serviços governamentais de melhor qualidade, exponho à apreciação os termos do anexo Anteprojeto de Lei.

Esclareço, também, que o capital social da nova empresa terá a seguinte composição:

1.superávit 2012 (em 30/06/2012).....	R\$ 5.454.403,00
2.em caixa (em 30/06/2012).....	R\$ 7.586.434,00
3.créditos a receber (em 30/06/2012).....	R\$ 3.075.580,00
4.valores dos bens móveis (registro contábil em 30/06/12).....	R\$ 9.233.584,12
5.valor da edificação predial (CPE).....	R\$ 5.737.171,67
6.valor do terreno (CPE).....	R\$ 6.717.052,78
Total.....	R\$ 37.804.225,57

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Regime de
URGÊNCIA

APROVADO
À Diretoria Legislativa

Em, 10 DEZ. 2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 629/12

Projeto de Lei nº. 629/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 092/12

Súmula: Autoriza a criação da Empresa Pública denominada **IMPrensa Oficial-PARANÁ**, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE e dá outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA IMPrensa Oficial-PARANÁ. EXTINGUE A AUTARQUIA DENOMINADA DEPARTAMENTO DE IMPrensa Oficial DO ESTADO - DIOE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar a Empresa Pública denominada **IMPrensa Oficial-PARANÁ**, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE.

REGIME DE URGÊNCIA

11.12.12.

Concedido vista.

Em 11/12/2012

João Venâncio

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação reglmental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifos Nossos).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas tais informações pela Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

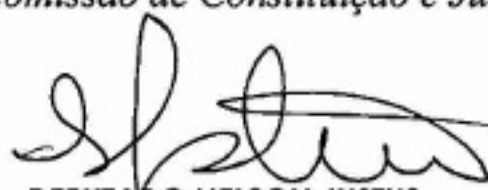
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

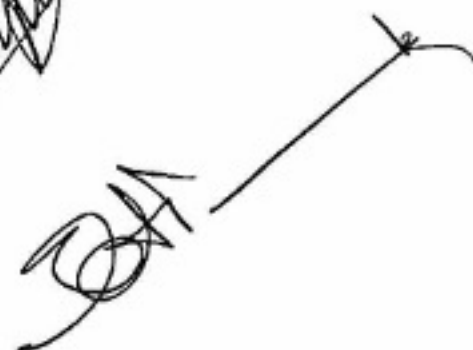

DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



95







APROVADO
Unanime
12.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 629/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 92/12, que autoriza a criação da Empresa Pública denominada Imprensa Oficial – Paraná, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que, uma vez criada a nova empresa, aqueles valores decorrentes do superávit mencionado na proposta passarão a compor, na sua integralidade, o seu patrimônio, restando assegurada a consistência e viabilidade econômica financeira da mesma.


Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, à sua aprovação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 631/12

Súmula: Institui Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do DETRAN que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores lotados no DETRAN ocupantes de cargos de Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, pela atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

Art. 2º A gratificação de que trata o artigo 1º desta Lei fica estipulada nos seguintes valores:

- I – R\$ -800,00 (oitocentos reais) mensais, para ocupantes de cargo efetivo mediante avaliação de assiduidade, pontualidade e/ou desempenho consideradas excelentes;
- II – R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, para ocupantes de cargo efetivo mediante avaliação de assiduidade, pontualidade e/ou desempenho consideradas satisfatórias;
- III - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, para ocupantes de cargo efetivo mediante avaliação de assiduidade, pontualidade e/ou desempenho consideradas parcialmente satisfatórias.

§ 1º A gratificação tratada nesta Lei sofrerá reajuste no mesmo percentual previsto na Lei Geral Anual, por ocasião de sua revisão.

§ 2º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em lei, deverá optar pela percepção dos encargos especiais, ou do cargo em comissão.

§ 3º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e



gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

§ 4º O servidor lotado no Departamento de Trânsito que receba a Função Comissionada de Confiança não fará jus à Gratificação de Encargos Especiais.

§ 5º Os critérios para avaliação de assiduidade, pontualidade e/ou desempenho para aplicação da referida vantagem, prevista no *caput* deste artigo, serão regulamentados pelo Diretor Geral da Autarquia.

Art. 3º Não será devida a gratificação criada no artigo 1º desta Lei aos servidores que se enquadram nas seguintes condições:

- I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus;
- II - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;
- III - não estiverem em efetivo exercício;
- IV - ocupantes de cargo efetivo mediante avaliação de assiduidade, pontualidade e/ou desempenho consideradas insatisfatórias.

Art. 4º O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Diretor Geral do Departamento de Trânsito.

Art. 5º Cumpre às autoridades responsáveis por atividades de chefia, junto ao Departamento de Trânsito, a constante averiguação da existência dos requisitos ensejadores da concessão dos encargos especiais, inclusive verificando nos termos de contrato de gestão, adotando, se necessário, providências para apuração de situação irregular.

Art. 6º As despesas da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações necessárias.

Art. 7º A presente Lei passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado



ANEXO I

O valor proposto é de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para os Agentes de Apoio, Execução e Profissional.

DEMONSTRATIVO COM GASTO DE PESSOAL

DETRAN	DETRAN	DETRAN	%
FOLHA - OUTUBRO	VALOR DO REAJUSTE	FOLHA COM REAJUSTE	VARIAÇÃO
R\$ 4.107.066,17	R\$ 167.437,54	R\$ 4.340.679,54	4,01%

ESTADO	ESTADO	% DETRAN - ESTADO	% DETRAN ESTADO
OUT 12	COM REAJUSTE	SEM REAJUSTE	COM REAJUSTE
R\$ 1.186.586.417,79	R\$ 1.279.657.643,71	0,33%	0,34%

ESTADO	ESTADO	% DETRAN - ESTADO	% DETRAN ESTADO
NOV 11 - OUT 12	COM REAJUSTE	SEM REAJUSTE	COM REAJUSTE
R\$ 14.259.905.326,41	R\$ 14.261.591.914,43	0,01%	0,01%

VENCIMENTO ATUAL	OUTUBRO/2012
VENCIMENTO ESTATUTÁRIOS	R\$ 1.740.155,23
GRAT. ENC. ESP. ESTATUTÁRIOS (036)	R\$ 435.762,46
GRAT. FUNÇÃO COM. CONF.	R\$ 388.848,14
VENCIMENTO CARGO EM COMISSÃO	R\$ 76.296,45
GRAT. DE REPRESENTAÇÃO GAB.	R\$ 57.142,94
GRAT. FIXA CARGO EM COMISSÃO	R\$ 2.388,83
TOTAL	R\$ 2.700.594,05

PROPOSTA		
GRATIFICAÇÃO (754)	R\$ 750,00	R\$ 603.200,00

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE TRÂNSITO	
GASTOS REAIS COM ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 435.762,46
GASTOS COM VALORES PROPOSTOS	R\$ 603.200,00
DIFERENÇA REAL	R\$ 167.437,54

IMPACTO REAL NA FOLHA DE PAGAMENTO R\$ 167.437,54
--



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa




Of. Nº412/12- GP- SGP

Curitiba, 10 de dezembro de 2012

Senhor Governador,

A propósito da Mensagem nº 091/2012, encaminhada por Vossa Excelência no dia 06 deste mês, com o objetivo de instituir a Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de programas de políticas públicas de interesse da área de trânsito, venho informar que a mesma não se fez acompanhar das informações preliminares necessárias a sua apreciação, previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência, renovo os meus respeitosos cumprimentos.


Valdir Luiz Rossoni
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

CÓPIA

*Recb
em 10/12/12
[Signature]*

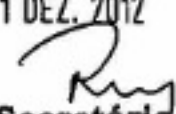


MENSAGEM
Nº 091 /2012

Curitiba, 06 de dezembro de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 DEZ. 2012


1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 11/12/2012


Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de programas de políticas públicas de interesse da área de trânsito, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.

A proposta de criação de Lei tem o propósito de gratificar os servidores da autarquia pela relevante atividade desempenhada no Departamento de Trânsito, buscando aperfeiçoar o servidor para a consecução dessas importantes atribuições.

Ademais, para que efetivamente o servidor lotado no DETRAN possa ser legalmente gratificado, esse precisa executar atividades exclusivas de Estado e para que o aceite da Administração ocorra nesse sentido se faz necessária a criação em Lei dos Encargos Especiais.

As vantagens da criação de um projeto de Lei para pagamento de Encargos Especiais vão além do simples caráter de melhoria remuneratória ao servidor, uma vez que trarão melhorias indubitáveis à prestação do serviço na Autarquia, responsabilidade e alta especialização.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital



Mesmo aqueles lotados em coordenadorias das áreas administrativas serão convidados a participar dos cursos específicos das áreas fins do DETRAN, pois esses nas atuais lotações desempenham atividades fundamentais de suporte às áreas operacionais. Ademais, tal conhecimento é de suma importância, bem como possibilitará de acordo com o interesse da Administração ou do servidor a mudança de sua lotação para qualquer área da Autarquia, uma vez que estará devidamente habilitado para tanto.

O Estatuto do Servidor, através da Lei nº 6.174/70, já possui previsão de conceder encargos especiais àqueles servidores que pela natureza de suas atividades tenham mecanismos de gratificação adotados.

Consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhando, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

A forma atual de remuneração dos servidores contempla o Decreto nº 7.557/2010 com os "Encargos Especiais", o que seguramente oferece maiores reflexos aos vencimentos dos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo lotados no DETRAN. A edição do Decreto Estadual nº 7.557/2010 concedendo a gratificação de encargos especiais aos servidores na Autarquia poderia ser considerado um grande avanço no tocante à valorização funcional, não fossem a forma de instituição inadequada do ponto de vista legal.

Primeiramente, cumpre destacar a maneira que os encargos passaram a ser aplicados. Para tal, o então Diretor Geral editou a Portaria nº 274/2010 que estabelece o pagamento do adicional. Nesse ato, apenas regulamenta que a concessão, alteração e cancelamento poderão ser realizados por ato do Diretor Geral. Ou seja, os critérios para o pagamento das "DRT" (código dos encargos especiais no sistema da folha do Estado) não são definidos claramente, a tabela existente apresenta apenas quantitativos de possibilidade de aplicação, não sendo sequer referencial de distribuição dos valores. Ainda, os encargos independem do cargo que o servidor ocupa. O ato do Diretor Geral, segundo esses dispositivos, poderia determinar a concessão indiscriminada, ou seja, os valores não têm referência no cargo que o servidor estatutário ocupa na carreira do QPPE, quer ele seja Agente de Apoio, Agente de Execução ou Agente Profissional, ou seja, um risco aos próprios servidores.

Os apontamentos realizados, com a mais absoluta propriedade, indicam pela adoção de medidas para sanar o ato, senão anulá-lo. Ao DETRAN cabe adotar essas medidas. A presente proposta vem ao encontro a tal recomendação governamental, sem ocasionar perdas aos servidores.



Quanto às medidas propostas, visa-se a atuação em consonância com aquilo que efetivamente é legal e factível. Esses são os princípios que norteiam a proposta.

Outro ponto que merece importante destaque é o fato de que o DETRAN para reivindicar junto ao Governo do Paraná a implantação de melhorias nos vencimentos dos servidores, vem adequando seu corpo funcional para fazer *jus* a esses benefícios, capacitando servidores nas atividades específicas do DETRAN.

O DETRAN em pareceria com a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP mapeou as atribuições e tarefas realizadas pelos servidores em consonância às atividades finalísticas da Autarquia. Diante dessa situação vem o posicionamento da atual gestão com a atualização desta proposta. O servidor lotado no DETRAN necessita e vem sendo diferenciado pela sua capacitação para executar **atividades exclusivas do Estado**, que em resumo, **apenas os servidores lotados no DETRAN têm prerrogativas legais a executar, e essas atividades, por sua vez, são indelegáveis pelo Estado a terceiros.**

No tocante à criação em Lei dos Encargos Especiais vale dizer que o Decreto Estadual nº 7.557/2010 criou vantagem ao servidor do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) lotado na Autarquia.

Destarte, pode se ressaltar que o servidor lotado no DETRAN executa atividades de cunho exclusivo, as quais a Administração Pública não pode se furtar ou delegar. Na mesma linha, são atividades que demandam conhecimento específico da legislação de trânsito, sendo que em casos como inspeção veicular são realizadas em locais sujeitos às intempéries e que necessitam da mais absoluta isenção para o exercício de suas funções, como no caso daqueles que venham a exercer a atividade técnica de Trânsito, tendo assim razões suficientes para a inclusão do pagamento de Encargos Especiais.

Respeitando a diferenciação dos servidores lotados nas áreas operacionais para aqueles lotados na administração do órgão, no tocante à concessão da gratificação, o Projeto de Lei do Poder Executivo será integrado à proposta que dispõe sobre a concessão de encargos especiais pela lotação do servidor, ou seja, deverão ser contemplados todos aqueles que atuam em áreas que não a operacional, abrangendo aqueles detentores de cargos de Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, pois todos, de maneira direta ou indireta, oferecem indispensável suporte às operações do órgão. Cumpre dizer que caso não fossem todos incluídos, tal ato geraria consequências graves que poderiam ensejar, inclusive, contestações severas por parte dos entes representativos dos servidores.

No que tange ao estabelecimento do Encargo Especial insta salientar que as vantagens da criação em Lei dos Encargos Especiais vão além do simples caráter de melhoria remuneratória ao servidor. Trarão melhorias indubitáveis à prestação do serviço na Autarquia, além de possibilitar a aproximação do servidor às tarefas cotidianamente executadas.



Vale destacar que a gestão de uma Autarquia da magnitude do Departamento de Trânsito do Paraná impõe aos administradores que por ela passam grandes responsabilidades, mas transformam essas em um sentimento de imenso orgulho quando ao propor transformações positivas à vida do órgão e, principalmente, aos servidores.

A elaboração da proposta que ora é apresentada foi fruto de amplos estudos e debates internos e externos, assim como contou com a importante participação de diversos servidores.

O detalhamento de dados técnicos e valores da proposta segue em anexo, como exigido pelas instâncias que a analisarão, respeitando o servidor, garantindo avanços e preservando minimamente os ganhos já conquistados.

Preparar o DETRAN/PR para prestar um serviço público eficiente, de maneira eficaz, com servidores habilitados e capacitados para a consecução das tarefas diárias impõe aos administradores desafios, em especial na ruptura de paradigmas notadamente quanto à maneira da Autarquia se relacionar com a população.

As atividades que justificam os Encargos Especiais são aquelas exclusivamente executadas pelos servidores do DETRAN e que não podem ser transferidos ou delegados a outros, quais sejam:

“efetuar análise documental, denúncias, verificação de fraudes e irregularidades, verificação de impressões digitais e assinaturas, orientar e aplicar avaliação teórica para condutores de veículos, realizar inspeção e vistoria em veículos automotores, inclusive domiciliar, quanto às condições de segurança veicular, retirar e inutilizar as placas antigas dos veículos, colocar placas e lacrá-las adequadamente, fiscalizar a entrada e saída de veículos apreendidos, efetuar entrega de intimações e notificações, inspecionar entidades/empresas conveniadas, contratadas, credenciadas e/ou que tenham concessões com o DETRAN/PR, participar da elaboração e desenvolvimento de programas e projetos na área de Educação para o Trânsito, conduzir veículos do órgão dentro das normas de segurança, coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas.”

A presente proposta da criação em Lei dos Encargos Especiais não deverá ser percebida aos servidores investidos nas Funções Comissionadas de Confiança e aos Cargos Comissionados.



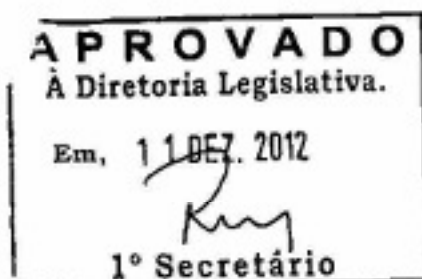
Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Regime de URGÊNCIA



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 DEZ 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Casa Civil

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de dezembro de 2012

OF CEE/CC 2371/12

Protocolo n.º 11.750.558-8

A DAP p/ leitura no expediente.
A DAP p/ arquivar juntamente
com a mensagem 091/12
E, 12. dez. 2012

Senhor Presidente,

Com a costumeira satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, reporto-me à Mensagem n.º 091/12 e ao respectivo Anteprojeto de Lei, o qual dispõe sobre a Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito, com fundamento nos artigos 172 e 178, da Lei Estadual n.º 6.174/70.

Encaminho-lhe, para instruir o supracitado Anteprojeto de Lei, a Declaração de Adequação de Despesas com data de 7/12/2012 e assinada pelo Diretor-Geral do DETRAN.

Certo de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência para o assunto, antecipo-lhe meus melhores agradecimentos.

Respeitosamente,

LUIZ EDUARDO SEBASTIANI
Chefe da Casa Civil

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JC

Recebido
E, 10/12/2012
às 18h30'



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 631/12

Projeto de Lei nº. 631/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 091/12

Súmula: Institui a gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do DETRAN que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionado à execução de Programas de Políticas Públicas de Interesse da área de trânsito, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº. 6.174/70.

EMENTA: GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS. SERVIDORES DO DETRAN. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do DETRAN que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativas relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase, de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00; uma vez que está devidamente juntado declaração assinada pelo Diretor Geral do DETRAN – Paraná, o qual declara nos termos do QDD e Informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada têm adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declara ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º. 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

A despesa deverá ocorrer na dotação – 3190.1100 – fonte 250 – da atividade 4080, constante do orçamento próprio.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



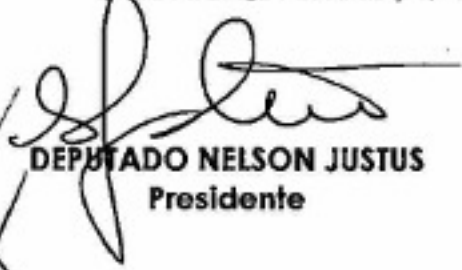
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.






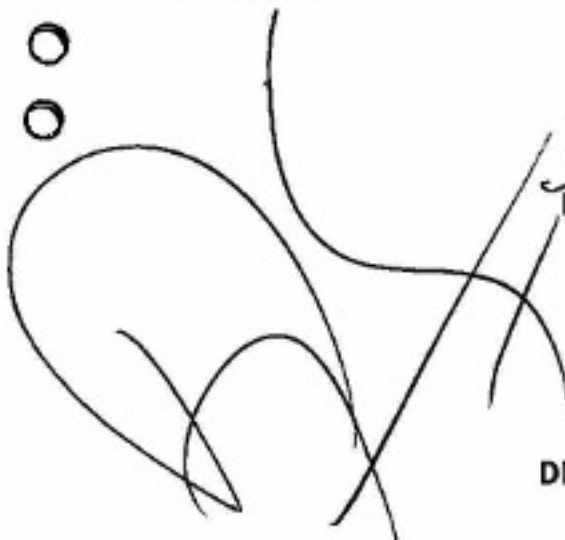
Sala das Comissões, 12 de Dezembro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 631/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 91/12 e objetiva instituir a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN, que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de programas de políticas públicas, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº 6174/70.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

De igual modo, constata-se que a Informação nº 047-COFIN, assinada pelo Senhor José Augusto Juski, Coordenador Financeiro, informa que está previsto no orçamento/2013, o valor mensal de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), perfazendo o total de R\$2.210.000,00 (dois milhões, duzentos e dez mil reais), para o período de janeiro – dezembro e 13º salário/2013.

Vale ressaltar que, a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Marcos Elias Traad da Silva, Diretor Geral do DETRAN-Pr, informando que a mesma apresenta disponibilidade orçamentária e financeira e que a despesa constante da proposta tem adequação com a Lei nº 8.666/93, e está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRINI
RELATOR





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 632/12

Súmula: Dispõe sobre o Quadro Próprio Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, conforme específica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Instituto EMATER – QPEM será composto por 2 (duas) carreiras constituídas por cargos públicos de provimento efetivo, denominadas:

I - Carreira Profissional de Extensão Rural, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo de Profissional de Extensão Rural – APER.

II - Carreira Técnica de Extensão Rural, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo de Técnico de Extensão Rural – ATER.

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO ESTRUTURAL DA CARREIRA DO QPEM

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – CARREIRA agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

II – CLASSE é o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função, ou cargos e suas funções, com idênticas atribuições e responsabilidades.

III – CARGO é a unidade funcional da estrutura organizacional, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições



e responsabilidades.

IV – CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO é associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos.

V – CARGO SINGULAR possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multiocupacionais.

VI – FUNÇÃO DO CARGO a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multiocupacional.

VII – FUNÇÃO SINGULAR que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

VIII – FUNÇÃO MULTIOcupACIONAL que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

IX – NATUREZA DO CARGO ou GRUPO OCUPACIONAL como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto à natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo.

X – AMPLITUDE SALARIAL é o intervalo entre o menor e o maior valor da tabela de referência de subsídio, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

XI – INTERNÍVEL é a razão percentual entre uma referência de subsídio e outra.

XII – RAZÃO ACUMULADA é o cálculo relativo (percentual) das referências de subsídio das classes sobre a referência de subsídio imediatamente anterior da classe.

XIII – INTERCLASSE é a razão percentual entre a referência de subsídio inicial ou final de uma classe e a referência de subsídio inicial da classe imediatamente superior.

XIV – DINÂMICA FUNCIONAL é a relação existente entre a referência de subsídio inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

XV – REFÊRENCIA CONTÍNUA é a sequência de referências de subsídios nas classes e entre as classes na tabela de remuneração, composta de interníveis e interclasses.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

XVI – GRAU DE COMPLEXIDADE é atributo das funções do cargo, ^{referente aos} requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes.

XVII – ESTRUTURA PIRAMIDAL é a estrutura crescente em termos de classes e referências de subsídio.

XVIII – PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO é o documento formal no qual consta a descrição do cargo, das suas funções e ocupações profissionais e das exigências a eles associadas.

§ 1º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para o ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira.

§ 2º O intervalo nas classes das carreiras será de, no mínimo, 5% (cinco por cento), sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

§ 3º O interclasse será de 10% (dez por cento) para cada uma das carreiras, considerada a primeira referência de subsídio da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

§ 4º O interclasse respeitará a natureza e o grau de complexidade da atividade de cada uma das carreiras.

§ 5º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (dois vírgula cinco) vezes entre a referência de subsídio inicial da classe de uma complexidade com a referência de subsídio inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 6º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes das carreiras de complexidades diferentes.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO

Art. 3º O ingresso no Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Instituto EMATER – QPEM será mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observada a escolaridade estabelecida no Anexo I desta Lei, podendo integrar inspeção médica e o exame psicológico, passíveis de delegação sob supervisão do órgão da administração de



pessoal do Poder Executivo.

Art. 4º Será adotado o Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

Art. 5º O Perfil Profissiográfico será construído, em ato do EMATER, com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função instrumentalizado com:

I – código do cargo e função;

II – nome do cargo e da função;

III - código CBO (classificação Brasileira de Ocupações), se houver;

IV - carga horária e jornada;

V - exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para o ingresso seja para a promoção;

VI – descrição de resumo da classe ocupacional, de acordo com a carreira, ou cargo, ou formação exigida ou necessidade da classe;

VII – classificação de tarefas desempenhada por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativas e qualitativamente;

VIII – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;

IX – linha de promoção;

X – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;

XI – outros indicadores a serem utilizados para a avaliação do cargo e da função, além do acréscimo das competências por ato do titular do órgão de administração de pessoal do EMATER.

Art. 6º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de subsídio inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.



CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 7º O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do EMATER em virtude de concurso público será submetido à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE, como condição para aquisição da estabilidade.

Art. 8º O período de estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 9º A Avaliação Especial de Desempenho e Estágio Probatório – AVDE verificará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições do cargo e função para os quais foi nomeado.

Art. 10. A estabilidade será declarada por ato do Diretor Presidente do EMATER, após encerramento do processo de avaliação de desempenho.

Art. 11. A reprovação no estágio probatório resultará na exoneração do servidor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 12. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras do EMATER é de 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias.

Art. 13. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem eventual serviços aos sábados, domingos e feriados, seguirão as regras já estabelecidas pelo Governo do Estado, na forma da legislação vigente, para tratamento dessa exceção, bem como as normas estabelecidas por portarias do EMATER.

CAPÍTULO VI

DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 14. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção.

Art. 15. PROGRESSÃO é a mudança para a referência de subsídio imediatamente subsequente, atendidos os requisitos estabelecidos.



Parágrafo único. A progressão será concedida:

I – para a Referência 2 da classe de ingresso quando aprovado no estágio probatório;

II - por antiguidade na carreira, sendo de 1(uma) referência de subsídio a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe;

III - a concessão da referência de subsídio será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;

IV – o tempo a ser computado para fins de progressão por antiguidade observará:

a) o período de estágio probatório;

b) não contemplará tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público; e

c) não contemplará tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta lei, bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

Art.16. PROMOÇÃO é passagem do servidor para a referência de subsídio correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

Art.17. As promoções nas carreiras ocorrerão por antiguidade e merecimento, alternadamente, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concorrencial e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o de tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas e certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a esta for submetido;

VI - atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo,



formalizado em regulamento próprio ou por ato do Diretor Presidente, se necessário.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

Art. 18. A promoção por antiguidade obedecerá o tempo de 15 (quinze) anos de tempo para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira, se a primeira promoção for sob este critério.

Art. 19. A promoção por mérito obedecerá o tempo de 10 (dez) anos de tempo para efeitos legais, desde que completo o mínimo de 7 (anos) anos de efetivo exercício na carreira e classe de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

Art. 20. A promoção por antiguidade obedecerá o tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de tempo para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos de efetivo exercício na carreira, se a segunda promoção for sob este critério.

Art. 21. A promoção por mérito para a segunda promoção obedecerá o tempo de 20 (vinte) anos de tempo para efeitos legais e completos e mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira e na classe B, associado a obtenção de títulos a serem previstos em regulamento próprio.

Art. 22. O servidor não poderá se candidatar à promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas do poder.

Parágrafo único. Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

Art. 23. A promoção está condicionada à existência prévia de vaga na classe de destino.

Art. 24. Na promoção por mérito, os requisitos e critérios de avaliação de títulos serão estabelecidos por normas próprias do EMATER.

Art. 25. Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

Parágrafo único. A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;



III – maior tempo de carreira;

IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

CAPÍTULO VII

DO SUBSÍDIO

Art. 26. O sistema remuneratório do EMATER é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 27 da presente Lei.

Art. 27. O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

II - terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

III - diária, na forma da legislação em vigor;

IV - serviço extraordinário ou de plantão;

V - adicional noturno;

VI - diárias;

VII - ajuda de custo;

VIII - auxílio-funeral.

IX - verba transitória decorrente de função de direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

X - indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

XI - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

XII - diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

Art. 28. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento, previsto na lei de revisão geral anual.



Art. 29. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do EMATER, ouvidas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 31. Revoga-se a Lei 16.537, de 30 de junho de 2010.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador de Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa




Of. Nº411/12- GP- SGP

Curitiba, 10 de dezembro de 2012

Senhor Governador,

A propósito da Mensagem nº 089/2012, encaminhada por Vossa Excelência no dia 06 deste mês, com o objetivo de ver aprovado o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Quadro Próprio Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, venho informar que a mesma não se fez acompanhar dos anexos pertinentes e nem tampouco das informações preliminares necessárias a sua apreciação, previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência, renovo os meus respeitosos cumprimentos.


Valdir Luiz Rossoni
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

CÓPIA

Recb
em 10/12/12



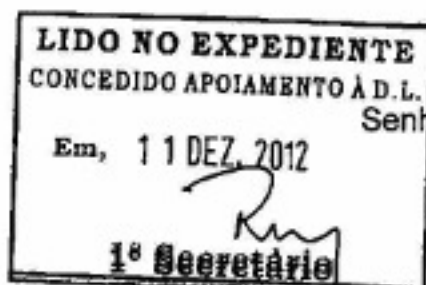
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 089/2012

Curitiba, 06 de dezembro de 2012.



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 19/12/2012

Presidente

tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Quadro Próprio Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, conforme especifica.

O Instituto EMATER é o órgão do Estado do Paraná que a Lei nº 14.832, de 23 de Setembro de 2005 transformou em autarquia para promover o desenvolvimento tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação comum com a população rural e suas organizações. Está estruturada em 429 (quatrocentos e vinte e nove) unidades de trabalho distribuídas em 395 (trezentos e noventa e cinco) Municípios e 12 (doze) Distritos paranaenses. Com eles mantém parcerias e realiza Planos Municipais de Desenvolvimento pelos quais, entre outros, viabiliza recursos de crédito rural na ordem de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) por ano e atende mais de 130.000 (cento e trinta mil) famílias de agricultores, trabalhadores rurais e pescadores.

Seus serviços são executados por extensionistas, profissionais preparados para atender o agricultor familiar e levar a efeito as Políticas e Programas de Governo que, direta ou indiretamente, o envolvem. Fosse desprovidos da assistência técnica oficial, a adoção de tecnologias e as inovações restariam sobremaneira atrasadas e defasadas, causando grandes e graves prejuízos à população, refletidos pelo não incremento ou pelo declínio da atividade econômica.

As metodologias e estratégias especializadas que levam tecnologias e as fazem efetivamente serem adotadas pelos agricultores familiares, garantia de produção dos alimentos que alcançam a mesa dos paranaenses, resolveram pela Lei nº 16.537, de 30 de Junho de 2010, que institui o Quadro Próprio do Instituto EMATER e criou a Carreira Técnica de Extensão Rural.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.094.868-9.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sua manutenção é essencial à prestação dos serviços públicos ao setor agropecuário paranaense, à realização dos objetivos institucionais do Instituto EMATER, ao cumprimento das parcerias para o desenvolvimento dos municípios, e mais recente, da realização das obrigações assumidas nas Chamadas Públicas, modo pelo qual a União transfere recursos a esse setor produtivo, vinculando-os à asseguarção de aferíveis resultados.

Releva recordar que, após a transformação em autarquia, novos ingressos de servidores no Instituto EMATER somente são possíveis mediante concurso público para o provimento de cargos do Quadro Próprio da Carreira de Extensão Rural, como estabelecido no art. 20 da Lei nº 16.536, de 30 de Junho de 2006.


A economia do Paraná é esteada nos setores agrícola, industrial e extrativista. Diversificada pelas condições climáticas, geografia e culturas, os índices de produtividade das explorações agropecuárias são os mais elevados do país. Sem propagação de técnicas modernas, a cada dia mais complexas, não adotadas por agricultores desassistidos por profissionais especializados, tal mérito não perseverará.

Para assegurar que a tecnologia que a cada dia se inova para prover a população paranaense com alimentos, gerar riqueza, bem estar e segurança sociais, o labor do servidor da Assistência Técnica e Extensão Rural, certificado por um plano de carreira a compor um Quadro Próprio do Instituto EMATER, é fundamental. Instituição cuja história remonta mais de 50 anos de reconhecidos bons serviços, seus profissionais compõe a matriz da presença, da atuação e da realização dos interesses da coletividade junto à família rural e seu meio.

Diante do exposto é que proponho o presente Anteprojeto de Lei para aprovação dessa Casa Legislativa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

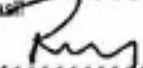
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

*Regime de
URGÊNCIA*

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 11 DEZ. 2012


1º Secretário

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 DEZ. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de dezembro de 2012
OF CEE/G 257/12

Protocolo n.º 11.094.868-9

Senhor Presidente,

Com a costumeira satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, reporto-me à Mensagem n.º 089/12 e ao respectivo Anteprojeto de Lei, o qual dispõe sobre o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.


Encaminho-lhe, para juntada ao corpo do supracitado Anteprojeto de Lei, o Anexo I, o Anexo II e o Anexo III.

Solicito, ainda, a essa Casa de Leis, a Emenda ao artigo 14 do referido Anteprojeto de Lei, passando a ter nova redação, conforme descrita abaixo.

Art. 14. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção, **em conformidade ao Anexo II desta Lei.**

Certo de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência para o assunto, antecipo-lhe meus melhores agradecimentos.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JC

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

1456 11/12/2012 08:02:34 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

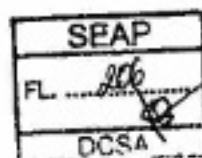
Recebido
E, 12/12/2012
as 11:25

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA E DIMENSIONAMENTO DAS CARREIRAS - EMATER

CARREIRA	CLASSES	VAGAS POR CLASSE	CARGO	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
PROFISSIONAL DE EXTENSÃO RURAL	A	156	PROFISSIONAL DE EXTENSÃO RURAL - APER	ASSISTENTE SOCIAL	GRADUAÇÃO
				BIÓLOGO	
	B	234		ECONOMISTA DOMÉSTICO	
				ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
				ENGENHEIRO AMBIENTAL	
				ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	
				ENGENHEIRO DE PESCA	
	C	389		ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
				ENGENHEIRO FLORESTAL	
				MÉDICO VETERINÁRIO	
TOTAL DO CARGO		779	ZOOTECNISTA		

CARREIRA	CLASSES	VAGAS POR CLASSE	CARGO	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL	A	165	TÉCNICO DE EXTENSÃO RURAL - ATER	EXTENSIONISTA ESPECIALIZADO	ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE - TÉCNICO AGRÍCOLA / AGROPECUÁRIO
	B	247			
	C	409			
TOTAL DO CARGO		821			

Conferir com o original
CC em *original*
Ass. *[assinatura]*



[assinatura]

ANEXO II DA LEI Nº

INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - EMATER

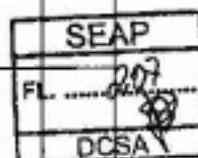
INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - PROFISSIONAL DE EXTENSÃO RURAL

CLASSE	PROMOÇÃO		PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO (REFERÊNCIAS)												
	POR TEMPO	POR MÉRITO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS							(20 ANOS)	(25 ANOS)	31 anos	32 anos	33 anos	34 anos	35 anos
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				(10 ANOS)	(15 ANOS)	(20 ANOS)	(25 ANOS)						
C			INGRESSO	3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	(5 ANOS)	(10 ANOS)	(15 ANOS)								



INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - TÉCNICO DE EXTENSÃO RURAL

CLASSE	PROMOÇÃO		PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO (REFERÊNCIAS)											
	POR TEMPO	POR MÉRITO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS												
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				(10 ANOS)	(15 ANOS)	(20 ANOS)	(25 ANOS)	31 anos	32 anos	33 anos	34 anos	35 anos
C			INGRESSO	3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	(5 ANOS)	(10 ANOS)	(15 ANOS)							



Ass.
 CC
 ADALTEC COD: 2-01/04/04

ANEXO III DA LEI Nº
SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - EMATER

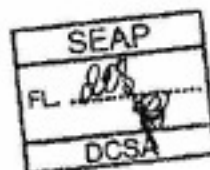
SUBSÍDIO - PROFISSIONAL DE EXTENSÃO RURAL - APER

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,33	12.902,91	13.548,06	14.225,46	14.936,74	15.683,57	16.467,75
B				7.401,31	8.511,51	8.937,08	9.383,94					
C	5.054,18	5.812,30	6.102,92	6.408,06	6.728,47							



SUBSÍDIO - TÉCNICO DE EXTENSÃO RURAL - ATER

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,63	4.937,76	5.184,65	5.443,89	5.716,08	6.001,88
B				2.825,96	3.249,85	3.412,34	3.582,96					
C	2.021,67	2.324,92	2.441,17	2.563,22	2.691,39							



Confere com o original
CC nº 17.112
Ass. _____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 632/2012

Projeto de Lei nº. 632/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 089/2012

Súmula: Dispõe sobre o Quadro Próprio Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, conforme específica.

EMENTA: QUADRO PRÓPRIO. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir o Quadro Próprio de carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas declaração do Diretor-Presidente substituto do Instituto EMATER, sendo que a despesa prevista será executada em conjunto com a implantação do PDI- Programa de Demissão Incentivada, cujo resultado propiciará a existência dos recursos orçamentários e financeiros necessários à total efetivação da despesa prevista para o exercício de 2013 e posteriores, conforme documentos demonstrativos anexos a mensagem (Ofício n.º. 50/12 com Quadros anexos I, II e III e Informação Técnica n.º. 10/11/12).

A despesa deverá ocorrer na dotação 6531.20606102.856 – fonte 100.

Quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de Dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO HERAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator


APROVADO
unânime 12.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 632/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 89/12, que dispõe sobre o Quadro Próprio Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se justificado.

Vale ressaltar que, a proposta vem ladeada da Declaração de Adequação da Despesa, datada de 11 de dezembro de 2012, assinada pelo Senhor Natalino Avance de Souza, Diretor-Presidente Substituto do Instituto EMATER, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, declarando que as despesas decorrentes da presente proposta tem adequação às Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná.

Declara ainda, o Diretor-Presidente que, a despesa prevista será executada em conjunto com a implantação do PDI – Programa de Demissão Incentivada, que propiciará recursos orçamentários e financeiros necessários à total efetivação da despesa prevista para o exercício de 2013 e posteriores.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRINI
RELATOR



PROJETO DE LEI 640/12

Súmula: Cria a Assessoria Especial Para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude – AEJ na estrutura organizacional da Casa Civil do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada, no âmbito da estrutura organizacional da Casa Civil do Estado do Paraná, a Assessoria Especial Para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude – AEJ, com objetivo de articular todos os programas e projetos destinados ao público jovem, em âmbito estadual.

Art.2º – A AEJ terá por finalidade:

I – elaborar e propor a Política Estadual da Juventude, em conformidade com a Política Nacional de Juventude, bem como realizar as ações necessárias à sua implantação, acompanhamento e avaliação;

II – articular-se com os demais órgãos do Governo do Estado do Paraná, a fim de integrar as políticas públicas para a juventude, de modo a conferir maior eficácia e visibilidade às ações governamentais voltadas para a população jovem do Estado do Paraná;

III – articular-se com os Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua atuação, objetivando assim a promoção da intersetorialidade das ações voltadas para o jovem e para o protagonismo juvenil;

IV – articular-se com os Conselhos Municipais de Juventude, bem como estimular sua criação em municípios que não dispõem desse órgão, e com outros conselhos setoriais, a fim de ampliar a cooperação mútua e estabelecer estratégias comuns de implementação de políticas públicas;

V - promover ações que visem estimular o desenvolvimento do associativismo

e do voluntariado jovem, bem como apoiar a relação do Estado com associações juvenis e entidade equiparadas e segmentos da juventude;

VI – fomentar a cultura do empreendedorismo jovem, em articulação com as demais esferas de governo e com a sociedade civil;

VII – incentivar e promover ações de capacitação e desenvolvimento do jovem, em perspectiva individual e coletiva, que estimulem o surgimento de lideranças jovens em diversos segmentos, como o político, o educacional, o artístico e o esportivo;

VIII – estimular o acesso de jovens a bens públicos, equipamentos esportivos, educacionais e culturais e às atividades que favoreçam o desenvolvimento e a utilização de aptidões profissionais e sociais, a fim de contribuir para a construção de consciência e a prática cívica pelo jovem;

IX – promover e incentivar a realização de estudos, debates, conferências e pesquisas sobre a realidade e situação do jovem paranaense, a fim de contribuir para a elaboração de propostas de políticas públicas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

X – exercer outras atividades correlatas.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito da Casa Civil, para atender a Assessoria Especial Para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude – AEJ, os seguintes cargos em provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assessor Especial de Políticas Públicas para a Juventude, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C e 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 3-C.

Art. 4º Fica, a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP proceder à readaptação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e a carga patrimonial.

Art. 5º Para implementação do disposto nesta Lei, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares e a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

– SEPL, a elaboração dos atos necessários para a regulamentação e implantação da referida Assessoria, objeto desta Lei, nos termos do art. 117, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n3416

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 1312 /2012

INTERESSADO: Casa Civil.

ASSUNTO: Criação de Cargos em Comissão.

PROTOCOLO: 11.722.454-6.

Trata-se o presente protocolado da criação de 12 (doze) cargos em comissão na estrutura administrativa da Casa Civil, com um custo total anual estimado em R\$ 605.067,19 (seiscentos e cinco mil, sessenta e sete reais e dezenove centavos).

Esta Coordenação ratifica a informação nº 210/2012-GPS/CC, lembrando que deverão ser indicados recursos provenientes do próprio órgão para atender as diferenças com Pessoal e Encargos Sociais.

É a informação.

Curitiba, em 04 de Dezembro de 2012.

Roberto Langer
ROBERTO LANGER

Agente Profissional - Economista

Com a informação supra,
encaminhe-se à DG/SEPL
Em, 4 / 12 / 2012.

Elizabeth Cristina de Azevedo
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

Confere com o original
CC em 13.12.12
Ass. *[Signature]*

CASA CIVIL



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 091/2012/CASA CIVIL

Eu, **Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani** portador do R.G. nº 1.913.921-2/PR e CPF nº 353.542.759-20, atualmente no cargo em comissão de Secretário Chefe da Casa Civil, na qualidade de Ordenador de Despesas, declaro, nos termos da informação nº 210/2012 do GPS/CC que a despesa abaixo identificada, estará incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual 2013.

Declaro ainda, que a despesa preencherá os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa:

Criação em 2013 de 12 (doze) cargos de provimento em comissão no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude – AEJ, na estrutura da Casa Civil, com custo anual estimado em R\$ 605.067,19 (seiscentos e cinco mil, sessenta e sete reais e dezenove centavos), recursos estes que serão remanejados do Custeio da Casa Civil resultantes da economia da aplicação do contido no Decreto Estadual nº 6.264 de 19 de outubro de 2012, no âmbito da Casa Civil.

Dotação Orçamentária:

1302.04122414.015 – Gestão Administrativa – Casa Civil

Curitiba, 13 de dezembro de 2012.

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

14.12.2012

Conferir com
a via original.

Assinatura manuscrita
Kofailla ds/ce

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 17/12/2012
Presidente



MENSAGEM
Nº 096 /2012

Curitiba, em 13 de dezembro de 2012

DEBIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a criação, na estrutura organizacional da Casa Civil do Estado do Paraná, da Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude - AEJ, com objetivo de articular todos os programas e projetos destinados ao público jovem, em âmbito estadual.¹

As políticas públicas de juventude possuem caráter essencialmente intersetorial e transversal, o que leva à necessidade de coordenação governamental para que se alcance a eficácia das ações. Tal coordenação exige identificação e diagnóstico de todas as ações voltadas ao segmento juvenil, assim como para as ações, projetos e programas que apresentem interface com o tema, estabelecendo o diálogo e a integração entre elas, reduzindo sobreposições e maximizando a efetividade.

Faz-se necessário fomentar a incorporação do olhar atento às especificidades dos jovens na formulação e na execução das ações nas várias áreas, de modo que as estruturas de apoio, os serviços e os programas possam lidar com o público jovem de maneira adequada. De outra parte, cumpre envolver, de maneira cada vez mais próxima, outras instituições e políticas na atuação integrada em torno das questões da juventude, pois sua complexidade extrapola o âmbito meramente setorial e seu enfrentamento requer o respeito à concepção atual deste grupo social como sujeitos de direitos que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política econômica e cultural do país.

Como metas do atual Governo, tem-se como proposta a formação de um espaço institucional através de uma Assessoria da Juventude e da formulação de uma política estadual da juventude, na direção do jovem como um agente de direitos e objeto de políticas intersetoriais integradas de governo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.722.454-6



PARANÁ

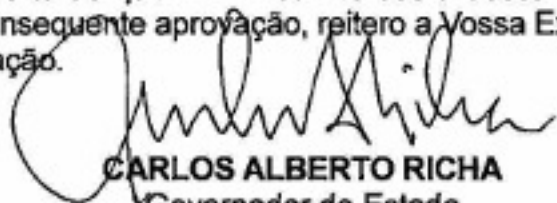
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A fim de conceder suporte técnico e administrativo à Assessoria Especial, cuja criação se pretende através da presente medida, é proposta, também, a criação dos seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assessor Especial de Políticas Públicas para a Juventude, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C e 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 3-C.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, encaminho, em anexo, cópia autêntica da Informação nº 1312/2012 da Coordenação de Orçamento e Programação/COP, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, bem como a devida Declaração de Adequação da Despesa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

PROJETO DE LEI 641/12

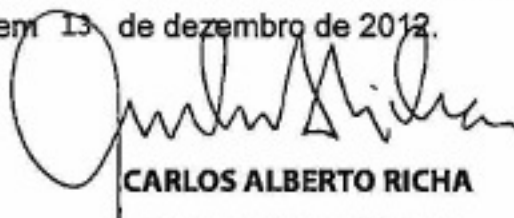
Súmula: Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL: 01 (um) cargo de Chefe de Coordenação, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Gerente de Projetos, símbolo DAS-3; e 03 (três) cargos de Técnico de Projetos, símbolo DAS-5.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2012.

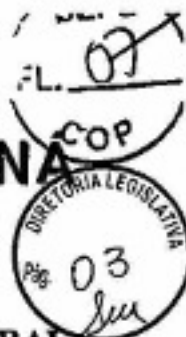


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n3395



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 1300 /2012

INTERESSADO: SEPL.

ASSUNTO: Criação de cargos em comissão.

PROTOCOLO: 11.780.910-2.

Trata o presente protocolado de anteprojeto de lei para a criação de 5 (cinco) cargos em comissão na estrutura organizacional da SEPL, com custo mensal de R\$ 33.287,77 (trinta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta centavos).

Esta Coordenação informa que para o exercício de 2013, conforme a Proposta de Lei Orçamentária aprovada pela Assembleia Legislativa, na dotação 2302.04121414.033 - Gestão Administrativa/SEPL, despesas de pessoal, fonte 100, o total orçamentário é de R\$ 13.658.840,00 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais).

É a informação.

Curitiba, em 03 de Dezembro de 2012.

Roberto Langer
ROBERTO LANGER

Agente Profissional - Economista

Confere com _____
CC _____ em _____
Ass. _____
[Signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n3418

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO



INFORMAÇÃO Nº 1313 /2012

INTERESSADO: SEPL.

ASSUNTO: Criação de cargos em comissão.

PROTOCOLO: 11.780.910-2.


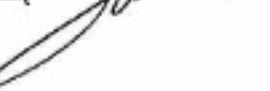
Trata o presente protocolado de anteprojeto de lei para a criação de 5 (cinco) cargos em comissão na estrutura organizacional da SEPL, com custo mensal de R\$ 33.287,77 (trinta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta centavos).

Esta Coordenação ratifica o contido na informação nº 157/12-GPS/SEPL.


É a informação.

Curitiba, em 04 de Dezembro de 2012.


ROBERTO LANGER
Agente Profissional - Economista

Conferir com o original
CC em 
Ass. 

Com a informação supra,
encaminhe-se à DG/SEPL
Em, 4/12/2012.


ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Grupo de Planejamento Setorial

INFORMAÇÃO Nº 157/12



INTERESSADO: DG/SEPL

ASSUNTO: Projeto de Lei – criação de cargos em comissão – Unidades PPP's.

PROTOCOLO Nº: 11.780.910-2

DATA: 04/12/2012

Versa o presente sobre anteprojeto de lei para criação de cargos em comissão na estrutura organizacional da SEPL, com o custo mensal de R\$ 33.287,77 (trinta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Informamos que a despesa correrá à conta da dotação 2302.04121414.033 – Gestão Administrativa – SEPL, rubrica de Pessoal e Encargos Sociais, fonte de recursos 100.

Utilizando a folha do mês de novembro como base, apresentamos o impacto financeiro proveniente da criação dos referidos cargos.

Folha Novembro/12	Total de despesas com Pessoal em 2013	Total de despesas com Pessoal em 2013 com implantação do pleito em questão	R\$ 1,00	
			2014	2015
773.758	10.275.506	10.760.576	11.298.605	11.863.535

Informamos ainda que os recursos para despesas com Pessoal e Encargos Sociais, previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual – 2013, em trâmite na Assembleia Legislativa, é de R\$ 13.658.840,00 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais).

É a informação.

DANIELLE KMEC
Chefe do GPS/SEPL, respondendo
Resolução nº17/2011 – SEPL

Conferir com o original
CC em
Ass.

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, Cassio Taniguchi, atualmente no cargo em Comissão de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, na qualidade do ordenador de despesas da aludida Secretaria, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa: Referente despesas de Pessoal com Gratificação do encargo especial. Despesa deverá ocorrer na dotação – 3190.1100 - fonte 250 - da atividade 4080, constante do orçamento próprio.

Curitiba, 07 de Dezembro de 2012.


Cassio Taniguchi

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

12.12.12
confere
com a
via origi-
nal.
Rafael
Dg/ce.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em, 17/12/2012
Presidente



MENSAGEM
Nº 094 /2012

Curitiba, em 13 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

O Governo do Estado criou o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná – Paraná Parcerias, com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias público-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

Para a implementação deste Programa, foi instituído pelo art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a incumbência de gerir o Programa, cujo Presidente é o Secretário de Estado da mencionada Pasta.

Considerando a amplitude do Programa Paraná Parcerias e sua importância no contexto estadual, será criada na estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral uma unidade administrativa no nível de execução programática, com a denominação de Coordenação de Parcerias Público-Privadas – CPPP, responsável pelo monitoramento e acompanhamento do referido Programa, configurando-se como instrumento de suporte executivo e normativo do seu Conselho Gestor.

Para viabilizar a instalação da nova unidade administrativa, observados os princípios organizativos básicos que lastreiam a estrutura estatal, faz-se necessária a criação de 05 (cinco) cargos de provimento em comissão, cujos ocupantes absorverão a complexa responsabilidade de supervisão do Paraná Parcerias.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.780.910-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 17 DEZ. 2012
Secretário

008371 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

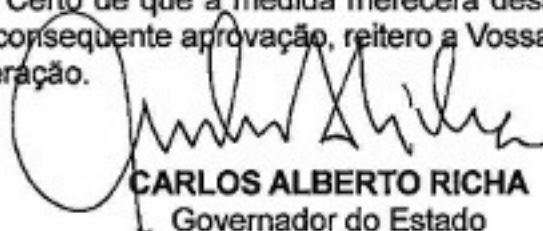
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A referida unidade administrativa será composta por 01 (um) Chefe de Coordenação, 01 (um) Gerente de Projetos e 03 (três) Técnicos de Projetos, porte mínimo indispensável para dar cumprimento às responsabilidades inerentes ao âmbito de atuação do Programa e para o assessoramento às diversas Secretarias de Estado que terão sob a sua responsabilidade o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de parcerias público-privadas.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, encaminho, também em anexo, cópias autênticas das Informações nº 1300/2012 e 1313/2012, ambas da Coordenação de Orçamento e Programação/COP, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, bem como da Informação nº 157/2012 do Grupo de Planejamento Setorial da referida Pasta.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI 644/12

Súmula: Dispõe sobre a criação de Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária (GDAF).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF, vantagem a ser concedida aos integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, alocados e em exercício na Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e na Coordenação da Receita do Estado – CRE.

§ 1º A gratificação de que trata o *caput* é extensiva aos servidores integrantes do QPPE, alocados na SEFA e na CRE, designados por ato do Secretário da Fazenda para prestar serviços financeiros e contábeis em outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

§ 2º Aplica-se também a gratificação de que trata este artigo aos servidores integrantes do QPPE, alocados na SEFA e na CRE, que prestam serviço na Coordenação de Orçamento e Programação – COP e nos Grupos de Planejamento Setorial – GPS.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se atividade fazendária, desempenhada por integrantes do QPPE:

a) no âmbito da CRE, aquela relacionada às atividades de apoio administrativo, atinentes à administração tributária do Estado;

b) no âmbito da SEFA e nos demais casos, aquela relacionada às atividades de direção, chefia, assessoramento, planejamento, acompanhamento, avaliação, controle, execução e apoio técnico e administrativo, atinentes à coordenação econômica, contábil e financeira do Estado, e ao Conselho de Contribuintes e

Recursos Fiscais.

Art. 3º Compete ao Secretário de Estado da Fazenda conceder a gratificação de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O ato concessivo deverá especificar o cargo do servidor e a gratificação a ser paga.

Art. 4º A gratificação instituída pelo art. 1º será paga nos seguintes termos, limitada a 4/5 (quatro quintos) do vencimento básico do respectivo servidor:

I – Coordenadores – R\$ 6.917,52;

II – Assessores Técnicos – R\$ 6.485,18;

III – Chefes de Divisão e Chefes e Assistentes de Grupos Setoriais – R\$ 6.052,83;

IV – Demais servidores:

a) Agente Profissional: R\$ 5.619,84;

b) Agente de Execução: R\$ 2.257,22;

c) Agente de Apoio: R\$ 1.477,08.

Art. 5º O valor da GDAF será reajustado no mesmo percentual previsto na Lei Geral Anual, por ocasião de sua revisão.

Art. 6º A Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária não é cumulativa com a gratificação pelo exercício de cargo comissionado, ou com qualquer outra, devendo os servidores abrangidos pela presente lei optar, formalmente, a qualquer tempo, pela gratificação que melhor lhes aprouver.

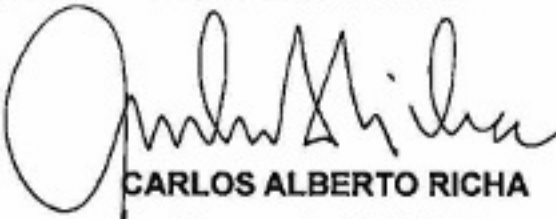
Parágrafo único. A gratificação de que trata o *caput* é incorporável aos proventos de inatividade na forma da legislação previdenciária vigente.

Art. 7º Os recursos financeiros para a implantação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações necessárias.

Art. 8º Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em 17/12/2012

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 093 /2012

Curitiba, em 13 de dezembro de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

1 Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir e conceder Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária (GDAF) aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) alocados e em exercício na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e na Coordenação da Receita do Estado (CRE), bem como aos servidores alocados na SEFA e na CRE designados pelo Secretário da Fazenda para prestar serviços financeiros e contábeis em outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e aos servidores alocados na SEFA e na CRE que prestam serviço na Coordenação de Orçamento e Programação - COP e nos Grupos de Planejamento Setorial - GPS.

A presente proposta tem como fundamento a necessidade do Poder Público Estadual dar tratamento isonômico aos servidores da Secretaria de Estado da Fazenda. Se de um lado os Auditores Fiscais têm um tratamento remuneratório diferenciado dos demais servidores do Poder Executivo Estadual por força da Constituição Federal, o mesmo não ocorreu com os demais funcionários daquela Pasta, que também estão amparados pela norma constitucional atualmente. Estes servidores percebem remuneração em valores muito abaixo dos Auditores Fiscais e de outras categorias abrangidas pela Lei Estadual nº 13.666/2002, que possuem gratificações específicas, como, por exemplo, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, entre outras.

A proposição justifica-se pelo fato de que os servidores lotados na mencionada Secretaria de Estado exercerem atividades técnicas específicas e diferenciadas no que se refere ao controle sistêmico das finanças estaduais, de acordo com o que preceitua o art. 37, inciso XVIII, da Constituição Federal de 1988, a seguir transcrito:

**Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.219.528-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:55 17/12/2012 080365 Nº 153/2012 DIRETORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

...
XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;"

Referida gratificação contemplará 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) servidores, todos integrantes do QPPE, dos quais 123 (cento e vinte e três) estão alocados na SEFA e 342 (trezentos e quarenta e dois) na CRE.

Desses 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) servidores, 147 (cento e quarenta e sete) são agentes de apoio, 214 (duzentos e quatorze) são agentes de execução e 104 (cento e quatro) são agentes profissionais.

A atividade fazendária por eles exercida, definida no art. 2º do Anteprojeto de Lei ora proposto, contempla ações específicas, de reconhecida complexidade, relevância e responsabilidade, a saber:

- de controle sistêmico das finanças estaduais, na Coordenação de Assuntos Financeiros (CAFE), na Coordenação de Controle Interno (CCI), nos Grupos Financeiros Setoriais (GFS), nas Coordenações de Orçamento e Programação – COP e nos Grupos de Planejamento Setorial (GPS);
- de análise, avaliação e acompanhamento do desempenho econômico do Estado, na Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC);
- de apoio às atividades do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF);
- de apoio às atividades da administração tributária, na Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Em face das peculiaridades envolvidas na atividade destes servidores da Secretaria de Estado da Fazenda, devemos salientar o fato de que lhes são atribuídos cargos comissionados como forma de remunerar a atividade diferenciada, tratamento que não se demonstra adequado, uma vez que o exercício do cargo comissionado possui destinação diversa da atividade técnica e perene desenvolvida por aqueles servidores. A proposição ora encaminhada não trará relevantes impactos financeiros, visto que, nos termos do Anteprojeto de Lei ora proposto, os encargos, uma vez atribuídos, não poderão ser cumulados com o exercício do cargo comissionado ou outra gratificação que por ventura o servidor perceba.

E se por um lado a proposição dessa gratificação não trará relevante impacto financeiro, pois não poderá ser cumulada com a recebida pelo exercício de cargo comissionado ou com outra que por ventura o servidor perceba, por outro, sua implementação representará importante estímulo e reconhecimento a esses servidores, na medida em que implicará merecido incremento na sua remuneração.

O impacto financeiro estimado no que tange a tal proposição



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

encontra-se demonstrado a seguir:

	Número de Funcionários	Salário Base (A)	TOTAL Mês (B)	Impacto sobre 13% (1/12) (C)	Total Impacto (B+C)
Agente de Apoio	147	2.272,43	334.047,21	27.837,27	361.884,48
Agente de Execução	214	3.472,65	743.147,10	61.928,93	805.076,03
Agente Profissional	104	8.645,90	899.173,60	74.931,13	974.104,73
TOTAL	465	14.390,98	1.976.367,91	164.697,33	2.141.065,24

Ainda, em relação ao impacto financeiro da presente proposta, encaminho, também em anexo, cópias autênticas do demonstrativo apresentado pelo Grupo de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Fazenda, da Informação nº 168/2012 do Grupo de Planejamento Setorial daquela Pasta e da Declaração de Adequação da Despesa nº 096/2012, integrantes do processo protocolado sob nº 11.219.528-9, fls. 53 a 57.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI 645/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóveis mediante Decreto à Copel Telecomunicações S.A.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso mediante Decreto, à Copel Telecomunicações S.A., de espaços físicos dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná onde se encontram Escolas da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, para implantação de estações de telecomunicações do Programa Rede Gov.

Art. 2º Cada autorização de cessão deverá ser precedida de Parecer Técnico da área de Engenharia, obedecidas as normas legais vigentes, e de prévia manifestação das Secretarias de Estado da Educação e da Administração e da Previdência.

Art. 3º No Decreto autorizativo deverá constar a localização, o número da transcrição no registro de imóveis competente e o nome da escola.

Art. 4º A cessão terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos após decretada, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Exmo Sr.
Altévir Rocha de Andrade
Secretário de Estado da Educação
Avenida Água Verde, 2140
80240-900 Curitiba - PR

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

COPEL NUM. 10.660.670-6

DATA- HORA-

PROGRAMA REDE GOV: NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS ESTADUAIS

SPS

Em virtude do avanço da área de abrangência de atendimento dos serviços de telecomunicações prestados pela Copel Telecomunicações S.A., inclusive no que diz respeito à integração das escolas estaduais, constatamos necessidade de implantação de estações de telecomunicações em alguns municípios mais distantes, em conformidade com o Programa Rede Gov.

Como os imóveis ocupados pelas escolas estaduais são de propriedade do Estado do Paraná, solicitamos, pela presente, autorização para implantação das estações nos terrenos em que haja espaço disponível e que não prejudiquem as atividades ali desenvolvidas.


Um exemplo dessa situação é o Colégio Estadual João Rysicz, no município de Marquinho, em que, após contato com o Sr. Diretor e esclarecimentos de ordem técnica, solicitamos avaliação da possibilidade de cessão do espaço para implantação da estação em apreço no terreno da própria escola, tendo ele se manifestado positivamente.

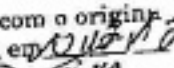

A Copel, observamos, assumirá todos os custos para a implantação de que aqui se trata, construindo inclusive, para isolamento da área, muros e portões necessários nos espaços cedidos.

Segue com a presente, para análise e autorização dessa Secretaria, minuta de termo de cessão de uso não oneroso.

Certos de boa acolhida à presente, antecipamos agradecimentos e permanecemos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,


José Danilo Tavares
Diretor Presidente
Copel Telecomunicações S.A.

Confere com o original
CC em 
Ass. 

Protocolo 33441/2010

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 17/12/2012

Presidente

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
N.º 095 /2012

Curitiba, 13 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso mediante Decreto, à Copel Telecomunicações S.A., de espaços físicos dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná onde se encontram Escolas da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, para implantação de estações de telecomunicações do Programa Rede Gov.

Em virtude do avanço da área de abrangência de atendimento dos serviços de telecomunicações prestados pela Copel Telecomunicações S.A., inclusive no que diz respeito à integração das escolas estaduais, foi constatada a necessidade de implantação de estações de telecomunicações em alguns municípios mais distantes, em conformidade com o Programa Rede Gov.

A presente medida visa autorização para implantação das estações de comunicação nos terrenos em que haja espaço disponível das escolas estaduais, como local estratégico para ampliação da rede de telecomunicações.

Atualmente existem 2.142 (duas mil, cento e quarenta e duas) conexões fornecidas pela COPEL para atendimento nas escolas estaduais e Núcleos Regionais de Educação, sendo que, destas, 548 (quinhentas e quarenta e oito) escolas são atendidas por conexão via satélite, cuja velocidade de acesso é bastante precária. Com a implantação das já mencionadas estações de comunicações nas escolas será possível a ampliação e melhoria da qualidade da rede de Telecomunicação do Estado, beneficiando, conseqüentemente, os estabelecimentos de ensino com um serviço de conexão de qualidade.

Vale, ainda, frisar que a COPEL assumirá todos os custos para a implantação das estações, construindo inclusive, para isolamento da área, muros e portões necessários nos espaços a serem cedidos, caso a presente proposta seja aprovada por essa Casa Legislativa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas considerações.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.par.gov.br

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

14155 17/12/2012 088386 Nº 1552/2012 LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 027/2012-TC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 027/2012-TC, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2012, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Analisado o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 11 de dezembro de 2012

DEPUTADO DUILIO GENARI

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO

Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 21/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

mauro
1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de outubro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de outubro de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de dezembro de 2012.

[Assinatura]
DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

[Assinatura]
DEPUTADO PERICLES DE MELLO
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE RESOLUÇÃO 22 /12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

Plauto
1º Secretário

Súmula: Revoga a Resolução nº 160/79.

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 160, de 24 de agosto de 1979.

Art. 2º A partir da publicação desta resolução, todos os processos e documentos que forem submetidos à apreciação da Comissão de Tomada de Contas devem ser mantidos em arquivo próprio da Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, 17 de dezembro de 2012.

Valdir Rossoni
Valdir Rossoni
Presidente

Plauto Miró Guimarães
Plauto Miró Guimarães
1º Secretário

Reni Pereira
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

Tem a resolução nº 160, de 24 de agosto de 1979, a finalidade de autorizar a devolução de processos submetidos à consideração da Comissão de Tomada de Contas quando independam de deliberação do Poder Legislativo.

Primeiramente, deve-se analisar a presente questão sob a ótica do princípio da publicidade dos atos na Administração Pública.

Na esteira dos ensinamentos doutrinários mais autorizados do Direito Administrativo, há um direcionamento no sentido de que deve haver uma absorção de valores e princípios constitucionais, bem como a assimilação de uma nova temática de relacionamento entre Estado e Sociedade¹, de forma que a publicidade deve ser vista como um dos meios de legitimação da Administração, pressuposto necessário à efetivação da participação popular nas questões do Estado.

A Constituição Federal de 1988 conferiu tratamento privilegiado ao princípio da publicidade, elevando-o ao status de direito fundamental do cidadão.

Com efeito, alguns desses direitos estão elencados no artigo 5º e ligados, direta ou indiretamente, à concretização de tal princípio.

Ademais, o princípio da publicidade é tema central nos regimes democráticos contemporâneos. A publicidade constitui um princípio ínsito à democracia. De maneira que se mostra salutar transcrever, acerca do tema democracia e representatividade, importante lição de Carl Schmitt, citado por Bobbio, que dispõe:

[...] a representação apenas pode ocorrer na esfera da publicidade. Não existe nenhuma representação que se desenvolva em segredo ou a portas fechadas. Um parlamento tem um caráter representativo apenas enquanto se acredita que sua atividade própria seja pública. Sessões secretas, acordos e decisões secretas de

¹ MEDAURT, Odete. *O direito administrativo em evolução*. 2. ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 267.



qualquer comitê podem ser muito significativos e importantes, mas não podem jamais ter um caráter representativo²

Assim, verifica-se que tal princípio pode ser mitigado somente em situações excepcionais e com fundadas razões e, no caso em comento, não se vislumbra a presença de elementos suficientes que ensejem essa mitigação, posto que se deve observar o princípio maior que rege a Administração Pública, o interesse público.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que a publicidade se mostra como requisito essencial para a eficácia do controle do poder, além de elemento que não pode ser dissociado da noção de Estado de Direito.

Este princípio ainda traz implícito em seus elementos, a proibição da política do "segredo", entendida não somente como uma vedação ao arbítrio, mas como um dever de informar por parte do Estado³.

Até mesmo por este motivo, consoante correta lição de Juarez Freitas⁴

"[...] o agente público precisa prestar contas de todos os seus atos e velar para que tudo seja feito com a visibilidade do sol do meio-dia, preservando sua própria reputação, somente se admitindo que não o faça por excepcional e estrita exigência superior do interesse público (v.g. de segurança) ou por ditames da dignidade da pessoa humana. Filosoficamente, o normal é que tudo que não possa vir a público deva ser encarado como suspeito de incorreção, nada havendo que não deva ser, de algum jeito ou em certo tempo, revelado nos regimes democráticos".

Não obstante o dever de observância do princípio da publicidade, nota-se também que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que foi editada com o fito de regulamentar o artigo 163 da Constituição Federal, visa conferir a transparência necessária no trato do erário público.

Destarte, estabelece, em seu art. 48 e seguintes, instrumentos para tornar a Administração Pública mais transparente e o destinatário da transparência é a sociedade,

² BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 101.

³ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7.ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 1165.

⁴ FREITAS, Juarez. *O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais*. 3.ed. atual e ampl. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 56.



que tem um importante papel a cumprir, fiscalizando e participando da administração dos recursos públicos.

Art 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Original sem destaque.

Cumpre ressaltar que a base de um Estado Democrático, consoante dicção da Constituição Federal, se permeia no sentido de que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meios de seus representantes eleitos ou diretamente". Sob este enfoque, as relações entre o cidadão e o governo assemelham-se àquelas existentes entre o acionista e a administração da sociedade anônima. Por esse motivo, o governo deve atuar conforme os interesses dos cidadãos, ao invés de agir em interesse próprio.

Assim, diante do dever de prestação de contas dos recursos públicos, faz-se importante o princípio da transparência, que consiste em levar ao conhecimento da sociedade, de forma compreensível, os atos praticados pela administração pública em geral, para que o cidadão que sofre influências diretas com o destino que é dado aos recursos públicos, tenha acesso às contas públicas.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina, ainda, que a Administração Pública terá que manter à disposição da população instrumentos, em formas simplificadas, para que possa haver o controle pela sociedade.

Assim, toda a atividade pública deve ser guiada com o objetivo de que sejam perseguidos os interesses da sociedade, já que cabe ao Estado tutelar o interesse público.

Com o fim de resguardar esse interesse público, o particular tem a possibilidade de fiscalizar e controlar como são gastos os recursos públicos.



Portanto, cabe à Administração Pública cumprir os fins colimados pela ordem jurídica⁵, sendo, para isso, regida pelos princípios trazidos pela CF/88, especialmente em seu art. 37:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

Os princípios trazidos por este preceito constitucional servem de sustentáculo da Administração Pública e constituem os fundamentos da atividade administrativa.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal enaltece a transparência ao definir que "a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas"⁶.

A transparência da gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações⁷.

Carlos Maurício Figueiredo, ao analisar o princípio da transparência, leciona que:

(...) a transparência da gestão não será medida tão-somente em função de os relatórios se resumirem em duas ou três páginas de conteúdo ou se alongarem por cem laudas. Importa que contenha, além das informações contábeis essenciais, notas explicativas objetivas e concisas e que apresentem de forma clara as justificativas das situações constatadas e as medidas de ajuste adotadas, redigidas em linguagem e estilo compreensíveis tanto por especialistas quanto por interessados na informação⁸.

⁵ MARTINS, Ives Gandra; BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, p. 03.

⁶ BRASIL. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

⁷ CRUZ, Flávio da (org). **Lei de responsabilidade fiscal comentada**, p. 142.

⁸ FIGUEIREDO, Carlos Maurício. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. 2. ed. rev., São Paulo: Editora dos Tribunais, 2001.p. 257.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ressalte-se, mais uma vez que, a simples disponibilização dessas contas através de relatórios não confere a transparência buscada pela lei. Assim, é imperioso torná-las compreensíveis por quem as consulta, ou seja, trazer, além dos demonstrativos, os documentos que comprovem os gastos.

Destarte, o princípio da transparência é observado em diversos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, e tem o objetivo muito mais amplo que a simples divulgação das contas públicas, seu caráter social é de fundamental importância para que a população brasileira tenha acesso às informações para que possa fiscalizar a ação dos seus governantes.

Desta forma, diante da necessidade de conferir maior transparência aos processos submetidos à apreciação da Comissão de Tomada de Contas, bem como de atender aos fins colimados no princípio da publicidade, a presente Resolução é editada com o fito de revogar a Resolução 160/79 e determinar que todos os processos e documentos submetidos à apreciação da Comissão de Tomada de Contas sejam mantidos em arquivo da própria Comissão.

Palácio Dezenove de Dezembro, 17 de dezembro de 2012.

Valdir Rossoni
Presidente

Plauto Miró Guimarães
1º Secretário

Reni Pereira
2º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico — Bento Munhoz da Rocha Neto

RESOLUÇÃO Nº 160/79



DATA: 24 de agosto de 1979

SÚMULA: Autoriza a devolução de processos submetidos à consideração da Comissão de Tomada de Contas quando independam de deliberação do Poder Legislativo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica a Comissão de Tomada de Contas autorizada a devolver à origem os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação do Poder Legislativo, após seu exame e aprovação.

Parágrafo Único. A Secretaria da Comissão de Tomada de Contas, encaminhará mediante protocolo aos interessados os processos aprovados e manterá, devidamente arquivados até o término da Legislatura, os pareceres, juntamente, com as respectivas Atas das quais constem as suas aprovações.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezanove de Dezembro", em 24 de agosto de 1979


FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

R. 160



JUSTIFICATIVA:

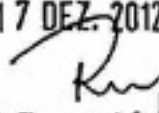
O presente Projeto de Resolução que ora submetemos à consideração da Casa, tem a finalidade de, à exemplo do que ocorre com o Egrégio Tribunal de Contas, devolver à parte interessada a documentação referente aos processos devidamente examinados e aprovados pela Comissão de Tomada de Contas.

Após o exame dos processos e com o parecer devidamente aprovado, não mais se justifica a sua permanência em poder da Comissão, a qual é desprovida de espaço físico para acondicioná-los. O próprio setor de Arquivo da Casa, se encontra sem condições de espaço para mantê-los e desde que a Secretaria da Comissão mantenha, como vem mantendo, em completa atualização os pareceres e as Atas que os aprovaram, não mais se faz necessária a permanência na Comissão.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Resolução.



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação do Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha - MGP.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação para tratar de assuntos relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha - MGP, constituída pelo Ato do Presidente nº 03/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 88 de 03 de agosto de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2012.


Deputado PASTOR EDSON PRACZYK
Presidente da CEI


Deputado PÉRICLES DE MELLO
Relator da CEI



Processo Legislativo

Comissões Especiais

Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha

Relatório Final da Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha

PRESIDENTE: DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR: DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

MEMBROS TITULARES: JONAS GUIMARÃES
ANIBELLI NETO
BERNARDO RIBAS CARLI
MARA LIMA
MARCELO RANGEL

SUPLENTE: GILSON DE SOUZA
TERUO KATO
ADEMIR BIER
MAURO MORAES
ROSE LITRO
ENIO VERRI
CESAR SILVESTRI

SUMÁRIO

- I - INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO
- II - PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
- III - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO
- IV - SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA
- V - TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
- VI - PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO AO MINISTÉRIO DA CULTURA
- VII - QUARTA REUNIÃO - VISITAÇÃO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU
- VIII - LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA ENCOMENDADO PELO IAP
- IX - CONCLUSÃO

I - INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Diretoria Legislativa recebeu o requerimento de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, protocolado e aprovado em Sessão Plenária no dia 29 de novembro de 2011, o qual trata da implementação de Comissão Especial, sobre assuntos relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha - MCP.

Mediante Ato do Presidente nº 03/2012, de 05 de março de 2012, declarou-se constituída a Comissão Especial. Dentre os temas relacionados, são objeto da presente Comissão a necessidade premente de alavancagem do espaço destinado ao museu, visando o aproveitamento de recursos e trabalhos envidados na instalação de projeto tão importante à cultura, história e desenvolvimento do Estado do Paraná, notadamente relevantes ao Município de Ponta Grossa.

Tal Comissão, conta com a seguinte constituição orgânica:

Presidente: Deputado Pastor Edson Praczyk; Relator: Deputado Péricles de Holleben Mello; Membros Titulares: Deputado Jonas Guimarães, Deputado Anibelli Neto, Deputado Bernardo Ribas Carli, Deputado Mara Lima, Deputado Marcelo Rangel; Suplentes: Deputado Gilson de Souza, Deputado Teruo Kato, Deputado Ademir Bier, Deputado Mauro Moraes, Deputada Rose Litro, Deputado Enio Verrri e Deputado Cesar Silvestri.

II - PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

A primeira reunião ordinária foi convocada e ocorreu na data de 19 de março de 2012. Os titulares da Comissão Especial reuniram-se na sala de reuniões da Assembleia Legislativa, estando presentes os Deputados Pr. Edson Praczyk (Presidente), Péricles de Mello (Relator) e Marcelo Rangel (Titular). O Presidente fez apontamentos sob a síntese evolutiva da implantação do museu de geologia e paleontologia do Paraná. Já o deputado Marcelo Rangel, ao manifestar informando o interesse do Secretário de Estado e Meio Ambiente, Jonel Yurk, em colaborar com o desfecho do assunto.

Sendo assim, foi encaminhado convite à Fundação Bigarella e ao Secretário de Estado e Meio Ambiente, Jonel Yurk, para que se manifestassem a respeito do Convênio Fundação Bigarella e Estado. O requerimento enviado

Neme Filho; Requerimento nº 8207/12, do Deputado Dr. Batista, para o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eido Kanuel Elidun; Requerimentos nºs 8211/12 a 8218/12, do Deputado Fernando Sotomaior, para o envio de voto de pesar às famílias: do Sr. Dante Bortol, do Sr. José Pereira dos Santos, da Sra. Carmem Maldonado, do Sr. Manoel Barbosa Aguiar, da Sra. Ajalla de Freitas Fernandes, do Sr. Antonio Valente Vidigali, da Sra. Glória Maria Batista Desch e da Sra. Maria Lúcia dos Santos; Requerimento nº 8219/12, do Deputado César Silvestri Filho, para o envio de voto de pesar à família Gomes, pelo falecimento do Sr. Edson Ernesto Gomes; Requerimentos nºs 8176/12 e 8178/12, do Deputado Anibelli Neto, para o envio de votos de congratulações e aplausos pelo 60º aniversário de emancipação política e administrativa dos Municípios: Apucarana, Paranaguá e Piraí; Requerimento nº 8220/12, do Deputado César Silvestri Filho, para o envio de voto de congratulação ao Município de Guapirama, pelos seus 193 anos; Requerimento nº 8223/12, do Deputado Teruo Kato, para o envio de voto de congratulação ao Município de Santa Cruz do Monte Castelo, pelo seu aniversário no dia 25 de dezembro; Requerimento nº 8224/12, do Deputado Teruo Kato, para o envio de voto de congratulação ao Município de Santo Antônio do Caiçal, pelo seu aniversário no dia 25 de novembro; Requerimento nº 8225/12, do Deputado Teruo Kato, para o envio de voto de congratulação ao Município de São Pedro do Paraná, pelo seu aniversário no dia 30 de dezembro; Requerimentos nºs 8180/12 a 8183/12 e 8186/12, do Deputado Ney Leprevost, para o envio de votos de louvor e congratulações: ao Grupo Santa Maria, pelos 50 anos; ao Angeloni Lendrina, pela inauguração: à Timarap, pelos 40 anos; e à Chácara Minas d'Água Eventos; Requerimento nº 8189/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 38º aniversário do Município de Colônia; Requerimentos nºs 8190/12, 8193/12, 8199/12, 8202/12 e 8203/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 17º aniversário dos Municípios: Corcuel Domingues Soares, Campo Magro, Cruzmaltina, Porto Barreiro e Timarap; Requerimentos nºs 8191/12 e 8198/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 22º aniversário dos Municípios de Inapucaia e Camerê; Requerimento nº 8192/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 78º aniversário do Município de Londrina; Requerimentos nºs 8194/12 e 8195/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 48º aniversário dos Municípios de Jardim Olinda e Paranaguá; Requerimento nº 8196/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 57º aniversário do Município de Terra Boa; Requerimento nº 8197/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 46º aniversário do Município de Alvinópolis; Requerimentos nºs 8200/12 e 8201/12, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de louvor pelo 49º aniversário dos Municípios de Diamante do Norte e Japurá; Requerimento nº 8210/12, do Deputado Ney Leprevost, para que seja encaminhada moção de apoio ao Supremo Tribunal Federal; ao seu Presidente Joaquim Barbosa; aos Ministros do STF, ao ex-Ministro Ayres Brito e ao Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, por terem sofrido ataques declarados e infundados de setores inconformados com o combate à corrupção, no processo do mensalão (sem cópia para a Exma. Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff; ao Presidente da Câmara Federal, Marco Aurélio Speddi Maia; ao Presidente do Senado, José Sarney; e ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer; Requerimento nº 8204/12, do Deputado Paranhos, para o envio de ofícios ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, em atendimento à reivindicação da Associação de Moradores e Lojistas da Rua Doutor Faivre e Adjacências, que propõe a criação de uma Companhia Independente de Polícia na região central da cidade de Curitiba.

- **Requerimento com despacho do Presidente:** Requerimento nº 8205/12, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando a disponibilização do plenário desta Casa, no dia 25.02.12, às 14h, para realização da homenagem de entrega de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Orestes Dalazen (Ato e o Cerimonial para investidura); JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS

- **Deférida conforme acordo de Liderança:** Requerimento nº 8171/12, do Deputado Hermas Brandão Jr., solicitando que seja abonada sua falta do dia 05.12.12; Requerimento nº 8209/12, do Deputado Clotilde Kiehn, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias realizadas no dia 10.12.12; Protocolo nº 8221/12, Ofício nº 316/12, do Deputado César Silvestri Filho, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05.12.12, devido a compromissos previamente agendados; Requerimento nº 8222/12, do Deputado Roberto Acioli, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05.12.12, por estar participando de um Seminário de Saúde na Assembleia Legislativa de São Paulo.

- **Deférida conforme atestado médico:** Requerimento nº 8179/12, do Deputado Anibelli Neto, solicitando licença médica de 10 dias para tratamento de saúde.

- **Indeférida:** Requerimento nº 8174/12, do Deputado Hermas Brandão Jr., solicitando que seja abonada sua falta do dia 04.12.12, pelo motivo de estar se candidatando à instalação da 2ª Vara Cível do Dandara, criada pela Lei nº 17332/12 (não está contemplado no acordo de Liderança).

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11 de dezembro, à hora regional, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 268/12, 464/12, 494/12 e 556/12; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 005/12, 271/12, 282/12, 283/12, 408/12, 448/12, 488/12, 566/12 e 570/12; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 154/12, 491/12, 526/12, 557/12, 558/12, 562/12, 585/12, 586/12, 588/12, 601/12, 602/12 e 604/12; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 489/12, 587/12, 603/12 e 605/12. "Ler-se-á a Sessão". [Sessão encerrada às 17h02, presidida por clausura pelo Deputado Nelson Lorenzen, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação e arquivamento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno].

do Ilustre Secretário foi assim ementado:

"Reassalta-se que no dia 19 de março de 2012 ocorreu a primeira reunião deliberativa, ocasião em que os membros titulares desta Comissão superaram o seu comparecimento por julgarem que Vossa Excelência é a pessoa mais indicada para nos trazer essas informações com tamanha pontualidade".

Ao contrário, na mesma reunião, também se fez a juntada de parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual prescreve que, "conforme estabelecem os artigos 116 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e 134 da Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007, a celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná, depende de prévia aprovação de um plano de trabalho proposto pela organização interessada, que não foi juntado a esses autos administrativos". Tampouco consta desses autos administrativos o atendimento às exigências estabelecidas nos artigos 136 e 137 da Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007".

II – especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competem à entidade privada desenvolver;

Art. 136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I – ato constitutivo da entidade conveniada;

II – comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;

III – prova de regularidade do convênio para com as Fazendas Públicas;

IV – prova de regularidade do convênio para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade da Situação (CRS);

V – plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI – prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII – informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII – justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX – especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X – orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI – plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII – correspondente cronograma de desembolso;

XIII – indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que assegurará a integral execução do convênio;

XIV – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

XV – declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI – declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato.

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:

I – detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;

II – previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

III – indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma de acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação de satisfatória realização do objeto do convênio;

IV – previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;

V – previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos repassados.

III - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO

No dia 22 de maio de 2012 foi protocolado o requerimento de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária Especial de assuntos do Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha – MGP, o qual foi aprovado, dando-se sequência aos trabalhos.

IV - SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Houve uma segunda Convocação para a Comissão Especial de assuntos do Museu de Vila Velha para o dia 06 de junho de 2012. Tal reunião contou com a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente Sr. Jonel Yurk, além do Diretor da Biodiversidade e Áreas protegidas do IAP, Guilherme Vasconcelos; o Superintendente da

Ecoparaná, Rafael Andrequeto; a Assessora Jurídica da SEMA, Edna Ribeiro Alkmim; a Chefe de Gabinete do IAP, Ana Cecília Nowacki; o Diretor Presidente do IAP, Lutz Tarcísio Moesato Pinto e o Diretor Presidente da Fundação Bigarota, Glaucen Horrocks.

Em tal reunião, foram tratados de assuntos técnicos para a continuidade do processo de cessão do espaço cedido dentro do Parque Estadual de Vila Velha, com fins de implementação do Centro de Excelência em Geociências. Na oportunidade, foi deliberado que o IAP providenciaria até o final do mês de março um laudo pericial, com as atuais condições estruturais do prédio. Havendo algum reparo a ser feito, o Instituto Ambiental do Paraná arcaria com os respectivos valores.

No decorrer da reunião foram levantados diversos aspectos da fundamental importância à implantação célere e efetiva do Espaço, destacando-se palavras do Ilustre Secretário de Estado do Meio Ambiente Sr. Jonel Yurk, no que tange a constituição formal de tal empreendimento público. Nas palavras do Secretário há diversas implicações de ordem técnica e burocrática, na implementação de um museu. Para tanto, melhor se adequa aos interesses da coletividade a implementação do Centro de Excelência em Geociências de Vila Velha.

O Secretário ainda manifestou-se pela inadequação do local atual para que se efetive a implementação do Centro de Excelência em Geociências de Vila Velha, sendo melhor indicada outra localidade, dentro do próprio parque. Outra questão levantada foi sobre a gestão do Espaço, recomendando-se sobre possibilidades entre a FUNAB, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Federal do Paraná.

Tretando-se de um Centro de Excelência em Geociências, e não simplesmente um museu, há espaço para o desenvolvimento científico, com a participação efetiva das universidades. O único impasse sobre a melhor hipótese entre museu e Centro de Excelência em Geociências, são as consequências decorrentes para a captação de recursos.

As questões estruturais do Espaço foram repisadas pelo Diretor Presidente do IAP, Sr. Lutz Tarcísio Moesato Pinto, que chegou a relatar a prévia existência de uma piscina natural no local, o que corroborou com a existência de infiltrações, dentre outros inconvenientes.

Ao contrário, o Deputado Péricles de Holleben Melo manifestou-se em concordância com diversos aspectos levantados pelo Secretário, ressaltando-se a importância da gestão sendo efetuada pelas universidades presentes no Estado, sempre se relevando a importância do tributo ao professor Bigarota, o qual é respeitado em todos os meios pelas suas inmensuráveis contribuições.

A Fundação Bigarota por sua vez, se incumbiu de providenciar um Estudo de Viabilidade Econômica, Plano de Trabalho (o qual seria enviado um modelo pela Dra. Ednêia) e Projeto Técnico atualizado, sendo que o prazo de entrega para estes documentos seria passado conforme estabelecido, no dia 09 de março de 2012, diretamente ao Diretor Guilherme, tudo isso, visando à plena adequação às exigências legais.

Com toda a documentação entregue e também com o resultado do laudo estrutural do prédio em mãos, a Dra. Ednêia redigirá Minuta de Termos de Convênio para ser apreciada por ambas as partes.

Na ocasião, também foi citada a importância de que a Fundação Bigarota tenha toda sua documentação em ordem, incluindo atos de criação estatuto e regimentos, assim como certidões negativas e o que mais lhe compelisse, para que os trâmites do processo fossem os mais célere possíveis.

V - TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 20 de junho de 2012, às 10 horas, ocorreu a terceira reunião relacionada aos assuntos do museu, a qual teve como convidada a Professora Jasmirne Cardozo Moreira (Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR), o Sr. Glaucen Horrocks (Diretor-Presidente da FUNAB), o Sr. Faísal Saleh (Secretário de Estado do Turismo – SETU), Sr. Lutz Tarcísio Moesato Pinto (Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do PR), Sr. Paulino Viapiana (Secretário de Estado da Cultura do PR).

A reunião não pode contar com a presença da Professora Jasmirne, a qual se encontrava em viagem e por quebra de comunicação acabou não comparecendo. Estiveram presentes o Diretor-Presidente da FUNAB, Dr. Glaucen; o Voluntário da FUNAB, Sr. Márcio; o Superintendente da EcoParaná, Sr. Rafael Andrequeto (o qual representou o Exmo. Sr. Faísal Saleh – Secretário de Estado do Turismo); e a Coordenadora do Patrimônio Cultural, Dra. Rosine Keeli Alice (a qual representou o Exmo. Sr. Paulino Viapiana – Secretário de Estado da Cultura do Paraná).

Também estavam presentes os membros da Comissão, deputados Pr. Edson Praczyk (Presidente), Péricles de Melo (Relator), Marcelo Rangeli (Titular), Jonas Guimarães (Deputado).

Os apontamentos realizados pelo Sr. Glaucen trouxeram à baila diversos aspectos a respeito da implementação do referido Museu. O Deputado Péricles fez da necessidade em ouvir a Professora Jasmirne, e reforçou



a ideia de novamente convidá-la a participar da próxima reunião, bem como em chamar ao debate, o Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vila Velha, Sr. Emerson Sidnei Nunes da Silveira.

Ademais, o Deputado Marcelo Rangel apontou a necessidade de se ouvir o Professor Bigarella, vez que este certamente teria informações relevantes para o desfecho do tema. Ainda, vislumbrou a possibilidade de ser alterada a implementação do museu para outro local.

Já o Sr. Rafael Andreguetto (técnico da área de Turismo), apontou a possibilidade de ouvir algum representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Após, o Sr. Glaucen questionou sobre a situação de já se ter investido recursos públicos no montante aproximado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) na execução do projeto, manifestando a necessidade da Comissão encaminhar um Requerimento ao Ministério da Cultura, para que se suspenda o prazo a fim de regularizar todos os vícios tanto estruturais, quanto documentais.

Em questionamento efetuado pelo Deputado Presidente da Comissão, Pastor Edson Praczyk, o Sr. Glaucen expôs a ausência de interesse da FUNABI na gestão do Espaço, visando apenas contribuir em conjunto com universidades, entre outros parceiros, para que se viabilize o funcionamento do empreendimento de gestão pública.

Outros aspectos muito discutidos, na oportunidade, foram possíveis entraves na concepção do Espaço como museu ou Centro de Excelência em Geociências, o que poderia vincular consequências importantes na captação de recursos e mesmo trâmites burocráticos na concepção formal do empreendimento.

Consignou-se que a implementação do museu, em detrimento de um centro de geociências, releva a participação de uma série de outros agentes, sendo inafastável o cumprimento de diversos requisitos, inclusive em atenção aos órgãos da cultura, como Secretaria (em nível estadual) e Ministério (em nível federal). Ainda, pairou-se fundada dúvida sobre a implicação negativa no que tange à captação de recursos, quando se elata a implementação de museu.

Em fechamento da reunião ficou acordado que na próxima oportunidade a Comissão ouviria o Sr. José Riche (Secretário de Infraestrutura e Logística do PR), Professor João José Bigarella, Sra. Jasmir Cardozo Moreira (Professora de Turismo em Áreas Naturais da UEPG), Sr. Emerson Sidnei Nunes da Silveira (Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vila Velha, e Sr. Paulo Drabik.

VI - PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO AO MINISTÉRIO DA CULTURA

Em 10 de agosto de 2012 foi encaminhado um Ofício ao Ministério da Cultura, pedindo a Suspensão dos Prazos de Captação de Recursos e Execução para o Projeto Pronac - nº 090802, o que foi indeferido.

VII - QUARTA REUNIÃO - VISITAÇÃO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU

No dia 24 de agosto 2012, houve visita ao Museu de Ponta Grossa, contando com a presença do Deputado Pastor Edson Praczyk (Presidente da Comissão), Dep. Péricles de Mello (Relator), Dep. Marcelo Rangel (Tribuna). Em tal diligência ocorreu a verificação de todos os problemas estruturais citados por diversas pessoas ouvidas pela Comissão, além de uma série de outros problemas que precisam ser solucionados para que a obra, paralisada há mais de 2 anos, finalmente possa ter continuidade.

A vistoria, realizada em todas as seções da obra, mostrou que vários setores já estão com as obras concluídas, sendo que outros ainda necessitam de melhorias. A ação do tempo e o vandalismo acabaram danificando algumas salas, impedindo a utilização imediata do espaço, sem necessárias reformas.

Além dos deputados, participaram da visita o Sr. Glaucen Horrocks, presidente da FUNAB, órgão criado para tocar as obras de construção do Museu; o professor Bigarella, autor da ideia de criação do Museu e uma das maiores autoridades do mundo em geologia e paleontologia; Rosina Coeli Alice, arquiteta do Patrimônio Cultural; Luiz Tarcísio Mossato Pinto, presidente do IAP; Edson Peters, procurador do Estado e vice-presidente da FUNAB; além de uma série de pessoas envolvidas no processo de construção do Museu, representando outros órgãos oficiais.

Tal visita foi mais uma etapa do trabalho da Comissão, que desde o ano passado está analisando a viabilidade da retomada da obra. Isso porque, além de todos os problemas estruturais existentes, vê-se grande número de falhas na documentação, que corroboraram para que os trabalhos pudessem e os demais recursos que deveriam ter vindo através da Lei Rouanet fossem interrompidos.

Para o presidente da Comissão, deputado Edson Praczyk, a visita foi de

suma importância para que os deputados membros tivessem ciência de como a obra se encontra e a viabilidade ou não de sua conclusão.

VIII - LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA ENCOMENDADO PELO IAP

No dia 20 de setembro de 2012 chegou o Ofício nº 0689/2012/IAP/IGP, o qual diz respeito ao Laudo Técnico Conclusivo do IAP, para o Centro de Excelência em Geociências, localizado no Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

Esse laudo técnico tem importância fundamental para qualquer conclusão dessa Comissão Especial, já que um dos maiores entraves para a implementação do Centro de Excelência em Geociências, é justamente a estrutura física do Espaço. Em reuniões anteriores muito se questionou sobre a possibilidade de sua efetivação em local mais adequado, sem inconvenientes de supostos problemas estruturais. No entanto, até a análise do Laudo Técnico Conclusivo, quaisquer objeções quanto à questão estrutural não passavam de suposições, aguardando respaldo pericial conclusivo.

Desse modo, em detida análise ao Laudo Técnico Conclusivo, realizado pela Barão Engenharia, encomendado pelo Instituto Ambiental do Paraná, passa-se às considerações a seguir, o que permitirá ao final, melhor conclusão desse Relatório Final.

O laudo relewa o fato de que a construção do Espaço foi executada no ano de 2007, permanecendo obsoleta até os dias atuais.

De início, verificando-se as implicações da existência de piscinas naturais abaixo da construção, conforme já relatado em reuniões anteriores dessa Comissão Especial, já se verifica que o problema não se coloca como intransponível. Segundo o Laudo, na área do subsolo, até mesmo pela inexistência de aberturas e entradas de ar, há sinais de infiltrações. Para correção dos inconvenientes, são recomendadas aberturas nas paredes, inclusive com a criação de duto, visando possibilitar a entrada de ar, eliminando a umidade existente. Também é recomendada a execução de canal de drenagem ao entorno do prédio, corroborando na solução do problema.

Ademais, verifica-se que o Laudo é bastante exaustivo em relação a todos os aspectos da edificação, em sua perspectiva interna, externa e estrutural, relevando o diagnóstico dos problemas, com a recomendação da respectiva solução.

Na página 27 do Laudo, juntado em anexo ao presente Relatório, verifica-se a descrição da etapa construtiva de cada item da obra, relatando sua condição atual e as intervenções necessárias para correção dos problemas.

O Laudo é extremamente contributivo, quando além de apontar problemas e soluções da edificação, ainda consignava que "de forma geral as estruturas encontram-se em bom estado de conservação", afirmando que:

"Do ponto de vista técnico, as condições construtivas da edificação são totalmente passíveis de recuperação, sendo tais atividades substancialmente menores e mais baratas que a reconstrução de novas instalações".

Se o próprio laudo técnico de engenharia é conclusivo ao afirmar que a manutenção do projeto da edificação já construída é viável do ponto de vista estrutural e ainda mais barato do que a construção de novo edifício, tal afirmação é bastante persuasiva ao afastar quaisquer hipóteses de alteração do local.

IX - CONCLUSÃO

1. Inicialmente, verifica-se que a presente Comissão Especial foi constituída com a missão de averiguar questões relacionadas ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha - MGP. Isso se efetivou, considerando que o projeto inicial de implantação de um museu foi instituído com vistas ao aproveitamento de edificações construídas nas dependências do Parque Estadual de Vila Velha, em decorrência fomentando o potencial cultural, artístico, histórico e turístico da Região.

Não obstante, no intento de resolução de diversos impasses de ordem prática, verificou-se que a melhor solução para o local não se perfaz na implementação de um museu, notadamente com acervo estático, sendo mais indicado ao local, o desenvolvimento de um Centro de Excelência em Geociências.

Esse Centro, além de promover a manutenção do acervo histórico do Parque Estadual de Vila Velha, deve ter por finalidade o desenvolvimento do conhecimento científico, em uma participação mais efetiva, dinâmica e contributiva à história da localidade, além de trazer diversos benefícios com a exploração positiva da riqueza geológica do Parque.

É certo que a concepção do espaço como Centro de Excelência em Geociências e não museu pode gerar alterações nos modos de captação

de recursos, justamente pelo seu enquadramento em projetos em todos os níveis federativos. Entretanto, isso não necessariamente vincula perdas de receitas, bastando-se uma gestão eficiente para a captação de incentivos de fomento à cultura, história e ciência. A própria Lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, não afasta a aplicação de recursos em projetos de projeção cultural, alheios à concepção de museu.

Por outro lado, vinculando-se o apoio científico e acadêmico do Projeto, com a participação efetiva das universidades, se podem ampliar as hipóteses de captação de investimentos nessas áreas, afastando-se por derradeiro uma concepção pragmática das hipóteses de captação de recursos.

2. Disso decorre, que a gestão do Centro de Excelência em Geociências deve ser efetivada pelo próprio Estado do Paraná, em convênio com universidades, notadamente a Universidade Estadual de Ponta Grossa, justamente pela sua proximidade geográfica e a existência do projeto já em desenvolvimento na exploração positiva do acervo do Parque e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Tal iniciativa tende a elevar a importância do empreendimento, que além de preservar a história da Região, pode alçar a condição de contribuinte empírico na área científica. Não se faz razoável desperdiçar-se a oportunidade de aproveitamento do potencial efetivo do Projeto, apenas como manutenção do acervo estático na condição de museu.

Sendo a gestão incumbência do Poder Executivo, também cabe a este a pacificação da participação de todas as entidades envolvidas na implantação do Centro de Excelência em Geociências, que inclusive já dependerem recursos e trabalhos dedicados à evolução Projeto. Dentre as entidades já envolvidas citam-se a Ecoparará, Mineropar, Instituto Ambiental do Paraná, Paraná Turismo.

É evidente que a atuação de cada uma dessas entidades é de importância específica em suas áreas de atuação, entretanto, a engenharia de gestão depende de uma série de fatores de ordem legal, política e econômica, de modo que incumbe ao Poder Executivo formar corpo técnico, capaz de resolver todos esses impasses, colocando em operação o Centro de Excelência em Geociências.

Tudo isso demanda força política e interesse executivo, capaz de dar celeridade a todo o processo. Não se podem desperdiçar recursos já alocados na efetivação do Projeto, sendo que o sucesso do Centro de Excelência em Geociências pode ter proporções muito grandes, envolvendo a comunidade científica, fomentando o turismo e proporcionando uma nova perspectiva de exploração positiva do Parque Estadual de Vila Velha, no aspecto geológico, histórico, etc.

3. Note-se que esse Centro de Excelência em Geociências deve estar em constante diálogo com a comunidade, relevando a participação de todos aqueles capazes de uma contribuição efetiva no funcionamento e manutenção do Projeto. Portanto, além das próprias universidades, é de fundamental importância a participação de entidades como a Fundação João Bigarella - FUNABI, aproveitando seu Know How na área de geologia, com projeção e reconhecimento internacional do Sr. João Bigarella. Tal Fundação pode ter participação direta em conselho fiscal ou com função consultiva.

O Sr. João Bigarella, que contribuiu decisivamente na realização do Projeto, ainda sendo fundamental para o sucesso do Centro de Excelência em Geociências, pelos seus vastos conhecimentos e experiência despendidos em longa dedicação ao Parque Estadual de Vila Velha, com estudos direcionados, deve possuir uma posição de destaque, ao menos em nível simbólico, como Presidente de Honra da futura mantenedora do Empreendimento.

4. Do ponto de vista da realização financeira do Projeto, não se podem desperdiçar os recursos já garantidos e investidos no projeto, até para que se evite a responsabilização legal dos envolvidos. Disso decorre, que dentro das condições atuais de desenvolvimento do Projeto e da confirmação efetivada por laudo técnico de engenharia, quanto às condições estruturais da edificação, não há que se vislumbrar a alteração da localização do Centro de Excelência em Geociências.

O aspecto legal da engenharia financeira do Projeto, se não efetivado dentro das incumbências assumidas perante o Ministério da Cultura e outras entidades estatais, que já direcionaram recursos à implementação do Centro de Excelência em Geociências, pode gerar responsabilidade civil e criminal dos responsáveis pela captação dos recursos, vinculando a devolução de grandes quantias aos cofres públicos, dentre outras penalidades sobremaneira onerosas.

A Fundação Bigarella, com boa-fé e no intuito de realizar projeto tão grandioso em favor de Ponta Grossa e todo o Estado do Paraná, já assumiu perante o Ministério da Cultura encargos pelo recebimento de grandes

recursos a serem investidos no Centro de Excelência em Geociências. Todavia, por fatores que extrapolam suas atribuições e capacidade técnica, vem sofrendo fortes pressões pela demora na execução dos encargos legais assumidos.

Nesse aspecto, vale o destaque de que a efetivação do Projeto, além de dispendar a utilização de grandes recursos de ordem financeira, também esbarra em grandes problemas burocráticos e políticos, que envolvem para além da Fundação Bigarella o próprio Poder Executivo e lideranças políticas com poderes para a realização do empreendimento. Em verdade, vê-se que a Fundação em questão, assumiu responsabilidades as quais independem de sua atuação isolada, uma vez que o Estado do Paraná possua incumbências fixadas em acordos pretéritos, que possivelmente não deu sequência.

Ademais, conforme informações da própria Fundação Bigarella, há tratativas muito avançadas com a empresa Tetra Pak Brasil, que já demonstrou forte interesse no patrocínio do Projeto, com recursos de grande monta a serem direcionados. Por isso mesmo, é importante garantir os recursos já alocados, formando uma engenharia financeira forte e suficiente para fazer do Centro de Excelência em Geociências, um ícone de desenvolvimento para o Município de Ponta Grossa.

Afora tais recursos citados, há a possibilidade efetiva de captação de valores com a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, mas que demandam forte atuação política, com possíveis apoios de parlamentares ligados ao Governo Federal. Nesse sentido, o Deputado Péricles de Melo, ora relator, se pronuncia a despendar esforços no sentido de facilitar o trato com os agentes envolvidos, possibilitando ainda mais segurança à engenharia financeira do Projeto.

5. Do exposto, a conclusão desse Relatório Final é no sentido de que se proceda à continuidade do projeto, agora de Centro de Excelência em Geociências, no Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa-PR, nas edificações já existentes, apenas procedendo-se às correções estruturais necessárias, com a participação efetiva das universidades, especialmente Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, mantendo-se constante diálogo com a comunidade e entidades de interesse específico, como a Fundação João Bigarella - FUNABI.

Ainda, é preciso uma atenção especial à garantia dos recursos necessários para a implementação do Projeto, no sentido de captar maior monta de valores com a iniciativa privada e poderes estatais, evitando-se ainda o desperdício de investimentos já direcionados, com graves inconvenientes de responsabilização legal.

No intuito de garantir os recursos já alocados ao Projeto, ainda evitando-se responsabilização dos agentes que assumiram encargos perante o Ministério da Cultura, importante efetuar pedido de prorrogação de prazos perante o Órgão da União, com apoio ratificado por esta Comissão Especial, já que justificadas as razões de atrasos, conforme as razões supra delineadas. Considerando a grande complexidade do Projeto, sua importância incalculável ao Município de Ponta Grossa e ainda a vontade política manifesta de todos os envolvidos, se espera o deferimento do pedido de prorrogação pelo Ministério da Cultura.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2012.

Deputado Pastor Edson Praczyk - Presidente

Deputado Péricles de Hollóben Melo - Relator

Membros Titulares:

Deputado Jonas Guimarães

Deputado Aníbelli Neto

Deputado Bernardo Ribas Carli

Deputada Mara Lima

Deputado Marcelo Rangel



Comissão de Assuntos do Museu de Vila Velha

Curitiba, 10 de dezembro de 2012.

Prezado relator Deputado PÉRICLES DE MELLO

Com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno que assim dispõe:

"Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de 5 (cinco) sessões, contadas do seu recebimento, faça-o publicar no Diário da Assembleia e o encaminhe:" (grifo nosso)

Sendo assim, respeitosamente, encaminho a Vossa Excelência pasta com autos (originais) da Comissão Temporária Especial de Assuntos do Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha, bem como Relatório Final (duas vias de igual teor), para que após estudo e apresentação em Plenário, possa encaminhá-los à Presidência que direcionará à Diretoria Legislativa para as devidas baixas e arquivamento do tema.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Cordialmente;

PR. EDSON PRACZYK

PRESIDENTE DA COMISSÃO

LIDO NO GRANDE
EXPEDIENTE

12/12/2012

1º Secretário

Anotar-se e encaminhar-se
Para Providências
DL 13/12/12

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila
Velha**

Curitiba

2012



**Relatório Final da Comissão Temporária Especial de Assuntos
relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque
Estadual de Vila Velha**



PRESIDENTE:

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR:

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

MEMBROS TITULARES:

JONAS GUIMARÃES

ANIBELLI NETO

BERNARDO RIBAS CARLI

MARA LIMA

MARCELO RANGEL

SUPLENTE:

GILSON DE SOUZA

TERUO KATO

ADEMIR BIER

MAURO MORAES

ROSE LITRO

ENIO VERRI

CESAR SILVESTRI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



SUMÁRIO

I - INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	03
II - PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA	03
III - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO	06
IV - SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA	06
V - TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA	08
VI - PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO AO MINISTÉRIO DA CULTURA	11
VII - QUARTA REUNIÃO – VISITAÇÃO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU	11
VIII - LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA ENCOMENDADO PELO IAP	12
V - CONCLUSÃO	14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



I - INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Diretoria Legislativa recebeu o requerimento de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, protocolado e aprovado em Sessão Plenária no dia **29 de novembro de 2011**, o qual trata da implementação de Comissão Especial, sobre assuntos relacionados ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha – MGP.

Mediante Ato do Presidente nº 03/2012, de 05 de março de 2012, declarou-se constituída a Comissão Especial. Dentre os temas relacionados, são objeto da presente Comissão a necessidade premente de ativação do espaço destinado ao museu, visando o aproveitamento de recursos e trabalhos envidados na instalação de projeto tão importante à cultura, história e desenvolvimento do Estado do Paraná, notadamente relevantes ao Município de Ponta Grossa.

Tal Comissão, conta com a seguinte constituição orgânica:

Presidente: Deputado Pastor Edson Praczyk; **Relator:** Deputado Péricles de Holleben Mello; **Membros Titulares:** Deputado Jonas Guimarães, Deputado Anibelli Neto, Deputado Bernardo Ribas Carli, Deputada Mara Lima, Deputado Marcelo Rangel; **Suplentes:** Deputado Gilson de Souza, Deputado Teruo Kato, Deputado Ademir Bier, Deputado Mauro Moraes, Deputado Rose Litro, Deputado Enio Verri e Deputado Cesar Silvestri.

II - PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

A primeira reunião ordinária foi convocada e ocorreu na data de **19 de março de 2012**. Os titulares da Comissão Especial reuniram-se na sala de reuniões da Assembleia Legislativa, estando presentes os Deputados Pr. Edson Praczyk (Presidente), Péricles de Mello (Relator) e Marcelo Rangel (Titular). O Presidente fez



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



apontamentos sob a síntese evolutiva da implantação do museu de geologia e paleontologia do Paraná. Já o deputado Marcelo Rangel, se manifestou informando o interesse do Secretário de Estado e Meio Ambiente, Jonel Yurk, em colaborar com o desfecho do assunto.

Sendo assim, foi encaminhado convite à Fundação Bigarella e ao Secretário de Estado e Meio Ambiente, Jonel Yurk, para que se manifestassem a respeito do Convênio Fundação Bigarella e Estado. O requerimento enviado ao Ilustre Secretário foi assim ementado:

"Ressalta-se que no dia 19 de março de 2012 ocorreu a primeira reunião deliberativa, ocasião em que os membros titulares desta Comissão sugeriram o seu comparecimento por julgarem que Vossa Excelência é a pessoa mais indicada para nos trazer essas informações com tamanha pontualidade".

Ato contínuo, na mesma reunião, também se fez a juntada de parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual prescreve que, "conforme estabelecem os artigos 116 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e 134 da Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007, a celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná, depende de prévia aprovação de um plano de trabalho proposto pela organização interessada, que não foi juntado a esses autos administrativos". "Tampouco consta desses autos administrativos o atendimento às exigências estabelecidas nos artigos 136 e 137 da Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007¹".

¹ Art. 136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:
I – ato constitutivo da entidade conveniente;
II – comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;
III – prova de regularidade do conveniente para com as Fazendas Públicas;
IV – prova de regularidade do conveniente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

V – plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da

quantificação de todos os elementos;

VI – prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII – informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII – justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação

custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX – especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão

de cada etapa ou fase programada;

X – orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI – plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII – correspondente cronograma de desembolso; XIII – indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio;

XIV – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e

nos dois subsequentes;

XV – declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei

Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes

Orçamentárias;

XVI – declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento

das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato.

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda,

contemplar:

I – detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;

II – especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que

competirem à entidade privada desenvolver;

III – previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada,

correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de

obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

IV – indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a

fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



III - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO

No dia **22 de maio de 2012** foi protocolado o requerimento de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária Especial de assuntos do Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha – MGP, o qual foi aprovado, dando-se sequência aos trabalhos.

IV - SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Houve uma segunda Convocação para a Comissão Especial de assuntos do Museu de Vila Velha para o dia **06 de junho de 2012**. Tal reunião contou com a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente Sr. Jonel Yurk, além do Diretor de Biodiversidade e Áreas protegidas do IAP, Guilherme Vasconcellos; o Superintendente da Ecoparaná, Rafael Andregueto; a Assessora Jurídica da SEMA, Edneia Ribeira Alkmin; a Chefe de Gabinete do IAP, Ana Cecília Nowacki; o Diretor Presidente do IAP, Luiz Tarcisio Mossato Pinto e o Diretor Presidente da Fundação Bigarela, Glaucon Horrocks.

Em tal reunião, foram tratados de assuntos técnicos para a continuidade do processo de cessão do espaço contido dentro do Parque Estadual de Vila Velha,

meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio;

V – previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do

objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de

projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a

devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;

VI – previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos

repassados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha*



com fins de implementação do **Centro de Excelência em Geociências**. oportunidade, foi deliberado que o IAP providenciaria até o final do mês de março um laudo pericial, com as atuais condições estruturais do prédio. Havendo algum reparo a ser feito, o Instituto Ambiental do Paraná arcaria com os respectivos valores.

No decorrer da reunião foram levantados diversos aspectos de fundamental importância à implantação célere e efetiva do Espaço, destacando-se palavras do Ilustre Secretário de Estado do Meio Ambiente Sr. Jonel Yurk, no que tange a constituição formal de tal empreendimento público. Nas palavras do Secretário há diversas implicações de ordem técnica e burocrática, na implementação de um museu. Para tanto, melhor se adéqua aos interesses da coletividade a implementação do Centro de Excelência em Geociências de Vila Velha.

O Secretário ainda manifestou-se pela inadequação do local atual para que se efetive a implementação do Centro de Excelência em Geociências de Vila Velha, sendo melhor indicada outra localidade, dentro do próprio parque. Outra questão levantada foi sobre a gestão do Espaço, discorrendo-se sobre possibilidades entre a FUNABI, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Federal do Paraná.

Tratando-se de um Centro de Excelência em Geociências, e não simplesmente um museu, há espaço para o desenvolvimento científico, com a participação efetiva das universidades. O único impasse sobre a melhor hipótese entre museu e Centro de Excelência em Geociências, são as consequências decorrentes para a captação de recursos.

As questões estruturais do Espaço foram repisadas pelo Diretor Presidente do IAP, Sr. Luiz Tarcisio Mossato Pinto, que chegou a relatar a prévia existência de uma piscina natural no local, o que corroborou com a existência de infiltrações, dentre outros inconvenientes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



Ato contínuo, o Deputado Péricles de Holleben Mello manifestou-se em concordância com diversos aspectos levantados pelo Secretário, ressaltando-se a importância da gestão sendo efetuada pelas universidades presentes no Estado, sempre se relevando a importância do tributo ao professor Bigarella, o qual é respeitado em todos os meios pelas suas imensuráveis contribuições.

A Fundação Bigarella por sua vez, se incumbiu de providenciar um Estudo de Viabilidade Econômica, Plano de Trabalho (o qual seria enviado um modelo pela Dra. Ednéia) e Projeto Técnico atualizado, sendo que o prazo de entrega para estes documentos seria passado conforme estabelecido, no dia 09 de março de 2012, diretamente ao Diretor Guilherme, tudo isso, visando à plena adequação às exigências legais.

Com toda a documentação entregue e também com o resultado do laudo estrutural do prédio em mãos, a Dra. Edneia redigiria Minuta de Termos de Convenio para ser apreciada por ambas as partes.

Na ocasião, também foi citada a importância de que a Fundação Bigarella tenha toda sua documentação em ordem, incluindo atos de criação estatutos e regimentos, assim como certidões negativas e o que mais lhe competisse, para que os tramites do processo fossem os mais céleres possíveis.

V - TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 20 de junho de 2012, às 10 horas, ocorreu a terceira reunião relacionada aos assuntos do museu, a qual teve como convidados a Professora Jasmine Cardozo Moreira (Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR), o Sr. Glaucon Horrocks (Diretor-Presidente da FunaBi), o Sr. Faisal Saleh (Secretário de Estado do Turismo – SETU), Sr. Luiz Tarcísio Mossato Pinto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



(Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do PR), Sr. Paulino Viapiana (Secretário de Estado da Cultura do PR).



A reunião não pode contar com a presença da Professora Jasmine, a qual se encontrava em viagem e por quebra de comunicação acabou não comparecendo. Estiveram presentes o Diretor-Presidente da FUNABI, Dr. Glaucon; o Voluntário da FUNABI, Sr. Maximê; o Superintendente da EcoParaná, Sr. Rafael Andreguetto (o qual representou o Exmo. Sr. Faisal Saleh – Secretário de Estado do Turismo); e a Coordenadora do Patrimônio Cultural, Dra. Rosina Koeli Alice (a qual representou o Exmo. Sr. Paulino Viapiana – Secretário de Estado da Cultura do Paraná).

Também estavam presentes os titulares da Comissão, deputados Pr. Edson Praczyk (Presidente), Pérciles de Mello (Relator), Marcelo Rangel (Titular), Jonas Guimarães (Deputado).

Os apontamentos realizados pelo Sr. Glaucon trouxeram à baila diversos aspectos a respeito da implementação do referido Museu. O Deputado Pérciles falou da necessidade em ouvir a Professora Jasmine, e reforçou a ideia de novamente convidá-la a participar da próxima reunião, bem como em chamar ao debate, o Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vila Velha, Sr. Emerson Sidnei Nunes da Silveira.

Ademais, o Deputado Marcelo Rangel apontou a necessidade de se ouvir o Professor Bigarella, vez que este certamente teria informações relevantes para o desfecho do tema. Ainda, vislumbrou a possibilidade de ser alterada a implementação do museu para outro local.

Já o Sr. Rafael Andreguetto (técnico da área de Turismo), apontou a possibilidade de ouvir algum representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



Após, o Sr. Glaucon questionou sobre a situação de já se ter investido recursos públicos no montante aproximado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) na execução do projeto, manifestando a necessidade da Comissão encaminhar um Requerimento ao Ministério da Cultura, para que se suspenda o prazo a fim de regularizar todos os vícios tanto estruturais, quanto documentais.

Em questionamento efetuado pelo Deputado Presidente da Comissão, Pastor Edson Praczyk, o Sr. Glaucon expôs a ausência de interesse da FUNABI na gestão do Espaço, visando apenas contribuir em conjunto com universidades, entre outros parceiros, para que se viabilize o funcionamento do empreendimento de gestão pública.

Outros aspectos muito discutidos, na oportunidade, foram possíveis entraves na concepção do Espaço como museu ou Centro de Excelência em Geociências, o que poderia vincular consequências importantes na captação de recursos e mesmo trâmites burocráticos na concepção formal do empreendimento.

Consignou-se que a **implementação de museu, em detrimento de um centro de geociências**, releva a participação de uma série de outros agentes, sendo inafastável o cumprimento de diversos requisitos, inclusive em atenção aos órgãos da cultura, como Secretaria (em nível estadual) e Ministério (em nível federal). Ainda, pairou-se fundada dúvida sobre a implicação negativa no que tange à captação de recursos, quando se afasta a implementação de museu.

Em fechamento da reunião ficou acordado que na próxima oportunidade a Comissão ouviria o Sr. José Richa (Secretário de Infraestrutura e Logística do PR), Professor João José Bigarella, Sra. Jasmine Cardozo Moreira (Professora de Turismo em Áreas Naturais da UEPG), Sr. Emerson Sidnei Nunes da Silveira (Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vila Velha, e Sr. Paulo Drabik.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



VI - PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO AO MINISTÉRIO DA CULTURA



Em 10 de agosto de 2012 foi encaminhado um Ofício ao Ministério da Cultura, pedindo a Suspensão dos Prazos de Captação de Recursos e Execução para o Projeto Pronac – nº 080802, o que foi indeferido.

VII - QUARTA REUNIÃO – VISITAÇÃO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU

No dia 24 de agosto 2012, houve visita ao Museu de Ponta Grossa, contando com a presença do Deputado Pastor Edson Praczyk (Presidente da Comissão), Dep. Péricles de Mello (Relator), Dep. Marcelo Rangel (Titular). Em tal diligência ocorreu a verificação de todos os problemas estruturais citados por diversas pessoas ouvidas pela Comissão, além de uma série de outros problemas que precisam ser solucionados para que a obra, paralisada há mais de 2 anos, finalmente possa ter continuidade.

A vistoria, realizada em todos os setores da obra, mostrou que vários salões já estão com as obras concluídas, sendo que outros ainda necessitam de melhorias. A ação do tempo e o vandalismo acabaram danificando algumas salas, impedindo a utilização imediata do espaço, sem necessárias reformas.

Além dos deputados, participaram da visita o Sr. Glaucon Horrocks, presidente da FUNABI, órgão criado para tocar as obras de construção do Museu; o professor Bigarella, autor da ideia de criação do Museu e uma das maiores autoridades do mundo em geologia e paleontologia; Rosina Coeli Alice, arquiteta do Patrimônio Cultural; Luiz Tarcisio Mossato Pinto, presidente do IAP; Edson Peters, procurador do Estado e vice-presidente da FUNABI; além de uma série de pessoas envolvidas no processo de construção do Museu, representando outros órgãos oficiais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



Tal visita foi mais uma etapa do trabalho da Comissão, que desde o ano passado está analisando a viabilidade da retomada da obra. Isso porque, além de todos os problemas estruturais existentes, vê-se grande número de falhas na documentação, que corroboraram para que os trabalhos parassem e os demais recursos que deveriam ter vindo através da Lei Rouanet fossem interrompidos.

Para o presidente da Comissão, deputado Edson Praczyk, a visita foi de suma importância para que os deputados membros tivessem ciência de como a obra se encontra e a viabilidade ou não de sua conclusão.

VIII - LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA ENCOMENDADO PELO IAP

No dia 20 de setembro de 2012 chegou o Ofício nº 0689/2012/IAP/GP, o qual diz respeito ao Laudo Técnico Conclusivo do IAP, para o Centro de Excelência em Geociências, localizado no Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

Esse laudo técnico tem importância fundamental para qualquer conclusão dessa Comissão Especial, já que um dos maiores entraves para a implementação do Centro de Excelência em Geociências, é justamente a estrutura física do Espaço. Em reuniões pretéritas muito se questionou sobre a possibilidade de sua efetivação em local mais adequado, sem inconvenientes de supostos problemas estruturais. No entanto, até a análise do Laudo Técnico Conclusivo, quaisquer objeções quanto à questão estrutural não passavam de suposições, aguardando respaldo pericial conclusivo.

Desse modo, em detida análise ao Laudo Técnico Conclusivo, realizado pela Barão Engenharia, encomendado pelo Instituto Ambiental do Paraná, passa-se às considerações a seguir, o que permitirão ao final, melhor conclusão desse Relatório Final.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



O laudo releva o fato de que a construção do Espaço foi executada no ano de 2007, permanecendo obsoleta até os dias atuais.



De início, verificando-se as implicações da existência de piscinas naturais abaixo da construção, conforme já relatado em reuniões anteriores dessa Comissão Especial, já se verifica que o problema não se coloca como intransponível. Segundo o Laudo, na área do subsolo, até mesmo pela inexistência de aberturas e entradas de ar, há sinais de infiltrações. Para correção dos inconvenientes, são recomendadas aberturas nas paredes, inclusive com a criação de dutos, visando possibilitar a entrada de ar, eliminando a umidade existente. Também é recomendada a execução de canal de drenagem no entorno do prédio, corroborando na solução do problema.

Ademais, verifica-se que o Laudo é bastante exaustivo em relação a todos os aspectos da edificação, em sua perspectiva interna, externa e estrutural, relevando o diagnóstico dos problemas, com a recomendação da respectiva solução.

Na página 27 do Laudo, juntado em anexo ao presente Relatório, verifica-se a descrição da etapa construtiva de cada item da obra, relatando sua condição atual e as intervenções necessárias para correção dos problemas.

O Laudo é extremamente contributivo, quando além de apontar problemas e soluções da edificação, ainda consigna que "de forma geral as estruturas encontram-se em bom estado de conservação", afirmando que:

"Do ponto de vista técnico, as condições construtivas da edificação são totalmente passíveis de recuperação, sendo tais atividades substancialmente menores e mais baratas que a reconstrução de novas instalações".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



Se o próprio laudo técnico de engenharia é conclusivo ao afirmar que a manutenção do projeto da edificação já construída é viável do ponto de vista estrutural e ainda mais barato do que a construção de novo edifício, tal afirmação é bastante persuasiva ao afastar quaisquer hipóteses de alteração do local.

IX – CONCLUSÃO

1. Inicialmente, verifica-se que a presente Comissão Especial foi constituída com a missão de averiguar questões relacionadas ao Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha – MGP. Isso se efetivou, considerando que o projeto inicial de implantação de um museu foi instituído com vistas ao aproveitamento de edificações construídas nas dependências do Parque Estadual de Vila Velha, em decorrência fomentando o potencial cultural, artístico, histórico e turístico da Região.

Não obstante, no intento de resolução de diversos impasses de ordem prática, verificou-se que a melhor solução para o local não se perfaz na implementação de um museu, notadamente com acervo estático, sendo mais indicado ao local, o desenvolvimento de um Centro de Excelência em Geociências.

Esse Centro, além de promover a manutenção do acervo histórico do Parque Estadual de Vila Velha, deve ter por finalidade o desenvolvimento do conhecimento científico, em uma participação mais efetiva, dinâmica e contributiva à história da localidade, além de trazer diversos benefícios com a exploração positiva da riqueza geológica do Parque.

É certo que a concepção do espaço como Centro de Excelência em Geociências e não museu pode gerar alterações nos modos de captação de recursos, justamente pelo seu enquadramento em projetos em todos os níveis



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



federativos. Entretanto, isso não necessariamente vincula perdas de receitas bastando-se uma gestão eficiente para a captação de incentivos de fomento cultura, história e ciência. A própria lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet não afasta a aplicação de recursos em projetos de projeção cultural, alheios à concepção de museu.

Por outro lado, vinculando-se o apelo científico e acadêmico do Projeto, com a participação efetiva das universidades, se podem ampliar as hipóteses de captação de investimentos nessas áreas, afastando-se por derradeiro uma concepção pragmática das hipóteses de captação de recursos.

2. Disso decorre, que a **gestão do Centro de Excelência em Geociências deve ser efetivada pelo próprio Estado do Paraná, em convênio com universidades**, notadamente a Universidade Estadual de Ponta Grossa, justamente pela sua proximidade geográfica e a existência de projetos já em desenvolvimento na exploração positiva do acervo do Parque e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Tal iniciativa tende a elevar a importância do empreendimento, que além de preservar a história da Região, pode alçar a condição de contributo amplo na área científica. Não se faz razoável desperdiçar-se a oportunidade de aproveitamento do potencial efetivo do Projeto, apenas como manutenção de acervo estático na condição de museu.

Sendo a gestão incumbência do Poder Executivo, também cabe a este a pacificação da participação de todas as entidades envolvidas na implantação do Centro de Excelência em Geociências, que inclusive já despenderam recursos e trabalhos dedicados à evolução Projeto. Dentre as entidades já envolvidas citam-se a Ecoparaná, Mineropar, Instituto Ambiental do Paraná, Paraná Turismo.

É evidente que a atuação de cada uma dessas entidades é de importância específica em suas áreas de atuação, entretanto, a engenharia de gestão depende de uma série de fatores de ordem legal, política e econômica, de modo que incumbe



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



ao Poder Executivo formar corpo técnico, capaz de resolver todos esses impasses, colocando em operação o Centro de Excelência em Geociências.



Tudo isso demanda força política e interesse executivo, capaz de dar celeridade a todo o processo. Não se podem desperdiçar recursos já alocados na efetivação do Projeto, sendo que o sucesso do Centro de Excelência em Geociências pode ter proporções muito grandes, envolvendo a comunidade científica, fomentando o turismo e proporcionando uma nova perspectiva de exploração positiva do Parque Estadual de Vila Velha, no aspecto geológico, histórico, etc.

3. Note-se que esse Centro de Excelência em Geociências deve estar em constante diálogo com a comunidade, relevando a participação de todos àqueles capazes de uma contribuição efetiva no funcionamento e manutenção do Projeto. Portanto, além das próprias universidades, é de fundamental importância a participação de entidades como a Fundação João Bigarella – FUNABI, aproveitando seu *Know How* na área de geologia, com projeção e reconhecimento internacional do Sr. João Bigarella. Tal Fundação pode ter participação direta em conselho fiscal ou com função consultiva.

O Sr. João Bigarella, que contribuiu decisivamente na realização do Projeto, ainda sendo fundamental para o sucesso do Centro de Excelência em Geociências, pelos seus vastos conhecimentos e experiência despendidos em longa dedicação ao Parque Estadual de Vila Velha, com estudos direcionados, deve possuir uma posição de destaque, ao menos em nível simbólico, como Presidente de Honra da futura mantenedora do Empreendimento.

4. Do ponto de vista da realização financeira do Projeto, não se podem desperdiçar os recursos já garantidos e investidos no projeto, até pare que se evite a responsabilização legal dos envolvidos. Disso decorre, que dentro das condições atuais de desenvolvimento do Projeto e da confirmação efetivada por laudo técnico



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha*



de engenharia, quanto às condições estruturais da edificação, não há que se vislumbrar a alteração da localidade do Centro de Excelência em Geociências.



O aspecto legal da engenharia financeira do Projeto, se não efetivado dentro das incumbências assumidas perante o Ministério da Cultura e outras entidades estatais, que já direcionaram recursos à implementação do Centro de Excelência em Geociências, pode gerar responsabilidade civil e criminal dos responsáveis pela captação dos recursos, vinculando a devolução de grandes quantias aos cofres públicos, dentre outras penalidades sobremaneira onerosas.

A Fundação Bigarella, com boa-fé e no intento de realizar projeto tão grandioso em favor de Ponta Grossa e todo o Estado do Paraná, já assumiu perante o Ministério da Cultura encargos pelo recebimento de grandes recursos a serem investidos no Centro de Excelência em Geociências. Todavia, por fatores que extrapolam suas atribuições e capacidade técnica, vem sofrendo fortes pressões pela demora na execução dos encargos legais assumidos.

Nesse aspecto, vale o destaque de que a efetivação do Projeto, além de depender a utilização de grandes recursos de ordem financeira, também esbarra em grandes problemas burocráticos e políticos, que envolvem para além da Fundação Bigarella o próprio Poder Executivo e lideranças políticas com poderes para a realização do empreendimento. Em verdade, vê-se que a Fundação em questão, assumiu responsabilidades as quais independem de sua atuação isolada, uma vez que o Estado do Paraná possuía incumbências fixadas em acordos pretéritos, que possivelmente não deu sequência.

Ademais, conforme informações da própria Fundação Bigarella, há tratativas muito adiantadas com a empresa Tetra Pak Brazil, que já demonstrou forte interesse no patrocínio do Projeto, com recursos de grande monta a serem direcionados. Por isso mesmo, é importante garantir os recursos já alocados, formando uma



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



engenharia financeira forte e suficiente para fazer do Centro de Excelência em Geociências, um ícone de desenvolvimento para o Município de Ponta Grossa.



Afora tais recursos citados, há a possibilidade efetiva de captação de valores com a empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, mas que demandam forte atuação política, com possíveis apoios de parlamentares ligados ao Governo Federal. Nesse sentido, o Deputado Péricles de Mello, ora relator, se prontifica a despendar esforços no sentido de facilitar o trato com os agentes envolvidos, possibilitando ainda mais segurança à engenharia financeira do Projeto.

5. Do exposto, a conclusão desse Relatório Final é no sentido de que se proceda à continuidade do projeto, agora de Centro de Excelência em Geociências, no Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa-PR, nas edificações já existentes, apenas procedendo-se às correções estruturais necessárias, com a participação efetiva das universidades, especialmente Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, mantendo-se constante diálogo com a comunidade e entidades de interesse específico, como a Fundação João Bigarella – FUNABI.

Ainda, é preciso uma atenção especial à garantia dos recursos necessários para a implementação do Projeto, no sentido de captar maior monta de valores com a iniciativa privada e poderes estatais, evitando-se ainda o desperdício de investimentos já direcionados, com graves inconvenientes de responsabilização legal.

No intento de garantir os recursos já alocados no Projeto, ainda evitando-se responsabilização dos agentes que assumiram encargos perante o Ministério da Cultura, importante efetuar pedido de prorrogação de prazos perante o Órgão da União, com apoio ratificado por esta Comissão Especial, já que justificadas as razões de atrasos, conforme as razões supra delineadas. Considerando a grande complexidade do Projeto, sua importância incalculável ao Município de Ponta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Temporária Especial de Assuntos relacionados ao
Museu de Geologia e Paleontologia do Parque Estadual de Vila Velha



Grossa e ainda a vontade política manifesta de todos os envolvidos, se espera o deferimento do pedido de prorrogação pelo Ministério da Cultura.




Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
RELATOR

MEMBROS TITULARES:


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES


DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI


DEPUTADO MARCELO RANGEL


DEPUTADO ANIBELLI NETO


DEPUTADA MARA LIMA



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 026/2012-TC


Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2012, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 11 de dezembro de 2012


DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
Relator



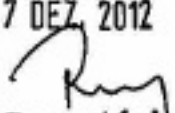


COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012


1º Secretário


PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 24112

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



BRASIL 00 INTELLIGENCE INFORMATION JAN 02:000 2102/21/21 22:191

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.08

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA BOLENDENCIAS
SALA DAS SESSÕES EM 17 DEZ. 2012

PRESIDENTE

Senhor Presidente:

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinária e extraordinárias do dia 18 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei Complementar nº 618 e 625/12, dos Projetos de Lei 605/12, 613/12, 629/12, 631/12, 632/12, 640, 641, 644/2012, 645/2012 e do Projeto de Resolução 022/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias de 18 de dezembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei Complementar nº 618/12 e 625/12, Projetos de Lei nº 605, 613, 629, 631, 632, 640, 641, 644, 645, todos de 2012 e do Projeto de Resolução 022/12.

Sala das Sessões em, 17 de dezembro de 2012

2012
15-ACV-124
14- Fabio Camargo
13- SCARIMIN
12- insun
11- 2012
10- 2012
9- 2012
8- 2012
7- 2012
6- 2012
5- 2012
4- 2012
3- 2012
2- 2012
1- 2012